

Fundação Oswaldo Cruz
Escola Nacional de Saúde Pública
Mestrado na Subárea de Saúde e Sociedade
Setembro de 2002

“A INTEGRAÇÃO POSSÍVEL”

ANÁLISE DAS VARIÁVEIS DE VINCULAÇÃO/DESVINCULAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SUAS COMUNIDADES DE ORIGEM.

Mestranda: Angela Maria Döellinger Mazzei

Orientadora: Sarah Escorel

Professor Colaborador : Cosme Marcelo Furtado Passos da Silva

À Gabriela e Mariana, minhas filhas.

E lá vai menino xingando padre e pedra
E lá vai menino lambendo podre delícia
E lá vai menino senhor de todo fruto
Sem nenhum pecado, sem pavor, o medo em
minha vida nasceu muito depois.

Milton Nascimento.

Abstract

Este trabalho analisa as variáveis de vinculação/desvinculação de crianças e adolescentes em situação de rua, usando como instrumentos um banco de dados com 1290 crianças e adolescentes e entrevistas com 10 famílias de crianças recolhidas nas ruas do município do Rio de Janeiro. A análise estatística descritiva do banco de dados informa sobre municípios e bairros de moradia, idade, composição familiar, frequência escolar, situação de trabalho, rendimentos, tempo que permanecem na rua, os motivos de ida para as ruas mais frequentes e condições de saúde. Tais informações permitiram traçar o perfil das crianças e adolescentes em situação de rua. A análise das entrevistas identificou o processo de desvinculação familiar e comunitária por que passam as crianças na faixa etária de 8 á 12 anos e as dificuldades enfrentadas pelas famílias nesse processo.

Palavras Chave.

Crianças e adolescentes
 Pobreza
 Situação de rua
 Socialização
 Vinculação

This work does a variable's analysis of link/unlink of childrens and teenagers in street's situation, using like instrument a database with 1290 childrens and teenagers and interviews with 10 withdrawn children's families in the streets of Rio de Janeiro borough. The database's statistic analysis inform about boroughs and residence's neighborhoods, age, familiar composition, school frequency, work's situation, income, time of permanence in the street, the more frequent reasons for going to the streets and health's conditions. These infomations let us to draw the children and teenagers's profile in street's situation. The interview's analysis identifiicated the process of familiar and comunitaries' unlink for what pass the children in the age group from 8 to 12 years and the difficulties faced by the families in this process.

Utterance Keystone:

Children and teenager
 Poverty
 Street situation
 Socialization
 Link

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS	6
CAPÍTULO I	7
INTRODUÇÃO.....	7
2.1 Objeto	10
2.2 Objetivo	10
2.3 Justificativa	10
CAPÍTULO III	12
MARCO TEÓRICO REFERENCIAL	12
3.1. Breve Histórico.	12
3.2. O Processo de Desvinculação Social.....	18
3.3. O Processo de Vinculação Social.....	28
CAPÍTULO IV	34
METODOLOGIA.....	34
4.1. O contexto institucional.....	34
4.2. A origem dos dados.....	36
4.3. Tratamento dos Dados.	40
4.4 Delimitação do campo e escolha das categorias.....	42
4.5 O Trabalho de Campo	44
CAPÍTULO V	49
A ANÁLISE DOS DADOS.....	49
5.1 Análise do Banco de Dados	49
5.2. Perfil das crianças e adolescentes em situação de rua	72
5.3. Análise das Entrevistas	73
5.3.1. A família.....	75
5.3.2. Trajetória Escolar.....	86
5.3.3. Tarefas Domésticas e Trabalho Precoce.....	92
5.3.4. A Comunidade	96
5.3.5 Motivo de Ida para a Rua, Tempo de Rua e Solução para o Problema.....	107
CAPÍTULO VI	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
Anexo 1: Áreas de abrangência das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento Social:	118
Anexo 2 Ficha de entrevista de crianças e adolescentes.....	120
Anexo 3 Freqüência por Bairro de Moradia	121
BIBLIOGRAFIA	127

Índice de Figuras

Tabela 1: Distribuição Geral por Idade.....	50
Tabela 2: Distribuição por Idade Segundo o Sexo.....	51
Tabela 3: Distribuição por Estados de Origem.....	52
Tabela 4: Distribuição por Região de Moradia.....	52
Mapa 1: Distribuição geográfica dos municípios de residência de crianças e adolescentes em situação de rua.....	53
Mapa 2: Distribuição geográfica das Coordenadorias Regionais.....	54
Tabela 5 : Composição Familiar.....	55
Tabela 6: Frequência de Recolhimento por Bairro.....	56
Tabela 7 : Frequência de Atividades que Exerciam Quando Foram Abordados.....	58
Tabela 8: Assiduidade com que Dormem na Rua.....	58
Quadro I: Assiduidade com que Dormem na Rua segundo o Local de Moradia.....	59
Tabela 9: Motivos Alegados de Ida para a Rua.....	60
Gráfico 1: Idade dos que informaram estar nas ruas por motivo de trabalho.....	61
Gráfico 2: Idade dos que informaram estar nas ruas por motivo de aventura.....	62
Gráfico 3: Idade dos que informaram estar nas ruas por motivo de briga com a família.....	62
Tabela 10: Tempo de Rua.....	64
Tabela 11: Idade com que foram para a rua.....	64
Quadro II: Percentagem de Alfabetizados segundo a frequência escolar.....	66
Tabela 12: Distribuição de crianças e adolescentes segundo a escolaridade.....	66
Tabela 13: Distribuição de frequência por série de evasão escolar.....	67
Tabela 14: Distribuição de frequências dos motivos de evasão escolar.....	68
Tabela 15: Distribuição de frequência da renda semanal.....	69
Tabela 16: Distribuição de frequência de deficiências aparentes.....	69
Tabela 17: Distribuição de frequência de reincidentes.....	70
Tabela 18: Distribuição de frequência de encaminhamentos.....	71

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Nos quase cinco anos que trabalhei com adolescentes infratores buscando opções adequadas e eficazes de reinserção na família e na sociedade, deparei-me com um quadro em que está inserido este adolescente e que vi reproduzido no trabalho que desenvolvi por mais de um ano com crianças e adolescentes em situação de rua.

Nas histórias de vida podemos encontrar vários pontos comuns: dificuldades financeiras pelas quais passam desde o nascimento; ausência de casa, por longos períodos, de pais e mães envolvidos com o trabalho, dificultando as relações de afeto entre os membros da família e os cuidados básicos com os filhos; a falta de um modelo de identificação forte; a agressividade quase sempre gerada pelo uso de álcool e outras drogas; o rompimento das relações conjugais que aumentam a fragilidade familiar; a falta de limites e autoridade; a impossibilidade intelectual e material dos pais para ajudar seus filhos no desempenho escolar; o abandono da escola; a violência nas comunidades; o trabalho precoce; e, por fim, a ida para a rua.

Nesta fragilidade existencial, crianças e adolescentes tornam-se alvo de perseguição policial, objetos de uso das agências de prostituição e presas fáceis e descartáveis dos traficantes que arregimentam voluntários. Os traficantes acabam por tornar-se ídolos, já que representam a autoridade, o poder e a ascensão financeira que lhes darão a auto-estima e a felicidade tão idealizada pela mídia, que não encontram em lugar nenhum.

Nos deparamos freqüentemente com notícias de violências, em que crianças e, principalmente, adolescentes são algumas vezes algozes e na maioria das vezes vítimas; de abandono de crianças recém-nascidas em banheiros públicos, latas de lixo ou mesmo nas ruas; de exploração do trabalho infantil, estupro, maus tratos e extermínios. Histórias em que os protagonistas são sempre crianças e adolescentes pobres.

Na tentativa de minimizar tal problema, os governos municipais, estaduais, as igrejas e um grande número de Organizações Não Governamentais mantêm abrigos e programas de atendimento espalhados por todo o Brasil, desenvolvendo as mais diversas propostas de trabalho, com o objetivo de abrigar, educar e proteger crianças e adolescentes.

Mesmo assim, tanto no sistema sócio-educativo como nas medidas para retirar

das ruas as crianças e os adolescentes, os percentuais de reincidência e o número de novos usuários são altos, o que demonstra que essas crianças e adolescentes necessitam mais do que isso. Necessitam, principalmente, de uma política econômica mais justa e de maiores investimentos em políticas públicas, que abandonem as soluções paliativas e sejam eficazes como instituições de promoção social dos beneficiários.

O número de vezes que essas crianças e adolescentes passam por instituições que se propõem a reinseri-los nas famílias e na sociedade sem sucesso, nos obrigam a refletir na eficácia dos investimentos nessa área, já que demonstram que as causas dessas crianças estarem nas ruas ou cometendo delitos, nem de longe foram atingidas. Porém, mesmo assim, os projetos de soluções "relâmpagos", são os preferidos para os investimentos governamentais.

Essas crianças e jovens, pessoas em desenvolvimento, passam anos da infância e da adolescência nas ruas, alimentando-se com a ajuda da caridade pública, das delícias pronunciadas em língua estrangeira, propaladas pela mídia, que por alguns momentos lhes dão o *status* de filhos da classe média. Buscam no consumo de produtos e marcas os "lucros" do infortúnio, que justificam a "escolha" de vida.

Vivem nas ruas sem condições de higiene, expostos a todos os tipos de doenças e violências, semi-analfabetos, valorizando uma liberdade mutiladora do cidadão, que sequer têm condições de avaliar. Vangloriam-se pela "escolha" de um destino traçado para eles há muito tempo atrás.

Aos 18 anos, como num passe de mágica, estão inseridos na condição de cidadãos responsáveis, sem terem adquirido os instrumentos mínimos necessários para uma sobrevivência digna, que poderiam livrá-los e a seus filhos da hereditariedade perversa da pobreza. Tendem, ao contrário, a propiciar aos seus descendentes a reedição de suas histórias.

Esta situação de rua de crianças e adolescentes, cujos direitos de bem estar físico emocional e social já foram assegurados com absoluta prioridade há mais de 10 anos por uma legislação considerada como uma das mais avançadas do mundo, permanece sendo motivo de vergonha para a sociedade brasileira e de crítica dos órgãos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos.

Dos direitos fundamentais preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o único que parece estar garantido para as crianças e adolescentes que vivem nas ruas é o de ir, vir e estar nos logradouros públicos, porém estão muito longe de usufruir o direito ao respeito e à dignidade.

Minha experiência no trabalho de acolhimento de crianças em situação de rua no Centro de Recepção, Estudo de Caso e Encaminhamento da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município do Rio de Janeiro, permitiu observar que a ampla maioria das crianças que estão na rua é oriunda de comunidades carentes de diversos municípios, têm em comum a pobreza, a baixa escolaridade, o abandono da escola, os problemas familiares, a violência comunitária e começam a freqüentar as ruas entre 8 e 12 anos.

Apesar de todos os esforços e dos recursos disponíveis, crianças e adolescentes mantêm-se num ir e vir, entrando e saindo de instituições, afastando-se cada vez mais de suas famílias e de seus espaços comunitários. Vivenciam um processo de desvinculação de suas comunidades de origem que raramente consegue ser estancado com sucesso.

O que aproxima ou afasta as crianças e os adolescentes de suas famílias e comunidades?

Este trabalho se propõe a analisar as variáveis de vinculação/ desvinculação de crianças e adolescentes em suas comunidades. No segundo capítulo delimitamos o objeto e apresentamos os objetivos do trabalho.

No terceiro capítulo abordamos o marco teórico referencial com uma breve visão da assistência dispensada à criança e ao adolescente do período colonial até a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente; com a ajuda de diversos autores apresentamos o processo atual de desvinculação de crianças e adolescentes de suas famílias e comunidades; com base na teoria de socialização de Mead discutimos o processo de vinculação social e os agentes de socialização que contribuem para a integração social do indivíduo.

No capítulo quatro desenvolvemos a metodologia enfocando o contexto institucional em que foi realizada a coleta de dados, o tratamento dispensado ao banco de dados para a análise quantitativa, a delimitação do campo e escolha das categorias, o método de investigação e o trabalho de campo.

No capítulo cinco procedemos à análise quantitativa do banco de dados, traçamos o perfil das crianças e adolescentes de rua e analisamos as entrevistas com familiares de crianças recolhidas nas ruas.

No capítulo seis apontamos as variáveis de desvinculação das crianças de suas comunidades.

CAPÍTULO II

2.1 OBJETO

A proposta de estudo é investigar as variáveis que interferem e preponderam no processo de vinculação/desvinculação sócio-familiar das crianças e adolescentes em situação de rua de bairros do município do Rio de Janeiro.

2.2 OBJETIVO

O objetivo é estudar e analisar aspectos facilitadores da inserção familiar e comunitária das crianças e adolescentes em situação de rua de forma a subsidiar projetos e ações de reinserção familiar e social.

2.3 JUSTIFICATIVA

O número crescente de crianças e adolescentes que vivem nas ruas em situação de risco pessoal e social vem sendo uma preocupação do Estado, da sociedade, dos grupos de defesa, de juristas e dos diversos profissionais que atuam nessa área e, verdadeiramente, estão comprometidos com a implementação de uma política que busque alternativas de melhoria na qualidade de vida dessa população.

A Convenção Internacional dos Direitos da Criança, promulgada pelas Nações Unidas em 1989, estabeleceu um novo marco ao declarar que o bem-estar e as condições de vida da criança e do adolescente não são uma questão assistencial e filantrópica, mas um direito que o Estado, a sociedade e a família precisam garantir.

O Brasil foi um dos primeiros a ratificar a Convenção Internacional e a traduzir os seus princípios no Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 considerado, em escopo e conteúdo, como uma das legislações mais avançadas na promoção e defesa dos direitos da infância. Entretanto, o cotidiano das nossas crianças e adolescentes está longe do consagrado no texto legal.

O Rio de Janeiro na década de 80 surgiu como uma das cidades brasileiras de maior relevância estatística entre as regiões metropolitanas do fenômeno crianças e adolescentes vivendo nas ruas (Minayo, 1993), tendo sido inclusive palco de tragédias que horrorizaram o Brasil e o mundo.

A despeito da criação de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente, de tantos projetos desenvolvidos por organizações civis e dos programas implementados pelas esferas governamentais, a situação dessas crianças não se reverteu.

Ao contrário, parece agravar-se dia a dia.

As experiências de fome, abandono, maus tratos, exploração, abuso sexual e prostituição são as situações que mais caracterizam as crianças e adolescentes que vivem nas ruas. A pobreza e a exclusão a que estão submetidos leva-os à degradação pessoal e social e são percebidos muitas vezes como ameaças à sociedade.

Algumas das nuances do quadro das condições de existência das crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro são: as taxas de mortalidade infanto - juvenil por homicídios, cujas vítimas na maioria das vezes são crianças e adolescentes pobres; o espaço violento e inadequado em que se desenvolvem comprometendo seu potencial intelectual, social e afetivo; as condições precárias de higiene; o uso de produtos tóxicos; e a alimentação incerta e imprópria que comprometem o bem estar e o equilíbrio físico e mental.

Para intervir nesta realidade com o objetivo de preservar e reforçar os vínculos familiares e comunitários destas crianças e adolescentes e criar oportunidades para que eles tenham um desenvolvimento social saudável, voltado para sua integração social mais ampla é necessário que identifiquemos as variáveis que preponderam no processo de vinculação/desvinculação das mesmas e encontrar soluções que revertam o quadro atual. Assim, um estudo que se propõe a descrever dados quantitativos, apontar variáveis preponderantes no processo de desvinculação e aumentar a visibilidade de um problema social de tal gravidade é oportuno e relevante.

CAPÍTULO III

Marco Teórico Referencial

3.1. BREVE HISTÓRICO.

A assistência à infância "desvalida" foi durante o período Colonial, o Primeiro e o Segundo Impérios, deixada sob a responsabilidade das instituições católicas de caridade, sem intervenção do Estado brasileiro que não desenvolvia políticas sociais (Costa, 1989b). No entanto, o código criminal de 1830 já distinguia a criança quanto à responsabilidade criminal. Nele, só os menores de 14 anos eram presumidamente irresponsáveis, salvo existindo provas de terem agido com discernimento. Neste caso, não eram submetidos à pena criminal, mas à medida de internação em casas de correção até atingirem os 17 anos; na falta destas casas eles eram colocados em prisões com adultos.

Em 1890, este código recebeu algumas modificações e declarou irresponsáveis de pleno direito apenas os menores de 9 anos. Aqueles entre 9 e 14 anos que praticavam infrações e agiam com discernimento, eram recolhidos à estabelecimento correccional industrial até a idade de 17 anos e aqueles entre 14 e 17 anos estavam sujeitos as penas de cumplicidade (Carvalho, 1977).

Em 1891, logo após a abolição da escravatura e início da primeira República, o governo provisório regulamentou o trabalho infantil pelo Decreto 1.313 limitando a idade e as horas de trabalho nas fábricas. Este documento diferenciava o trabalho dos menores de 18 anos por sexo e idade. Dispunha que os menores do sexo feminino de 12 a 15 anos e os do sexo masculino de 12 a 14 anos trabalhariam 7 horas por dia em períodos de no máximo 4 horas de trabalho contínuo. Os do sexo masculino de 14 a 15 anos trabalhariam até 9 horas por dia nas mesmas condições e os aprendizes das fábricas de tecidos poderiam ser admitidos desde os 8 anos em regime de 3 horas diárias (Moraes, 1995).

Porém, nenhuma política de assistência fora implantada até então. As medidas de assistência à saúde e à educação continuavam a ser realizadas por meio de ações privadas, agora subsidiadas por verbas públicas. Assim, a questão dos "abandonados" passava de uma fase de caridade de âmbito religioso para uma filantropia leiga amparada em conhecimentos científicos que reuniam recursos modernos de terapêutica e higiene. As crianças das classes menos favorecidas deveriam, para a boa formação do

futuro cidadão, ser internadas em educandários ou hospitais filantrópicos que propiciariam seu crescimento e desenvolvimento físico e mental (Mendonça, 1999).

A regulamentação do trabalho em 1926 proibia o trabalho na indústria e estabelecia a jornada de 6 horas diárias para os menores de 18 anos. Em 12 de outubro de 1927, o Decreto - Lei 17.934/A consolidou as leis de assistência e proteção aos menores criando o Código de Menores (Santos, 1994).

Inspirado na filosofia higienista e correccional disciplinar, distinguiu entre menor abandonado e delinqüente atuando nos problemas já instalados, classificados como situação irregular, "fórmula que abrangia os estados de abandono, a criança vítima dos pais e responsáveis, o perigo moral (frequência a determinados lugares), a falta de assistência, o grave distúrbio de comportamento e a prática de infração penal"(Cavallieri apud Arantes, 1990: 18).

Este código inscreveu as obrigações do Estado para com a proteção da infância dentro de um caráter repressivo e disciplinar colocando a questão da infância "desvalida" sob o controle de médicos e juizes, objetivando a total vigilância. Esta se estendia através de regras rígidas para a circulação e horários em ambientes a serem freqüentados, buscando coibir a ocupação irregular das ruas, praças e lugares públicos. Além disso, transferiu o pátrio poder dos indigentes e abandonados para o Estado, que poderia entregá-los a instituições públicas ou particulares substitutivas, ficando sob seu controle pelos mecanismos de tutela, guarda, vigilância, reeducação, preservação e reforma (Mendonça, 1999).

A regulamentação do trabalho limitava a idade mínima a partir dos 12 anos, proibia o trabalho noturno aos menores de 18 anos e o prestado em praça pública aos menores de 14 anos. Esta regulamentação foi revista pelo decreto 22.042 de novembro de 1932, que fixou o limite mínimo de idade para o trabalho em 14 anos, aumentou a jornada de 6 para 8 horas diárias e proibiu o trabalho noturno (Santos, 1994).

Em 1941 foi criado o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM), para administração da rede de instituições públicas e privadas de assistência pública, antes controlada pelo Juízo de Menores. Esta assistência se dava em regime de internação e via a condição do menor como resultante do abandono, mudando o enfoque jurídico social para assistencial. Tinha como objetivo centralizar o combate e a prevenção da criminalidade infanto-juvenil e as formas autônomas de existência dos jovens das camadas populares (Mendonça, 1999). O SAM era chamado de "sucursal do inferno" e

"escola do crime" pelo tratamento desumano que dispensava aos internos, divulgado pela imprensa na época (Costa, 1990).

Nesse mesmo ano, o decreto-lei 3.616 instituiu a carteira de trabalho do menor e determinou a totalização das horas de trabalho, no caso do menor de 18 anos ser empregado de mais de um estabelecimento.

Uma nova revisão do Código de Menores feita em 1943 remetia à questão do ato infracional para o Código Penal de 1940, que determinava a manutenção do menor infrator em estabelecimento adequado à sua condição de periculosidade e estabelecia medidas aplicáveis aos menores de 18 anos.

A extinção do SAM em 1964 deu origem a Política Nacional de Bem Estar do Menor (PNBEM) sob a coordenação da Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM), uma autarquia ligada ao Ministério da Justiça, que substituiu o enfoque do menor como "ameaça social" para o enfoque de "carente". Comparado aos padrões de classe média, "o menor marginalizado passa a ser visto como carente bio-psico-sócio-cultural, ou seja, um feixe de carências" (Costa, 1990:83).

As diretrizes da Política Nacional de Bem Estar do Menor, se apoiavam nas propostas da comissão do governo Goulart, com algumas alterações, e enfatizavam a integração social, o convívio familiar e a descentralização das ações sociais. A FUNABEM era o órgão normativo federal que repassava os recursos para as Fundações Estaduais de Bem Estar do Menor (FEBEM(s)) que eram os órgãos executores estaduais, com exceção do Estado da Guanabara onde a FUNABEM era órgão executor.

A proposta original da FUNABEM não se harmonizava com o regime político autoritário de 64 e, além disso, por ter herdado o equipamento, o material e sobretudo o pessoal do antigo SAM, nunca abandonou o modelo correcional repressivo desse órgão, desfigurando a proposta assistencialista inicial. Como órgão normativo de corte autoritário e controlador, a FUNABEM implantou ações idênticas em conteúdo, método e gestão nas FEBEM(s) de norte a sul do país (Costa, 1989 b).

Em 1967, a lei número 5.258 determinou que os menores entre 14 e 18 anos que praticassem ato infracional, definido em lei como infração penal a que fosse cominada pena de reclusão, seriam internados em estabelecimento apropriado por prazo não inferior à 2/3 do mínimo, nem superior à 2/3 do máximo da pena privativa de liberdade determinada na lei penal. Caso o ato infracional praticado fosse previsto na lei penal e não cominasse em pena de reclusão, e fosse o menor "moralmente abandonado",

"perverso ou se achasse em perigo de o ser", o juiz poderia interná-lo por pelo menos 6 meses e até a idade máxima de 21 anos (Carvalho, 1977).

Estas e outras alterações no Código de Menores, justificadas no projeto pelo propósito de tornar mais eficaz a "defesa da sociedade" diante da juventude que se convencionou a chamar de "transviada", reforçaram ainda mais o caráter punitivo do atendimento ao menor dentro da PNBEM. Tanto o Código como a PNBEM eram apontados pela opinião pública e profissionais que trabalhavam com menores, como responsáveis pelo abandono e pela violência com que os menores eram tratados. Em 1968, uma alteração no Código diminuiu a idade máxima de internação de 21 para 18 anos, mantendo o regime repressivo mais rigoroso do que o aplicado aos adultos (Carvalho, 1977).

Em 1975, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) procedeu a um profundo levantamento das condições da infância no país, chegando ao número de cerca de 2 milhões de abandonados (com ausência de pais) e 13 milhões de carentes (aqueles cujos pais não têm condições de atender suas necessidades básicas), declarando a pobreza como causa principal de "abandono moral e material". A indicação da CPI foi à atualização do Código de Menores e a constituição de um Sistema de Proteção do Menor (Mendonça, 1999).

Em 1979, a lei nº. 6.697 de 10 de outubro, estabeleceu um novo Código de Menores que revogou os decretos e leis anteriores e dispôs sobre assistência, proteção e vigilância a menores. Nele, todos os menores de 18 anos eram objetos de medidas judiciais quando se encontrassem em situações irregulares definidas legalmente. O objetivo do novo código era a assistência de menores, através de medidas preventivas e terapêuticas que se restringiam ao âmbito da PNBEM, da Segurança Pública e da Justiça de Menores.

A medida de internação era aplicável a menores privados de condições essenciais às suas subsistência, saúde e instrução obrigatórias ainda que em razão da manifesta impossibilidade dos pais ou responsáveis para provê-las (pobreza) e preconizava a prisão cautelar para menores. A concepção político-social implícita era de controle social da infância vítima de omissão e transgressão da família, da sociedade e do Estado em seu direito básico.

Na década de 80, a existência de números cada vez maiores de crianças e adolescentes vivendo nas ruas dos grandes centros urbanos, e a divulgação de números alarmantes de crianças carentes, desassistidas e abandonadas em todo país, levaram a

mobilizações populares em defesa de causas e direitos de cunho social para crianças e adolescentes.

Esta mobilização foi durante toda década de 80, fundamental para as mudanças de rumo do problema no cenário político nacional. Em 1986, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua realizou em Brasília o 1º Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua com a presença de quase 500 participantes que debateram temas sobre educação, família, saúde, trabalho, violência e organização.

A convocação da Assembléia Nacional Constituinte em 1986, para a elaboração de uma nova Carta Constitucional, levou à organização de vários segmentos nacionais para a defesa de seus interesses. Na defesa dos direitos da criança e do adolescente houve uma grande mobilização da sociedade civil num movimento denominado "A Criança e a Constituinte". Esta mobilização resultou nos artigos 204 e 227 da Constituição através dos textos das emendas "Criança e Adolescente" e "Criança Prioridade Nacional". A inclusão do artigo 227 baseado nos postulados da Declaração Universal dos Direitos da Criança, deflagrou o processo de elaboração da Lei nº. 8069/90 de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Buvnich, 1998).

A base doutrinária do ECA é a "proteção integral", que assegura os direitos de toda criança e adolescente sem discriminação de qualquer tipo. O objetivo é a garantia dos direitos fundamentais, através da criação de oportunidades e facilidades que promovam o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade.

Os direitos fundamentais são:

a) O direito à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência,

b) O direito à liberdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; liberdade de opinião e expressão; liberdade de crença e culto religioso; liberdade de brincar e divertir-se; participar da vida comunitária, sem discriminação; participar da vida política, na forma da lei; de buscar refúgio, auxílio e orientação,

c) O direito ao respeito da integridade física, psíquica e moral e de ter a dignidade velada por todos, posta a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor,

d) O direito de ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substância entorpecentes,

e) O direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Direito à cultura, ao esporte e ao lazer,

f) O direito à profissionalização e à proteção no trabalho. É proibido o trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

As linhas de ação da política de atendimento são as políticas sociais básicas, as políticas assistenciais em caráter supletivo, os serviços de proteção e defesa de crianças e adolescentes vitimizados e a proteção jurídico-social. A concepção política é de desenvolvimento social voltado para o conjunto da população e da juventude, garantindo proteção especial pelo Conselho Tutelar aos casos de situação de risco pessoal e social.

A situação de risco pessoal e social diz respeito a pessoas, famílias e coletividades, que por um conjunto diversificado de circunstâncias e privações diversas, não são atendidas em suas necessidades básicas. Como consequência, ficam mais vulneráveis à morte, à doença e à degradação moral e social, sendo por este motivo, os destinatários da política de assistência social (Costa, 1990).

Por mais de um século, a legislação brasileira voltada para a criança e o adolescente esteve preocupada quase que exclusivamente com a exploração de sua mão de obra e com a penalização da pobreza em que viviam. Só com a elaboração do ECA as crianças e adolescentes passam a ser considerados sujeitos de direito pessoal e social e passam a ter esses direitos garantidos.

Ao longo da história do Brasil, a infância pobre foi designada por termos como desvalidos, expostos, abandonados que os diferenciavam das crianças das outras classes sociais. A partir do Código de Menores, o termo "menor" que definia uma categoria jurídica do indivíduo que não é totalmente responsável pelos seus atos, passou a ser amplamente usado para designar tanto as crianças e adolescentes pobres - "menor carente" - como aqueles que cometessem ato infracional - "menor infrator".

Uma pesquisa de avaliação de programas alternativos, feita em 1989 por Alba Zaluar em Goiânia, classificava os menores em diferentes situações sócio-econômicas e culturais. A classificação "menor carente", referia-se às crianças dos segmentos de baixa renda, com vínculos familiares estreitos e que acima dos 7 anos freqüentavam a escola.

O menor em "situação de risco" dividia-se em duas categorias: os "menores **de** rua" que se referia àqueles cujos vínculos familiares estavam afetados e viviam nas ruas e o "menor **na** rua", que se referia àqueles que trabalhavam na rua para ajudar na renda familiar e que por este motivo não freqüentavam a escola. Além desses, havia a classificação de "menores em conflito com a justiça" que designava os adolescentes que haviam praticado atos infracionais (Zaluar, 1994 (a)).

Uma das críticas ao termo menor foi à divisão do universo da infância em crianças, adolescentes e menores, que caracterizava o universo dos excluídos (Mendonça, 1999).

Segundo Reis e Prantes (1999) a expressão "menino de rua" surgiu na academia com a pesquisa de Ficher Ferreira no ano de 1979. Esta expressão passou a ser usada para contrapor-se a expressão pejorativa "menor", designando meninos e meninas pobres, em sua maioria da raça negra, julgados perigosos (Buvnich, 1998).

A partir da elaboração do ECA, o termo "menor" foi substituído por crianças e adolescentes. Assim, algumas designações foram trocadas pela nova nomenclatura, como por exemplo "crianças e adolescentes em situação de risco", "adolescentes em conflito com a lei", "crianças e adolescentes de rua" e "na rua" etc. Em 1990 o Projeto Axé, numa pesquisa com crianças e adolescentes nas ruas de Salvador, usou pela primeira vez o termo "criança e adolescente em situação de rua" (Reis e Prantes, 1999).

Não podemos negar os grandes benefícios que o estatuto traz a milhares de crianças e adolescentes brasileiros, mudando a posição de tutelado para o de sujeitos de direito, diminuindo principalmente os abusos institucionais cometidos contra eles. Porém, não é suficiente para solucionar as contradições econômicas e sociais que mantém um grande contingente da população infanto-juvenil sem condições de sobrevivência, aprisionados nas ações assistencialistas e paliativas de cunho populistas, distanciadas do caráter emancipador. A realidade de milhares de crianças e adolescentes é a frustração constante de suas necessidades básicas, a convivência insuportável com as pressões que a pobreza acarreta e a impossibilidade de se desenvolver com segurança em seus espaços comunitários, que levam muitos a buscar a sobrevivência nas ruas e pouco a pouco os afastam do núcleo familiar.

3.2. O PROCESSO DE DESVINCULAÇÃO SOCIAL.

Os estudiosos do problema das crianças e adolescentes de rua apontam a década de 80 como determinante de grandes transformações sociais.

Para Minayo (1993:18) as crianças pobres brasileiras, "na década de 80 se projetam como espetáculo social nas ruas, para execração nacional e internacional do Brasil". Esta problemática configurou-se como um fenômeno urbano, decorrente da concentração de renda ainda maior naquele período, com conseqüente aumento da pobreza em todo país, penalizando sobretudo a infância pobre.

Segundo Rizzini (1991), também na década de 80 surgem as primeiras iniciativas de pesquisas sociais para investigar a questão das crianças e adolescentes de rua, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Uma vasta produção acadêmica, principalmente no âmbito das ciências sociais, provocou muitos avanços no conhecimento do assunto, possibilitando a visão do problema como parte de uma conjuntura política que primava pela desigualdade social.

Uma visão das variações da economia nacional até a década de 80 nos é dada por Juarez Brandão Lopes (1992). O ritmo do crescimento da economia nacional mostrou movimento ascendente durante as décadas de 50, 60 e 70, exceto pela recessão de 1961 à 1964. Na década de 80 o ritmo de crescimento decresceu e a estagnação se acentuou na profunda recessão de 1981 a 1984.

As proporções de pobres na população brasileira foram nos anos de 1960, 1970 e 1980, respectivamente, 41,4%, 39,3% e 24,4%. Porém, em 1983 houve um retrocesso e a proporção elevou-se novamente para 41,9%. A recuperação econômica, iniciada em 1985 que culminou com o Plano Cruzado, diminuiu essa proporção rapidamente para 28,4% em 1986. A escalada da inflação e a deterioração econômica decorrente de sucessivos planos de estabilização da economia, elevaram as taxas para 35,9% em 1987 e 39,3% em 1988 (Lopes, 1992).

As análises de Barros e colaboradores (2000) revelaram que entre 1977 e 1998 os 20% mais ricos da população se apropriaram de uma renda média que entre 24 e 35 vezes superior à renda dos 20% mais pobres. Além disso, ao longo do período foi mantida uma simetria social perversa, onde os 10% mais ricos se apropriaram de 50% do total da renda e os 50% mais pobres possuíam cerca de 10%, demonstrando que a desigualdade de renda no Brasil era simetricamente inversa.

Segundo Escorel (1999) apesar das desigualdades sociais no Brasil nunca terem sido superadas ao longo da história, nos anos 70 e 80 a situação agravou-se de tal modo que na década de 90, o Brasil foi classificado por organismo das Nações Unidas como um dos países de maior desigualdade social. Além disso, as transformações nacionais e

internacionais em curso nas últimas décadas com a adoção de políticas neoliberais, que reforçam a predominância do caráter financeiro sobre o produtivo no processo de acumulação de capital, trouxeram do ângulo social prejuízos evidentes, confirmados pela elevação do desemprego e da pobreza (Pochmann, 1999).

Assim, pobreza e desigualdade são condições principais para que milhares de crianças e adolescentes se transformem em grupos vulneráveis à situação de rua no Brasil. A desigualdade social e econômica, que mantém um grande contingente da população na situação de risco, propicia o crescimento da violência e agrava a exclusão social. A falta do mínimo necessário para a satisfação de suas necessidades e a luta pela sobrevivência de cada dia dificulta o acesso e o usufruto dos direitos.

Cervini e Burger (1991:20) definem pobreza como "a dificuldade ou impossibilidade de acesso aos bens e serviços considerados como básicos por uma sociedade em um determinado tempo. Sua magnitude e transformação têm a ver: com o perfil da distribuição de ativos e, conseqüentemente, de renda; com o nível médio da renda real; com o desemprego e o subemprego, este ultimo entendido como a combinação entre baixa educação e baixa remuneração".

Outra definição de pobreza que enfoca a dignidade humana é dada por Soto (1994:17). Para a autora *"pobreza es la presencia de niveles de vida o bienestar socialmente inaceptables, que corresponden a situaciones en que se pone en juego la existencia misma del individuo"*.

As condições de vida das crianças e adolescentes de rua estão diretamente relacionadas à realidade social de suas famílias. Para Sarti (1996) "a importância da família não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere a sua identidade de ser social e constitui o parâmetro simbólico que estrutura a sua explicação de mundo". Por esse motivo o processo de desvinculação das crianças e adolescentes de suas comunidades, não podem ser analisados fora do contexto familiar.

O grupo familiar ao qual pertencem as crianças em situação de rua, em sua maioria é de desempregados ou inseridos em subempregos que os mantêm por longo período ausentes de casa. As restritas oportunidades de emprego e os baixos salários obrigam seus membros a participar do esforço conjunto de geração de renda. As mães são obrigadas a trabalhar para ajudar os companheiros na manutenção de um padrão de vida aceitável. Em muitos casos são elas as únicas provedoras da família, sendo obrigadas a se afastar do convívio com os filhos no momento em que sua presença é

fundamental para o desenvolvimento social dos mesmos (Zaluar, 1994 (b)).

Em sua grande maioria as famílias residem em comunidades de baixa renda, em barracos ou casebres precários. Cruz Neto et al. (1993) levantam o aspecto de condições miseráveis de moradia descrevendo a ausência do mínimo de conforto físico, de equipamentos eletrodomésticos, camas e banheiros dentro das residências diferenciando-os das classes trabalhadoras pobres do país. Muitas famílias necessitam da ajuda dos programas sociais e dos rendimentos do trabalho ou das esmolas recebidas por seus filhos para sustentarem-se. Quadro este, que tanto para as famílias quanto para as crianças leva aos sentimentos de humilhação e inferioridade.

Em algumas circunstâncias, se aliam a esses fatores o uso do álcool e outras drogas, que aparecem como válvula de escape para os problemas diários, criando terreno propício para agressividade, violência doméstica, relações incestuosas, abandono de trabalho, fatores que têm reflexos determinantes na estrutura da família e levam à ruptura total dos laços familiares. "Os indivíduos não percebem mais nenhum futuro plausível em nenhum modo de vida integrado a dinâmica social e perdem o sentido da vida" (Escorel, 1999: 51).

A ausência de uma figura forte de identificação, já que nessas circunstâncias, a imagem que os pais transmitem aos filhos é de impotência para enfrentar os desafios da sobrevivência; os laços familiares comprometidos pelo sofrimento diário; o rompimento das relações conjugais que não raramente culminam no desaparecimento de uma das figuras parentais; são fatores impulsionados pela condição de pobreza que acabam por dar a essas famílias o estigma de desestruturadas, negligentes, violentas e incapazes de cuidar de seus filhos.

Em nossa sociedade, com a ruptura das relações conjugais, o mais comum é que as crianças fiquem sob a guarda das mães, levando à uma maior vulnerabilidade deste arranjo familiar, devido à má remuneração do trabalho feminino e da precariedade do trabalho infanto-juvenil (Cervini e Burger, 1991). Agrega-se a esse aspecto, o fato da criança ficar em casa sem a presença de um adulto dando origem à "síndrome da casa vazia", que leva a criança para a rua em busca de companhias e acaba ameaçando a integração familiar (Moura, 1991).

O trabalho das crianças origina-se também na busca de minimizar a situação de pobreza das famílias. O baixo nível de escolaridade e conseqüentemente maior dificuldade em conseguir empregos com melhores rendimentos, muitas vezes, levam as

famílias a necessitar da ajuda de todos os integrantes para a sobrevivência diária.

Crianças que trabalham, às vezes, não podem voltar para casa por não terem conseguido naquele dia os rendimentos necessários para o sustento familiar, que em algumas circunstâncias depende só delas. Outras, principalmente quando moram longe, permanecem nas ruas durante toda semana, só voltando para casa nos fins de semana levando sua colaboração para a sobrevivência da família.

A sobrevivência se torna a única preocupação dos membros da família, impedindo o desempenho de outros papéis necessários ao desenvolvimento social e emocional de seus filhos. Escorel (1999: 35) considera "exclusão social como um processo no qual - no limite - os indivíduos são reduzidos à condição (estado) de *animal laborans*, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados do exercício das potencialidades da condição humana".

A falta de condições mínimas de sobrevivência acarreta na família um estado de tensão que gera conflitos, agressões e punições quando não conseguem rendimentos suficientes, deteriorando cada vez mais as relações familiares. As crianças não encontram no seio familiar os suportes necessários para sua segurança e estabilidade social e emocional.

Ficar nas ruas quando a criança não trabalha, pode significar também em certos casos, alívio das despesas familiares com alimentação ou da tensão gerada pela falta de alimentação. A criança se percebe como um peso financeiro para a família. Em algumas ocasiões, quando uma criança é pela primeira vez encaminhada a um abrigo, aparecem depois irmãos buscando o mesmo destino de sobrevivência. Numa casa de espaço exíguo, pouca comida e muitos com quem dividir, ir para a rua pode significar a manutenção de um pacto familiar ou de um projeto existencial comum de sobrevivência. Cruz Neto et al. (1993:78) observam que "muitas famílias que mandam seus filhos para a rua trabalhar ou permitem que isso aconteça o fazem para que o lar não se desfaça. Aquelas cujos filhos romperam os laços se ressentem da falta de conforto para retê-los".

A globalização competitiva, que por um lado tornou precário o emprego e por outro diminuiu a oportunidade de trabalho de forma assustadora, repercutiu também nas possibilidades de sobrevivência dessas crianças. Atividades de trabalho nas ruas, que nos anos 80 eram exercidas quase que exclusivamente por crianças e adolescentes, são atualmente exercidas por adultos. Eram atividades, do setor informal, consideradas

como manifestação de pobreza e atraso econômico e que são vistas agora como fonte de riqueza e um potencial de emprego a ser explorado (Carvalho, 1995).

A vigilância de carros nas ruas, atividade dos “flanelinhas”, tão mal vistos nos anos 90 pelos motoristas cariocas, era realizada majoritariamente por crianças e adolescentes. Atualmente, são estacionamentos rotativos explorados por cooperativas de guardadores autônomos apoiados pela prefeitura, que as crianças e adolescentes só exploram a noite depois do fim do expediente dos guardadores municipais.

Outra atividade, os carretos de supermercados e estabelecimentos do gênero. As crianças e adolescentes tinham a preferência das donas de casa que moravam próximo aos locais de compra, pelo preço ser mais baixo e a entrega mais rápida que os oferecidos por essas casas comerciais. Atualmente, esses serviços são oferecidos gratuitamente pela maioria dos estabelecimentos, que contratam veículos prestadores de serviços.

Os mesmos destinos tiveram os sinais de trânsito, antigamente pontos de venda de balas, amendoins e bugigangas por crianças e adolescentes. Hoje os sinais, são pontos disputados e explorados por adultos na venda de acessórios de carros, brinquedos, refrigerantes etc. As crianças ocupam nesses pontos, quase que exclusivamente, a atividade de limpar pára-brisas de carros ou fazer malabarismos para distrair os motoristas no sinal e obter uns trocados.

A redução das possibilidades de trabalho nas ruas leva as crianças a fazer uso com maior frequência das atividades "marginais" de esmola e furto. Algumas crianças saem às ruas pedindo dinheiro para suprir determinada necessidade daquele dia, como a compra do botijão de gás, determinada quantia para inteirar o aluguel ou para a compra de mantimentos para o almoço.

A esmola é também usada como "capital de giro". As crianças chegam às ruas sem nada para vender, pedem esmola até ter dinheiro suficiente para comprar doces nos depósitos e poder iniciar sua atividade de trabalho nos pontos que ainda podem explorar. Na luta pela sobrevivência usam todas as estratégias. As adolescentes levam os filhos ou irmãos ainda de colo para vender doces e despertar a compaixão dos transeuntes, que compram para "ajudar"; para garantir a alimentação familiar, crianças saem de longe para apanhar "xepa" nas feiras da zona sul e norte, por serem mais fartas; muitas vezes vão às "compras" no supermercado, apanhando mantimentos e pedindo para alguém, na fila da caixa registradora, pagar. Exercem esta prática também para a "compra" do

material escolar.

Assim, as crianças contribuem de várias formas para a sobrevivência familiar. O trabalho é exercido em todas as idades, porém a incorporação ao trabalho se acelera a partir dos 10 anos o que agrava a evasão escolar.

Na década de 80, houve pronunciado expansão do sistema escolar com um grande incremento nas taxas de escolaridade entre os 7 e 9 anos, porém este incremento não mostrou grandes efeitos no indicador de resultados de escolaridade, por terem aumentado também os níveis de evasão escolar (Cervini e Burger, 1991). No Brasil, em 1981, o total de evasão era de 10,4% e, em 1992, 12,7% (Buvnich,1998).

Para Levin (1984) a educação pode ser vista como alternativa para tirar milhões de indivíduos da situação de pobreza e miséria. O que se constata, no entanto, é que nem sempre ela cumpre o papel de instrumento de democratização da renda, do poder e do prestígio. A educação deixa de ser alternativa para as crianças que não tiveram acesso a ela e para aquelas que evadem da escola muito antes de completar sequer o primeiro grau. Suas possibilidades sucumbem diante das exigências da miséria e da pobreza.

O assunto escola desperta constrangimento na maioria das crianças e adolescentes em situação de rua. Apesar de muitos não freqüentar a escola sabem que é isso que se espera deles, e o fato de não cumprirem com essa expectativa social os deixam envergonhados. Alguns se recusam a falar no assunto, porém a maioria atribui a si mesmo o fracasso escolar na fórmula do "desinteresse" e sentem-se culpados por "sua incapacidade".

Prado et al. (1993: 103) revelam que "a relação das crianças de rua e seus familiares com a escola é problemática, seja porque estão trabalhando, seja pelo estilo de vida desses sujeitos sociais, seja por questões culturais de confronto entre expectativas da família e do sistema escolar".

Costa (1984), estudando a relação entre desempenho escolar e ambiente familiar, constatou que o tamanho da casa, o índice de objetos na casa (quantidade e variedade de móveis e utensílios), a escolaridade e a ocupação do pai estavam altamente associados a resultados positivos dos testes de rendimento. Por outro lado, o tamanho da família influenciava negativamente este desempenho.

Assim, as condições sócio-econômicas e familiares são fatores que influenciam

diretamente o rendimento escolar. Para Costa (1984), mesmo havendo igualdade de oportunidades de ingresso a escola, não havendo igualdade de condições iniciais, não se pode chegar à igualdade de resultados. Esta igualdade só pode ser atingida se os alunos com baixas condições sócio-econômicas forem submetidos a um processo de recuperação ou compensação de suas deficiências.

Com a franca desvantagem com que entram na escola, ainda que não seja para trabalhar, a saída da escola será determinada pelo baixo rendimento que leva ao atraso, que por sua vez culmina no desinteresse e na repetência. Situação que aumenta os custos do investimento familiar levando a desistência do esforço, aprisionando-os no destino do trabalho mal remunerado e da pobreza. Como a educação pública fundamental é de baixa qualidade, o tempo gasto pelos pobres que freqüentam o sistema é pouco produtivo, levando a elevados níveis de repetência e evasão precoce da escola (Camargo, 1994).

Longe da escola, quase sempre sozinho ou sob a responsabilidade de irmãos, devido à ausência de pais e mães que se afastam de casa para trabalhar, desfazem-se as redes tradicionais de socialização das crianças que a ausência ou fracasso dos serviços públicos não substitui (Carvalho, 1995). Distantes do controle das mães encontram nos grupos de crianças os agentes de socialização que os fortalecem “tornando-os infensos à atividade educadora dos adultos” (Zaluar, 1994 (b)).

Nesse processo, essas crianças acabam expostas à violência das comunidades, freqüentemente envolvidas nos embates entre facções do narcotráfico ou entre policiais e traficantes, onde são amiúde inocentes, que acabam "levando a pior", tombando em meio aos tiroteios e execuções sumárias (Souza, 1996). Sem outras alternativas, crianças e adolescentes acabam buscando o espaço "neutro do asfalto" como local de socialização e lazer, juntando-se a outros de mesma condição, formando grupos de proteção e sobrevivência.

Em outros casos a falta de perspectiva, a miséria e a exigência familiar empurram essas crianças, e sobretudo os adolescentes para as ruas na busca de liberdade, aventura, identidade própria e consumo de produtos que sua condição de pobreza não lhes permite. Alguns enveredam mais claramente pelos caminhos da delinqüência, tornando-se clientes das agências de preservação da ordem pública (Carvalho, 1995).

Distantes de casa e da comunidade eles estão expostos a contatos e influências

de toda ordem. São objetos da violência, da morte prematura por atropelamento ou extermínio, do aliciamento e exploração dos adultos para o furto e a prostituição e do abuso das drogas. "São subjugadas a se enquadrarem nas hierarquias que vigoram entre outros habitantes das ruas e entre autoridades legitimadas ou não pela lei, como os policiais, os traficantes e os membros do crime organizado" (Rizzini, 1995: 81).

A desigualdade no Brasil, não se associa apenas à diferença de renda que existe entre o rico e o pobre, mas também a outras dimensões como saúde, educação e cidadania. Para Camargo (1994), a concentração de todas as formas de riqueza como a propriedade da terra, do capital financeiro e comercial, do capital físico e, finalmente, do capital humano, ou seja, da educação, gera concentração do fluxo de renda e do poder econômico político.

Os efeitos negativos dessa concentração de riqueza, fazendo com que significativos contingentes populacionais não consigam atender aos requisitos mínimos de uma vida digna, podem ser avaliados nas condições de sobrevivência e desenvolvimento das crianças pobres. Segundo o relatório do Unicef (Buvnich, 1998:39) "desnutrição, altas taxas de mortalidade e morbidade materno-infantil, falta de cuidados no desenvolvimento infantil, difícil acesso à educação pré-escolar, trabalho infanto-juvenil, baixo desempenho e altas taxas de evasão e repetência escolar, prostituição infantil, abusos e maus tratos são conseqüências relacionadas à pobreza".

Durante séculos, a ausência de processos políticos democráticos, propiciou a utilização do aparelho estatal por grupos dominantes para determinar políticas públicas em benefício de seus próprios interesses e o processo democrático não modificou esse quadro. Como o pobre não tem poder político para influenciar políticas públicas que possam reduzir as disparidades, os recursos públicos acabam investidos nos projetos dos grupos dominantes (Camargo, 1994). Daí resultam políticas públicas de baixa qualidade que pouco contribuem para a redução da pobreza.

A situação da criança e do adolescente de rua caracteriza-se pelas omissões e pelas falhas de todas as políticas públicas básicas. "A política de emprego e de salários justos falhou em relação a seus pais. A política de habitação, saneamento básico e urbanização já falharam em relação a sua família. Igualmente a educação e a saúde passaram ao largo de sua existência" (Costa 1990: 74).

Longe do desenvolvimento infantil em que a criança tem sua sobrevivência assegurada pela família e pode desfrutar de relações sócio-familiares que lhe propiciam

estabilidade e segurança para brincar e aprender, para as crianças e adolescentes pobres a desigualdade social se traduz como uma realidade brutal que substitui a inocência e a fantasia pela necessidade real da luta diária pela própria vida, tornando-os precocemente adultos. Esse desenvolvimento acontece, quase sempre, longe da família e sem oportunidade de mudança pela ausência ou inoperância das políticas sociais.

A ineficácia das políticas públicas que no passado não conseguiram promover a universalidade da cidadania, tem hoje na política neoliberal uma concepção de inclusão que não consolida a garantia dos direitos sociais. As políticas de atenção social são repartidas com a filantropia da sociedade e não assumidas como responsabilidade pública.

A limitação das políticas públicas de combate a pobreza, pela falta de recursos, fomenta cada vez mais políticas assistencialistas apaziguadoras dos efeitos da pobreza (Demo, 1998), que não devolvem ao cidadão a garantia do direito à saúde, à alimentação, à educação, ao trabalho, à Previdência Social, à habitação e à possibilidade de participação ativa e decisória na gestão social, agravando ainda mais a exclusão social.

3.3. O PROCESSO DE VINCULAÇÃO SOCIAL.

O ser humano ao nascer é absolutamente dependente, não dispõe de repertório suficiente para sobreviver sem a participação do “outro significativo”. Nos primeiros anos de vida a criança depende dessa ligação para se alimentar, ter saúde e aprender. Esta relação de dependência estabelece um sistema de comportamento, um vínculo, destinado a garantir a sobrevivência e o bem estar da criança. O vínculo é a manutenção da proximidade entre a mãe e a criança, de maneira a garantir a segurança desta última. A criança sobrevive graças a uma vinculação biológica (cordão umbilical, amamentação) e crescerá e se desenvolverá com a constituição de vínculos simbólicos, afetivos e sociais. Após esta relação dual de sobrevivência, os vínculos serão estabelecidos com todos aqueles que estão próximos a criança e se ocupam de suas necessidades. Orientados pelo primeiro modelo, os vínculos serão formados com um número crescente de pessoas: família, escola, comunidade e sociedade mais ampla.

Ao nascer a criança pertence a uma rede familiar que compreende o pai, a mãe e seus respectivos grupos familiares, que por sua vez já estão inseridos em uma determinada cultura a qual a criança terá que se adaptar. Ela receberá um nome próprio e um sobrenome que indicará sua pertinência familiar e seu nascimento em um determinado território social e geográfico também marcará sua identidade. A criança inicia a sua história dentro da história de sua família, de sua comunidade e de sua nação.

Para a análise a que este trabalho se propõe é importante conhecermos o processo de formação de vínculos sociais, identificar os agentes que participam do processo e perceber como esses agentes contribuem para a integração social do indivíduo.

A socialização não é um processo meramente cognitivo, é carregado de emoção e implica no estabelecimento de vínculos com o outro. Os vínculos são estabelecidos gradualmente e a cada etapa do processo de socialização se estende a um número maior de agentes. A primeira fase do desenvolvimento social vai até a idade de seis anos e é voltado para o estabelecimento dos vínculos com o grupo familiar. A segunda fase vai dos sete aos doze anos e os vínculos estabelecidos com a família se estendem para a escola, a comunidade e o grupo de amigos. A terceira fase se inicia na adolescência e o estabelecimento dos vínculos está voltado para a sociedade mais ampla.

Existem diversas abordagens sociológicas para o conceito de socialização, porém, quem primeiro descreveu a socialização como construção de uma identidade

social na e pela interação com os outros foi George Hebert Mead, em 1934 (Dubar,1997). Este teórico coloca a comunicação pelo "gesto" no centro do processo de socialização. Para Mead o fato mais importante é o gesto (ato social elementar) que constitui uma adaptação à reação do outro. O comportamento social é uma reação significativa ao gesto (origem de qualquer linguagem) do outro. A estes "outros" que são os agentes de socialização Mead chamou de "outros significativos" e são todos os indivíduos que tem importância na adaptação da criança ao mundo em que ela vive. A socialização depende das formas institucionais (família, escola) de construção do Eu e das relações comunitárias.

Aprofundando a análise de Mead, Berger e Luckman (1997) esclarecem que apesar de um indivíduo não nascer membro de uma sociedade, nasce dentro de uma estrutura social objetiva, dentro da qual encontra "outros significativos" que se encarregam da sua socialização. A criança ao nascer não escolhe os "outros significativos", estes lhe são impostos. Como não tem escolha, identifica-se automaticamente com eles. A socialização se dá pela interiorização dos processos subjetivos do "outro significativo" que se tornam subjetivamente significativos para a criança. O "outro significativo" é o mediador do mundo para a criança e modifica o mundo através da mediação. Os aspectos do mundo mediado dependem da percepção do mediador. Estes aspectos são escolhidos de acordo com a localização do mediador na estrutura social e com sua biografia.

A linguagem constitui o mais importante conteúdo e o mais importante instrumento de socialização. Através da linguagem o indivíduo incorpora "saber de base" que lhe assegura simultaneamente "a posse subjetiva do eu e de um mundo" e, portanto, a consolidação dos papéis sociais. Os papéis são tipificações de formas de ação com um sentido objetivo, que exigem uma objetivação lingüística. "O indivíduo e o outro podem ser compreendidos como executantes de ações objetivas geralmente conhecidas, que são recorrentes e repetíveis por qualquer ator do tipo adequado" (Berger e Luckmann, 1997). Exemplificando, o papel de mãe é reconhecido por ações características desempenhadas por todos os indivíduos que cumprem este papel numa determinada sociedade e passível de ser repetido por qualquer pessoa do sexo feminino. A incorporação desses "saberes de base" depende da relação da criança com os agentes de socialização. Para Dubar (1997), a chave essencial de compreensão dos mecanismos e dos resultados da socialização primária é a valorização que é feita dos diferentes

saberes possuídos pelos diferentes adultos “socializadores” e das relações que estabelecem com os diversos “socializados”.

Para Mead a socialização passa por três etapas que Berger e Luckmann identificam como socialização primária em que a criança absorve o mundo social no qual vive como o único mundo existente e concebível.

A primeira etapa é a percepção pela criança dos papéis desempenhados pelos que lhe são próximos e a família é o principal agente de socialização. A identificação com os membros da família permite a criança incorporar e absorver pautas de condutas complexas e integradas dos modelos familiares. Interiorizando atributos, características e motivos pessoais dos “outros significativos”, ela aprende respostas sociais. O brincar desta etapa é egocêntrico; mesmo em grupo cada criança brinca para si, sem respeitar regras. Nos jogos livres imita os comportamentos dos “outros significativos” e recria através de gestos organizados, o papel da mãe, do pai, dos irmãos, de todos aqueles com quem se identifica.

No grupo familiar os laços emocionais próximos, intensos e duradouros são fundamentais como protótipo das identificações subseqüentes, constituem a base para o desenvolvimento emocional da criança e para uma socialização adequada.

A maturação biológica é o pano de fundo do desenvolvimento e está intimamente ligada à socialização. Embora a socialização seja um processo contínuo a criança atinge um nível de desenvolvimento e então assimila novos elementos. A criança terá posições progressivas de acordo com seu desenvolvimento biológico e cada posição compreenderá uma independência maior. Ela aprenderá a sua posição de idade pela expectativa dos outros com relação a seu comportamento. A padronização do comportamento deriva da cultura mais ampla e da necessidade de interação com os outros. As posições de idade poderão variar de uma sociedade para outra de acordo com a cultura.

A família como agente de socialização transmite apenas segmentos da cultura mais ampla à criança. Os segmentos particulares dependem primariamente das suas posições sociais. Porém, não é só a família que cumpre esse papel. Os vizinhos, o grupo de pares, a escola, o professor, a igreja, os meios de comunicação vão fornecer modelos de identificação para padrões de comportamento e valores sociais apropriados.

A segunda etapa da socialização se inicia com a entrada na escola em que a criança passa dos jogos livres para os jogos com regras, em que a atitude de um obriga a uma atitude apropriada por parte do outro. A criança passa a ter uma nova compreensão

do “outro”. Este deixa de ser o “outro significativo” do qual se assume um papel e passa a ser um “outro generalizado” onde a assunção de papéis dá lugar ao aprendizado das atitudes daqueles que estão comprometidos num mesmo processo social.

Para Mead a identificação com o outro generalizado é o mecanismo central da socialização definida como construção do Eu. “A formação na consciência do ‘outro generalizado’ marca uma fase decisiva na socialização. Implica a interiorização da sociedade enquanto tal e da realidade objetiva nela estabelecida e, ao mesmo tempo, o estabelecimento subjetivo de uma identidade coerente e contínua” (Berger e Luckmann, 1997:179). É a identificação com a comunidade, com o grupo que dá ao indivíduo a unidade do Eu. A cristalização na consciência do outro generalizado permite que se estabeleça uma relação simétrica entre a realidade objetiva e subjetiva. A realidade interna se assemelha a realidade externa.

Para Piaget entre as idades de 7 e 12 anos, o desenvolvimento cognitivo passa pela fase das operações concretas e adquire um conjunto de regras de importância capital para sua adaptação ao ambiente. O pensamento e a linguagem não são mais egocêntricos, a linguagem dirige-se verdadeiramente ao outro com a intenção de comunicação objetiva do pensamento (Piaget, 1973). O controle prático do corpo será fundamental para que a criança se instrumentalize na progressiva saída de casa para a socialização e as conquistas externas. Esta será também a idade do ludismo com sentido social, na medida que o jogo agora obedece a regras. Nesta fase a criança será capaz de pensar de maneira lógica o objeto, entender o conteúdo do pensamento dos outros e transmitir o seu próprio. Produzir as imagens mentais de uma série de ações, ter consciência de seu próprio pensamento que passará a ser interiorizado e não mais atribuído à outra pessoa.

Nesta etapa do desenvolvimento, a criança se volta para os relacionamentos extra-familiares e têm as primeiras saídas reais para o grupo social, já que anteriormente as relações com outras crianças não chegavam a constituir um grupo, tanto por causa da proteção parental, como pela predominância da fantasia. Os grupos formarão a estrutura básica para a evolução das regras de socialização adulta. A diminuição da fantasia e do egocentrismo possibilitará as relações de trocas genuínas de experiências, pontos de vista e cooperação.

O mundo em expansão da criança passa a incluir mais e mais pessoas e um número crescente de grupos com os quais ela se identifica. Dos papéis concretos desempenhados pelos “outros generalizados” ela forma, por sucessivas identificações,

um papel composto para si mesma. O “outro generalizado” torna-se um modelo assimilado, consistente em padrões pelos quais encara e julga o próprio comportamento. O modelo assimilado vai incluir também o conjunto de expectativas para o comportamento dos outros, expectativas que representam situações de interação.

O aprendizado social se inicia, o grupo de amigos começa a se formar em torno da escola e do bairro. Meninos e meninas se separam em grupos unisexuados. O agrupamento por sexo e por idade satisfaz tanto as necessidades sociais quanto os da própria criança, pois servem para inculcar destrezas e atitudes características do sexo e da idade, no transcurso da socialização. Satisfaz também uma necessidade compensatória de pertencer a um grupo de iguais que os faça sentir-se parte de uma comunidade.

A família continua a ter grande importância para a construção de uma identidade individual, porém outros adultos serão importantes para apreensão de novos papéis sociais. As identificações que se estabelecem com outros agentes de socialização possibilitam a incorporação de novos papéis que proporcionarão uma primeira identidade social. Esta identidade lhe é conferida por sua pertença familiar, pela escola e pela comunidade.

A terceira etapa da socialização implica que o indivíduo se reconheça como membro da comunidade com a qual se identificou através do “outro generalizado”. É um membro efetivo da comunidade e este reconhecimento do Eu implica que o indivíduo se torne um “ator” que desempenha no grupo um papel “útil e reconhecido”.

Para Piaget o indivíduo adquire na adolescência estruturas mentais e leis de funcionamento destas que permanecerão constantes durante a vida adulta. Para ele a necessidade de integração e aceitação no grupo e na família são impulsos básicos para a procura de formas superiores de pensamento e, portanto de equilíbrio.

Apesar da socialização não ser jamais acabada, o indivíduo pode se perceber integrado socialmente depois que estabeleceu e manteve os vínculos com os grupos mais próximos. A integração atua ligando uma pessoa, um grupo ou um extrato a algo que seja representativo de uma sociedade mais extensa. O termo é freqüentemente utilizado em referência a comunidades locais e, no seu sentido mais abstrato, a integração é a articulação entre expectativa e realização.

Para Berger e Luckmann as três fases de Mead caracterizam o processo de socialização primária, que termina quando o conceito do outro generalizado foi estabelecido na consciência do indivíduo. O processo complementar a este é o da

socialização secundária, que é a aquisição do conhecimento de funções específicas com raízes na divisão do trabalho. Este processo é determinado pela suposição de conclusão do processo precedente, isto é, deve tratar com uma personalidade já formada e um mundo já interiorizado. No processo de socialização secundária o indivíduo interioriza o mundo baseado em instituições e se integra na sociedade mais ampla.

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA

4.1. O CONTEXTO INSTITUCIONAL

A Prefeitura do Rio de Janeiro é constituída por 14 Secretarias Municipais e 7 Secretarias Especiais. Dentre as Secretarias Municipais está a Secretaria de Desenvolvimento Social (SMDS), órgão responsável pela formulação e implementação das políticas de assistência social do município. Opera um sistema público de Programas Sociais com o objetivo de reverter a situação de exclusão social em que vive grande parte da população da cidade, e a conseqüente promoção social da família, com atenção especial para a criança e para o adolescente em situação de risco.

Os Programas Sociais são formulados para intervir em diferentes faixas etárias e situações de exclusão junto a população do Município do Rio de Janeiro. O sistema de programas objetiva a promoção social da família, alvo de diferentes ações nas áreas de saúde, trabalho, educação, atendimento social, cultura e lazer. Todos os Conselhos Municipais de Direito estão vinculados à Secretaria, inclusive o Conselho Tutelar.

Os programas para deter o processo de exclusão social, garantindo a permanência de crianças, adolescentes e idosos junto a família, na escola e na comunidade são: RIO CRIANÇA MARAVILHOSA (0 a 6 anos), OFICINA DA CRIANÇA (7 a 14 anos), RIO JOVEM (15 a 18 anos), RIO EXPERIENTE (maiores de 65). O RIO EM FAMÍLIA atua junto ao núcleo familiar, integrando os diferentes atendimentos e fornecendo os aportes necessários à melhoria de condições de vida da família.

Para os mais excluídos, a SMDS formulou o Programa Vem Pra Casa!, que atende crianças, adolescentes e famílias com crianças nas ruas, e o Programa SOS CIDADANIA que oferece serviços à população em extremo risco. A Fundação Municipal Lar Escola Francisco de Paula (FUNLAR) atende a portadores de deficiência.

O Programa Vem Pra Casa! é um sistema de proteção especial que oferece prioritariamente às crianças e adolescentes em situação de risco social, alternativas concretas à vida nas ruas. O objetivo é reinserí-los na família, na comunidade, na escola

e, no caso dos adolescentes, prepará-los para o mercado de trabalho. Atende também famílias com crianças nas ruas, encaminhando-as de volta para casa ou para abrigos provisórios. Além destes grupos, o programa também trabalha com crianças e adolescentes que já romperam com a vida nas ruas e estão em processo de reinserção familiar ou de construção de sua autonomia.

Os projetos do Programa Vem Pra Casa! incluem :

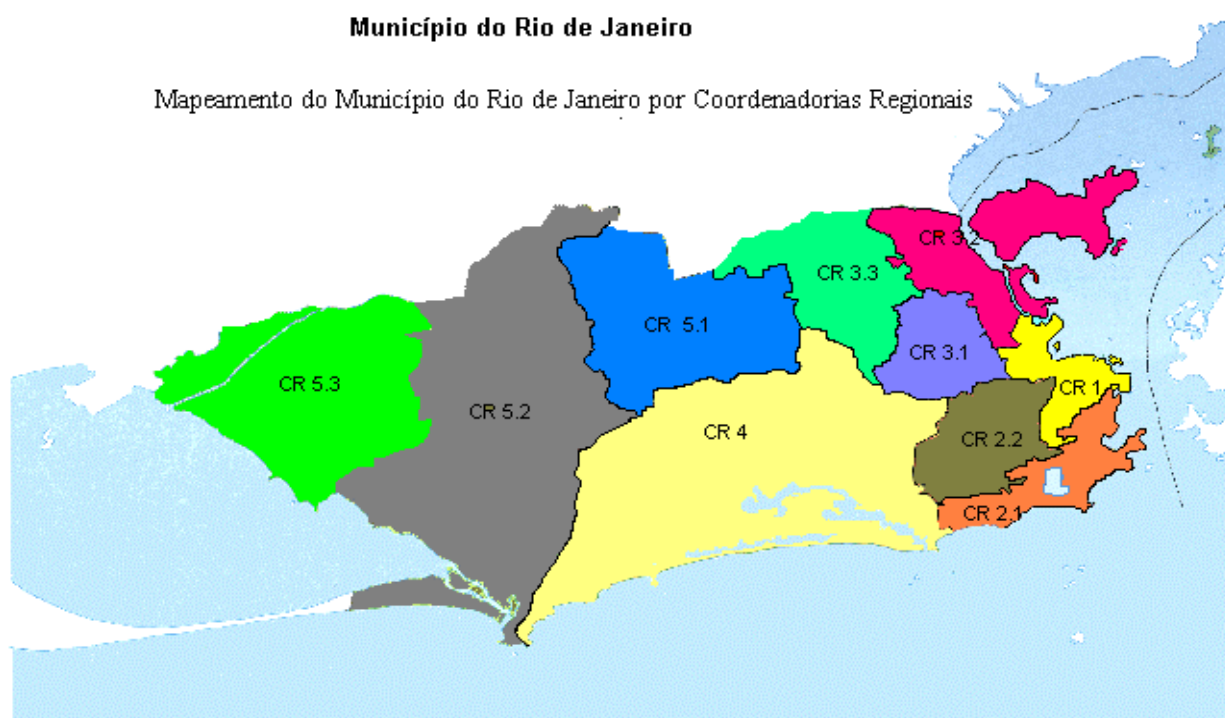
- Abordagem: Contato sistemático com crianças, adolescentes e famílias em situação de rua.
- Abrigos de Família: São espaços destinados ao acolhimento de famílias em situação de risco social, especialmente aquelas sem moradia e com atividades de sobrevivência nas ruas da cidade.
- Abrigos Temporários: Local para abrigar crianças e adolescentes em situação de rua e aprofundar os conhecimentos e as informações sobre os mesmos.
- Casa de Acolhida: Atendimento em pequenas unidades residenciais de crianças e adolescentes em situação de rua, cujos laços familiares estão fragilizados ou rompidos.
- República: São pequenas unidades domiciliares para atender adolescentes que não têm possibilidades de reinserção familiar.
- Apadrinhamentos de Crianças e Jovens: É um Projeto do Programa Vem Pra Casa! que capta padrinhos para crianças e adolescentes com problemas de saúde ou em risco social.

A política de assistência formulada pela SMDS, a partir de 1994, incluiu a descentralização do atendimento social, que implantou em cada Área de Planejamento do Município (AP) uma Coordenadoria Regional de Desenvolvimento Social (CR). As Áreas de Planejamento reúnem, para fins administrativos, os bairros com as mesmas características geográficas, sociais e econômicas. A Coordenadoria de Desenvolvimento Social é a responsável por aplicar uma política de assistência em cada área, fazendo o planejamento de programas e projetos adequados à realidade local.

A Coordenadoria Regional administra todos os Centros Municipais de Atendimento Social Integrado (CEMASI) de sua área. Os CEMASI's são os equipamentos da Secretaria onde acontecem os atendimentos diretos à população, através dos programas sociais neles implantados. Dependendo de suas instalações

(pequeno, médio, grande porte) o CEMASI pode abrigar de um a vários programas sociais. Cada CEMASI realiza o atendimento descentralizado, como centro de referência local, e sedimenta a prática do atendimento integral e integrado. A SMDS tem, hoje, 141 CEMASI's de grande, médio e pequeno porte. As Coordenadorias Regionais são em número de 10 (anexo 1) e suas áreas de abrangência podem ser observadas na figura 1.

Figura 1- Distribuição Geográfica das Coordenadorias Regionais do Município do Rio de Janeiro.



Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, 1999.

4.2. A ORIGEM DOS DADOS

Dentro do programa Vem Pra Casa! desenvolvido pela prefeitura, funciona uma central de recepção denominada Centro Municipal de Assistência Social Integrada Floriano de Lemos (CEMASI Floriano de Lemos), que é responsável pela abordagem, retirada das ruas, estudo de casos e encaminhamento de população de rua, prioritariamente crianças, adolescentes e famílias com crianças e adolescentes. Este CEMASI funciona na antiga estação de bondes do Alto da Boa Vista, em uma área de

proteção ambiental urbana, e por este motivo é conhecido dentro do programa Vem Pra Casa! como “Estação do Alto”.

Inaugurada em 9 de junho de 1998, a Central de Recepção, Estudo de Caso e Encaminhamento de População de Rua do Programa Vem Pra Casa! tem como objetivo ampliar e intensificar o processo de encaminhamento de crianças, adolescentes e famílias com crianças, de volta às suas casas ou para abrigos temporários. Ela busca reverter a situação de vida dessas pessoas retirando-as da rua e concedendo várias formas de apoio.

A Estação do Alto passou a funcionar 24 horas por dia a partir de novembro de 1998, com o recolhimento máximo de 350 pessoas por mês, distribuídos entre crianças, adolescentes e famílias com crianças e adolescentes. O recolhimento é feito ininterruptamente por quatro equipes compostas de dois técnicos (psicólogo e assistente social), seis educadores, dois guardas municipais e dois motoristas, em plantões de 12 por 36 horas, nos horários de 7 às 19 hs e de 19 às 7 hs. Além dessas equipes, conta com um coordenador geral, um assistente administrativo, um assistente técnico, três digitadores, um arquivista, dois auxiliares de almoxarifado e três auxiliares de serviços gerais que trabalham de 2^a à 6^a feira.

O trabalho de abordagem abrange todo o município do Rio de Janeiro e a escolha do itinerário de cada equipe é feito com base nos relatórios das Coordenadorias Regionais (CRs), que apontam as áreas de concentração da população de rua e também as denúncias feitas por telefone, fax ou via internet. Quando a concentração da população nas ruas de algum bairro é muito grande ou de difícil abordagem, são feitas operações conjuntas com as CRs, guarda municipal e comissários do Juizado da 1^a Vara da Infância e da Juventude.

A população a ser retirada das ruas é identificada por dormir nas ruas, pedir esmola, vender nos sinais e calçadas, usar drogas ou quando procuram espontaneamente a equipe para serem abrigadas.

Diariamente, as equipes compostas por educadores, motorista e guardas municipais, saem às ruas para cumprir o itinerário pré-estabelecido ou para averiguar as denúncias. O papel dos educadores é abordar e convencer a criança ou o adolescente de acompanhá-los à central de recepção, só usando atitudes autoritárias quando as crianças estão sendo exploradas por adultos ou estão usando drogas. A função da guarda

municipal é preservar a integridade física das crianças, dos adolescentes e educadores em situações que se faça necessário tal intervenção.

Ao término do trabalho desenvolvido na rua, informam à central o número de pessoas acolhidas e as características principais da população, para que os técnicos e a equipe de apoio se preparem para o atendimento.

Ao chegarem na Central, os técnicos se apresentam e explicam a população acolhida o trabalho que o programa desenvolve. Depois de feitos todos os esclarecimentos necessários, são encaminhados para higiene pessoal. É servido-lhes um lanche, são entrevistados e após são fotografados.

Pela capacidade do transporte, o número médio de crianças acolhidas por abordagem é de cinco, o que permite que o atendimento dos usuários possa ser feito com tempo suficiente para uma coleta de dados que respeite as características individuais dos entrevistados.

De acordo com as informações colhidas nas entrevistas e pelos educadores no momento da abordagem, a população pode ser encaminhada para os abrigos do município ou outros programas desenvolvidos pela SMDS, conselhos tutelares, Juizado da Infância e Juventude ou Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.

O trabalho visa a proteção de crianças e adolescentes e por esse motivo o maior número de encaminhamentos são feitos para abrigos destinados a eles e para os conselhos tutelares. As famílias e adultos só são abordados no caso de estarem acompanhadas de crianças e adolescentes, sendo encaminhados para abrigos de famílias. No caso de flagrante ou constatação de exploração, negligência ou violência praticadas pelos adultos que os acompanham, as crianças e adolescentes são encaminhados para o Juizado da Infância e Juventude ou para a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.

No trabalho rotineiro de abordagem geralmente as crianças e adolescentes não se recusam a informar o que lhes é perguntado, pois, acompanham a equipe espontaneamente. Esta dificuldade ocorre quando são acolhidos por estarem usando drogas ou quando o acolhimento se deu em alguma situação difícil com quem os acompanhava na rua, por exemplo, em caso de exploração por adultos.

Outra dificuldade em entrevistá-los acontece quando são feitas operações onde uns números grandes de crianças e adolescentes são acolhidos numa única abordagem e transportados em ônibus, chegando todos ao mesmo tempo.

Desde que passou a funcionar 24 horas por dia, o CEMASI coleta informações sobre a população de rua, que estão inseridas em um banco de dados. As informações são colhidas pelos técnicos que compõe as equipes, que entrevistam a população e preenchem um questionário padrão (anexo 2) para crianças ou adolescentes e outro para as famílias. Estas informações são transformadas em relatórios quantitativos mensais. Quando são reincidentes, seus dados não são reinseridos no banco de dados, mas apenas atualizados. Porém algumas vezes isso acontece por falha na digitação ou porque as crianças e adolescentes informam nomes falsos.

O banco de dados do CEMASI Estação do Alto, no que se refere a crianças e adolescentes, contém fotografias e dados referentes a data de acolhimento, número da ficha de questionário, nome, idade, sexo, registro de nascimento, filiação, endereço, onde mora (casa, instituição ou rua), com quem mora, local onde foi abordado, com quem estava quando foi abordado, o que fazia quando foi abordado, o motivo pelo qual está na rua, se dorme na rua, há quanto tempo está na rua, idade em que foi para a rua, se é alfabetizado, se estuda, o motivo da evasão escolar, se trabalha, em que trabalha, horário de trabalho, renda semanal, se apresenta deficiência aparente, se já frequentou abrigos, se já passou pelo Conselho Tutelar, se já passou por programas de atendimento e para onde foi encaminhado.

Na entrevista com as crianças e adolescentes, a maioria das perguntas do questionário são respondidas por eles sem dificuldades, quando feitas em atendimento de rotina, principalmente na primeira passagem pela central de recepção.

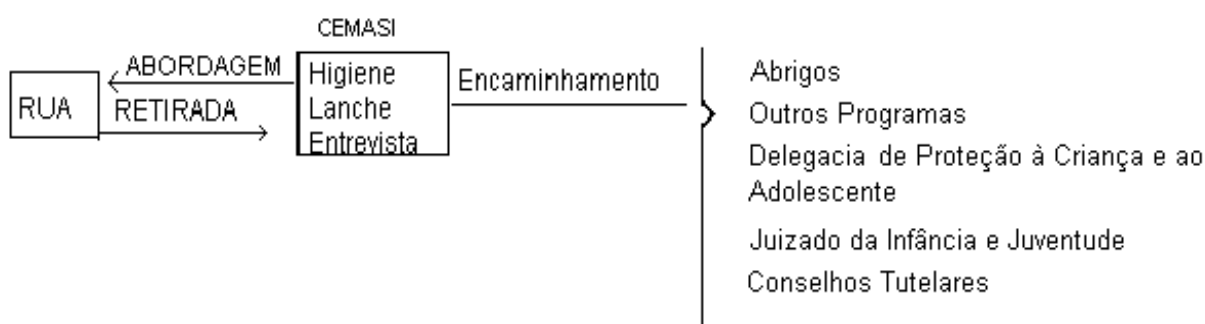
Após a primeira passagem pela central de recepção algumas crianças e adolescentes se aborrecem por ter que responder o questionário outra vez ou ficam incomodados de se tornarem conhecidos no programa. Nesses casos, na segunda passagem algumas vezes dão nomes falsos ou apenas o primeiro nome, porém não é comum mudarem a filiação. Quando não querem informar os dados corretamente, omitem a filiação.

O questionário é preenchido com as informações dos usuários. Quando não respondem a alguma pergunta os entrevistadores mudam a forma de perguntar para facilitar o entendimento ou dividem a pergunta em várias outras, de forma a possibilitar

a resposta da criança. Porém, quando a criança não quer responder, não continuam insistindo.

Quando a pergunta não respondida refere-se à alguma situação que leve o entrevistador a suspeitar de um risco mais específico que a criança esteja sofrendo, a suspeita é relatada e encaminhada junto com a ficha da criança.

O trabalho desenvolvido no CEMASI Florianópolis de Lemos pode ser resumido no esquema abaixo:



4.3. TRATAMENTO DOS DADOS.

Para os objetivos a que o estudo se propõe são imprescindíveis o cumprimento de duas tarefas específicas. A primeira diz respeito ao levantamento dos dados dentro de um recorte específico para que possamos determinar o campo de pesquisa. O segundo, após a determinação do campo, a pesquisa das variáveis preponderantes de vinculação/desvinculação de crianças e adolescentes em seus bairros de origem.

Foram levantados inicialmente, os dados referentes ao primeiro registro, no banco de dados, de todas as crianças e adolescentes recolhidos sem família pelo Cemasi Estação do Alto no período entre 01 de dezembro de 1998 e 30 de novembro de 1999, entendendo como crianças e adolescentes a faixa etária estabelecida pelo artigo 2º do ECA: "crianças são aquelas com idade de 0 à 12 anos incompletos e adolescentes aqueles de 12 à 18 anos incompletos".

Todos os registros que não corresponderam a este período ou estavam acima desta faixa etária foram excluídos.

Identificamos primeiro todas as fichas com mesmo número e data, que foram registradas duas vezes e excluimos um registro. Posteriormente identificamos aquelas com mesmo nome, data de nascimento e filiação registrados em datas diferentes, comparamos os dois registros e atualizamos no primeiro registro informações constantes no segundo registro mas não no primeiro, excluindo assim a segunda ficha.

Nos registros de mesmo nome e idade, onde só constava na filiação o primeiro nome da mãe, as crianças e adolescentes foram comparados por fotografias, só sendo excluído um registro quando não houvesse dúvida de que se tratava da mesma pessoa.

O restante dos registros que se encontravam incompletos, principalmente das crianças, foram pesquisados nos abrigos e preenchidos quando encontrados. Naqueles cujos dados de identificação possibilitou o reconhecimento de um segundo registro da mesma pessoa, o segundo registro foi excluído.

A ficha de atendimento é dividida em campos por assuntos específicos relativos à vida da criança e do adolescente, cuja ordem foi respeitada na análise dos dados, exceto os que se referem às comunidades de origem, apresentados no final do trabalho (anexo 3). Nesse item de procedência, foram analisados apenas os dados referentes às crianças e adolescentes residentes no Município do Rio de Janeiro. A análise dos demais dados refere-se ao universo de todos os recolhidos dentro do recorte proposto. As observações pertinentes às perguntas feitas no momento das entrevistas ou das respostas dos usuários foram comentadas dentro de cada item.

Em primeiro lugar procedemos a análise exploratória dos dados para traçar o perfil das crianças e adolescentes em situação de rua e levantar as informações que guiaram a segunda parte da pesquisa. Foram utilizados gráficos, tabelas e mapas para facilitar a comparação e a visualização das informações.

Os comentários sobre os resultados foram baseados em bibliografia de pesquisas anteriores sobre crianças e adolescentes em situação de rua, principalmente naquelas que focalizaram a Cidade do Rio de Janeiro ou a Região Sudeste e na nossa experiência de trabalho.

4.4 DELIMITAÇÃO DO CAMPO E ESCOLHA DAS CATEGORIAS

Na segunda fase da pesquisa escolhemos entrevistar as famílias com crianças recolhidas na rua. Essa escolha se deu pelo fato de ser a família responsável pela sobrevivência, coesão, socialização e integração de seus membros e pela transmissão dos valores éticos e morais que fazem parte da educação, que faz dela o grupo também privilegiado para apontar soluções.

A análise dos dados quantitativos possibilitou na primeira parte da pesquisa traçar um perfil das crianças e adolescentes em situação de rua recolhidas pelo CEMASI Floriano de Lemos e definir os rumos de nossa investigação. No segundo momento a abordagem utilizada para a investigação foi qualitativa.

A opção se deveu à intenção de explorar com informações qualitativas, a percepção dos familiares sobre os aspectos que facilitam ou dificultam a vinculação de seus filhos às suas comunidades, sem fazer comprovações nem correlações. A entrevista teve como eixo de investigação as variáveis que interferem no processo de desvinculação.

Na análise do processo de vinculação/desvinculação da criança e do adolescente no âmbito familiar foram analisados: a condição sócio-econômica da família, o tipo de estrutura familiar, a presença/ausência dos responsáveis e o tempo de ausência, a responsabilidade atribuída aos filhos nas tarefas domésticas e os relatos de relações afetivas ou violentas.

No âmbito da comunidade, as variáveis a estudadas foram: presença ou ausência de atividades de lazer individual e coletivo, relatos sobre relacionamentos solidários e/ou conflituosos com a vizinhança, episódios de violência na comunidade (tiroteios, conflitos entre polícia e facções do narcotráfico, conflitos entre facções do narcotráfico, relações da comunidade com o narcotráfico).

No âmbito da escola as variáveis selecionadas para analisar a formação de vínculos constantes/esporádicos foram: frequência escolar dos filhos, concomitância com o trabalho, episódios de repetência, relacionamento com professores, autoridades escolares e colegas, falta de recursos materiais e mudanças freqüentes.

Neste momento da pesquisa, esse procedimento mostrou-se mais adequado ao contexto de uma pesquisa qualitativa, com perguntas abertas, do que na aplicação de

questionários fechados que limitariam a possibilidade de aprofundar o nível de informações e opiniões dos entrevistados.

As entrevistas foram realizadas com um grupo de 10 famílias de crianças recolhidas na rua, com idades compreendidas entre 8 e 12 anos e residentes no município do Rio de Janeiro. A escolha da faixa etária e do município de residência foram relacionadas com as idades de iniciação nas ruas e o município predominante de residência. Foram entrevistadas 8 famílias de meninos e duas famílias de meninas, respeitando a proporção encontrada na análise dos dados entre crianças do sexo masculino e feminino.

A amostra apesar de reduzida foi diversificada no tocante à idade e ao sexo das crianças, a estrutura familiar e as comunidades de residência a fim de possibilitar a emergência de questões importantes para o tema. Numa pesquisa de cunho qualitativo, a preocupação quanto à representatividade de uma amostra volta-se mais à compreensão e aprofundamento do tema proposto do que com a generalização ou quantidade do mesmo. Para Minayo (1996) "uma amostra ideal é aquela capaz de refletir a totalidade nas suas múltiplas dimensões".

A análise do banco de dados indicou que, as crianças recolhidas na rua, em sua grande maioria, foram encaminhadas para abrigos da prefeitura. O local escolhido para selecionar os familiares foi o CEMASI Ayrton Senna, localizado em Mangueira, que abriga crianças de ambos os sexos na faixa etária de 7 à 12 anos incompletos independentemente de sua área de residência.

As famílias foram representadas por uma ou no máximo duas pessoas, maiores de 18 anos, consideradas pelos abrigos como responsáveis pela criança, que conviviam na mesma residência e que interferiam diretamente na educação deles.

No primeiro contato feito diretamente com as famílias de crianças e adolescentes recolhidos nas ruas, foi aplicado um questionário fechado e rápido, com dados de identificação, estrutura familiar e o motivo que levou a criança ou o adolescente para a rua. O objetivo do questionário foi selecionar a população alvo e sondar a disponibilidade dos familiares para a entrevista.

A entrevista semi-estruturada obedeceu a um roteiro básico com questões fundamentais para o estudo, sem o cerceamento da fala dos informantes, com o objetivo de orientar a pesquisa. A entrevista configura-se num campo que diz respeito à estrutura da relação entre os participantes da qual depende tudo que nela acontece e tanto melhor

está o campo quanto maior for a participação do entrevistado; a do entrevistador deve acontecer apenas com a intenção de levar adiante seu objetivo (Etchegoyen, 1989).

O roteiro da entrevista conteve dados de identificação, endereço, condições de moradia, escolaridade, composição familiar, ocupação dos responsáveis, horário de trabalho, relacionamento familiar, tarefas domésticas exercidas pelas crianças, relacionamento comunitário, local de lazer, episódios de violência na comunidade, escolaridade dos filhos, episódios de repetência, concomitância com trabalho, relacionamento escolar etc. Além dessas questões, abordou a opinião das famílias quanto as possíveis soluções para os problemas mais frequentes de desvinculação de seus filhos do seu entorno social.

O questionário e o roteiro de entrevistas foram submetidos à comissão de ética da ENSP/FIOCRUZ e realizadas após o consentimento livre e esclarecido dos entrevistados. As entrevistas foram gravadas e transcritas durante o trabalho de campo, buscando garantir a maior aproximação possível com a realidade. Os relatos foram lidos tantas vezes quanto necessários, procurando apreender a evidência significativa do vivido por cada família no processo de ida para a rua de seus filhos, que resultou na apreensão de várias experiências. Para que se pudesse alcançar o objetivo do trabalho, procedemos então a análise dos relatos pelos aspectos comuns em cada categoria que nos levaram a cinco variáveis preponderantes de vinculação/desvinculação sócio-familiar. Com o objetivo de garantir o anonimato dos entrevistados os nomes usados na análise são fictícios.

4.5 O TRABALHO DE CAMPO

No CEMASI Ayrton Senna funciona um abrigo para crianças de 7 à 12 anos, um abrigo para mães adolescentes com seus filhos, uma creche para crianças da comunidade e o programa “Rio Jovem” com cursos profissionalizantes para adolescentes da comunidade.

O abrigo é para crianças de ambos os sexos, independentemente do local de residência, e tem capacidade para atender 72 crianças. As crianças são distribuídas em 6 “casas” com capacidade para 12 crianças. Durante os 6 meses que durou o trabalho de campo, a lotação do abrigo variou entre 68 e 72 crianças.

As crianças são encaminhadas ao abrigo pela 1ª vara do juizado da Infância e Juventude, pelos conselhos tutelares, pelo CEMASI Floriano de Lemos ou por procura espontânea. Cada casa fica sob a responsabilidade de um educador que administra a rotina das crianças. Eles são responsáveis pela organização das casas, horário escolar, horário das refeições, banhos, brincadeiras, passeios, encaminhamento das crianças ao médico e administração de remédios.

A direção e a equipe técnica haviam sido mudadas 3 meses antes com o início da nova administração municipal. No contato inicial com a direção foi estipulado que eu iria duas vezes por semana, no horário de 13 às 17 horas, já que no horário da manhã a maioria das crianças estaria na escola e, portanto, raramente recebiam visitas nesse horário.

A idéia inicial de fazer contato com as famílias nos dias de visita ficou prejudicada nos dois primeiros meses, já que não havia dias e horários certos para as visitas. As famílias podiam visitar as crianças quando quisessem e encontra-las tornou-se uma questão de sorte.

Na primeira semana não realizei nenhum contato, na segunda semana fiz contato com um pai que havia ido procurar o filho recolhido no dia anterior. Marquei dia e hora para a entrevista em sua residência, porém não encontrei ninguém em casa. Dois dias depois quando voltei ao abrigo, soube que o menino já havia sido liberado para ir para casa, pois era a primeira vez que tinha sido recolhido. O motivo da ida para a rua tinha sido um passeio com o primo um pouco mais velho na Barra da Tijuca, sem o conhecimento dos pais.

Na terceira semana fiz contato com outra família e marquei entrevista, porém me perdi na comunidade, sem conseguir encontrar o endereço que me haviam fornecido. Quando encontrei, a residência da família tanto a mãe como o padrasto do menino já tinha saído para o trabalho. Essa família consegui entrevistar em outra ocasião.

Nesse meio tempo a direção do CEMASI mudou e foi necessário esperar uma semana para conversar com a nova direção. Nesse contato mudei os dias de ida ao campo, a partir da informação fornecida por um funcionário sobre os melhores dias para conversar com as famílias. A segunda-feira é o dia que as famílias comparecem no abrigo para buscar as crianças que foram recolhidas no final de semana e sexta-feira é o dia que alguns pais buscam as crianças que estão liberadas para passar o final de semana em casa. Consegui também uma sala para fazer as entrevistas com as famílias.

Nas quatro semanas seguintes nenhuma família foi buscar os filhos recolhidos na rua. Minha experiência no CEMASI Floriano de Lemos indicava encaminhamentos diários de crianças e adolescentes recolhidos na rua e desconhecia o motivo porque não havia o mesmo fluxo de crianças de um ano antes. Mais tarde fui esclarecida das mudanças ocorridas no CEMASI Floriano de Lemos: a unidade não recolhia mais só crianças e adolescentes, o perfil dos usuários havia mudado para preferencialmente população adulta de rua, as crianças só eram recolhidas em operações conjuntas com o Juizado, que aconteciam apenas uma vez por mês. A maioria das crianças levadas para o abrigo Ayrton Senna, durante minha permanência no campo, foi encaminhada pelo conselho tutelar.

Nesse mês fiz contato com quatro famílias, porém só duas estavam dentro do perfil da pesquisa. As outras duas residiam fora do município do Rio de Janeiro. Eu já estava à quase três meses no campo e só havia conseguido entrevistar duas famílias.

No final do terceiro mês de trabalho de campo no abrigo a nova direção estabeleceu que os dias de visitas seriam quartas e sábados de 13hs às 17hs. Só então me foi possível estabelecer um contato sistemático com as famílias que visitavam as crianças. Chegava no abrigo às 13h e ficava no saguão onde as famílias esperavam seus filhos, fazia o primeiro contato, esperava a visita terminar e então fazia a entrevista na sala que me fora emprestada.

Às quartas feiras no horário de visitas o abrigo era movimentado. Muitas mães iam levar seus filhos para a creche comunitária e tanto as crianças abrigadas como as mães adolescentes recebiam visitas. As crianças brincavam no jardim e passavam muitas vezes pelo saguão, movidos talvez pela expectativa de receber visitas e pela curiosidade de conhecer os familiares dos colegas. As primeiras palavras que me dirigiram foram para perguntar de quem eu era mãe. Ao saberem das minhas intenções fizeram uma roda a minha volta, me crivaram de perguntas e passaram a tarde cantando Rap, Funk e Pagode no gravador que eu levava. Depois de satisfeita a curiosidade, caí no esquecimento e pude me concentrar no trabalho.

Aos sábados, ao contrário, o abrigo era um lugar calmo e silencioso. As crianças que podiam ir para casa nos finais de semana haviam saído na sexta feira e as outras raramente recebiam visitas nesse dia. Eu chegava no horário da sesta, a maioria estava descansando depois do almoço, mas mesmo os que não estavam dormindo permaneciam dentro das casas e só saíam quando recebiam o consentimento dos educadores para brincar. No primeiro sábado em que fui ao abrigo os meninos brincavam de caçar

gafanhotos. De início tentaram me intimidar jogando os gafanhotos em mim, quando perceberam que eu era confiável, pois não havia me assustado com os “monstros”, me deram a função de guardião da caça. Eles caçavam e eu tinha que guardar os capturados entre as duas mãos fechadas em concha. Além disso, tinha que fazer a contabilidade, saber quantos pertenciam a quem. As meninas normalmente ficavam em duplas dizendo segredinhos umas para as outras.

As crianças entravam e saíam dos espaços e dos grupos com grande desenvoltura. Não demonstravam rivalidade entre eles, mas de vez em quando, um caçoava um pouco do outro demonstrando superioridade em algum assunto. Quando faziam alguma coisa errada sem querer, não demonstravam medo, ao contrário solicitavam a presença de algum educador para solucionar o problema.

As demonstrações de carinho para com os funcionários eram constantes: abraçavam, elogiavam, davam beijos, demonstravam saudades, solicitavam a presença e é claro, às vezes faziam alguma malcriação. Essas manifestações não ficavam sem resposta, todos aceitavam e retribuía os gestos. Apenas uma vez presenciei uma atitude agressiva por parte de um menino, que fez um escândalo no saguão desacatando um funcionário. Como não encontrou atenção nem aprovação dos visitantes desapareceu no corredor que leva às casas.

Todos os sábados que fui ao abrigo não encontrei famílias visitando as crianças, em alguns não encontrei nem as crianças, pois tinham ido ao parque de diversões, a campeonato de natação ou outra atividade externa. Diante da minha perplexidade com a ausência de famílias aos sábados, os educadores me informaram que muitas crianças não recebiam visitas freqüentemente, inclusive uma criança ficara até um ano sem receber qualquer visita de parentes. Aos poucos fui constatando a veracidade da informação já que as famílias que apareciam no abrigo nas quartas-feiras eram sempre as mesmas, e em número bem menor do que se poderia esperar num abrigo com 72 crianças.

Nas conversas que as famílias tinham entre si reclamavam da distância a percorrer de ônibus e do gasto com as passagens. Para ir ao abrigo às vezes tinham que recorrer a empréstimo de vale transporte dos vizinhos e pediam ao abrigo vale para a volta. Nos dias de calor reclamavam do sacrifício de subir as escadarias da entrada principal ou o morro da entrada dos fundos do abrigo. Encontrava-as algumas vezes na ladeira pedindo carona aos carros que subiam. Quase sempre iam acompanhadas de outros filhos pequenos, carregados pela mão ou no colo.

Na hora da visita as crianças do abrigo traziam quitutes feitos por elas para vender aos visitantes. As famílias demonstravam orgulho quando suas filhas participavam do preparo do lanche, mas poucas vezes as vi comprar. Quando o faziam, compravam apenas um para dividir entre elas e os filhos que haviam trazido na visita.

No saguão, enquanto esperavam as crianças serem chamadas, falavam entre si sobre os filhos, suas dificuldades, das rotinas de suas casas, informavam sobre doações de roupas e alimentos, atendimento hospitalar para as crianças, perguntavam sobre possibilidades de trabalho.

As famílias nem sempre receberam bem minha primeira abordagem. Eu me apresentava, explicava o trabalho que estava desenvolvendo, os objetivos da entrevista, assegurava a elas de que não seriam identificadas e perguntava se desejavam participar da pesquisa. Algumas se recusavam de imediato, outras queriam retribuição financeira para participar, outras aceitavam cooperar, porém depois da visita alegavam pressa e iam embora. A maioria se mostrava desconfiada e temerosa em dizer alguma coisa que as comprometessem perante o Juiz, o Conselho Tutelar ou em suas comunidades. Procuravam os funcionários do abrigo para se certificarem das minhas intenções ou conversavam com outras famílias para saber se deviam participar. Só aceitavam participar quando se sentiam absolutamente seguras e mesmo assim, todas as que informaram sobre episódios de violência em suas comunidades se certificaram, no final da entrevista, de que o anonimato seria garantido.

Com o tempo se acostumaram com a minha presença e aquelas que já haviam sido entrevistadas, quando me encontravam perguntavam sobre o trabalho. Uma família que inicialmente havia se recusado, tempos depois se ofereceu para participar.

Quase todas as famílias entrevistadas iniciavam seus depoimentos num tom solene, quase impessoal, escolhendo as palavras. Aos poucos, deixavam aflorar suas emoções e relatavam suas histórias com sentimento.

CAPÍTULO V

A ANÁLISE DOS DADOS.

5.1 ANÁLISE DO BANCO DE DADOS

Após a atualização dos dados, dentro do recorte de tempo e idade, o número total de crianças e adolescentes recolhidos nas ruas sem familiares, no período estudado foi 1290. Seguindo o roteiro da ficha de atendimento, os resultados dos dados analisados são os seguintes:

1º CAMPO: IDENTIFICAÇÃO

Este campo é preenchido com foto, nome, apelido, idade, data de nascimento, sexo e filiação. Existem alguns dados, que mesmo na primeira passagem, as crianças e os adolescentes realmente não sabem informar. Um exemplo disto é que apesar de informarem a idade, as crianças pequenas nem sempre sabem a data precisa de nascimento. Porém, na prática observamos que é incomum, pelo menos quando se referem às crianças, que os encaminhamentos sejam rejeitados pelos abrigos por causa da idade incorreta. Isso acontece às vezes com adolescentes que já completaram 18 anos e diminuem as idades para voltar para os abrigos. Por esse motivo, nos plantões, antes de cada encaminhamento, é feito um contato com o último abrigo de passagem do adolescente, para que os dados sejam confirmados.

As fotografias são tiradas para facilitar a identificação da criança e do adolescente no caso de serem procurados pelas famílias, serem confundidas com homônimos, sofrerem acidentes ou morrerem. Porém, a tarefa de fotografá-los algumas vezes é dificultada, ou pelo fato de serem tímidos ou porque não confiam nos propósitos a que se destinam. Nesses casos escondem o rosto, colocam boné na cabeça ou saem da luminosidade prejudicando a qualidade da foto, dificultando em muitos casos o reconhecimento.

Nesse campo os dados analisados foram idade e sexo. A distribuição por idade se encontra na tabela 1.

Tabela 1: Distribuição geral por idade

Idade	Frequência	%
00	2	0,2
01	1	0,1
02	1	0,1
03	3	0,2
05	7	0,5
06	14	1,1
07	22	1,7
08	37	2,9
09	46	3,6
10	104	8,0
11	148	11,5
12	168	13,0
13	164	12,7
14	159	12,3
15	157	12,2
16	149	11,5
17	108	8,4
TOTAL	1290	100,0

Fonte: Banco de Dados do Cemasi Florianiano de Lemos

Na distribuição geral, a idade de maior incidência é 12 anos e a média das idades 12,9 anos. Os adolescentes representam 70,1% e as crianças 29,9% do total.

O sexo masculino representa 74,5% e o sexo feminino 25,5% do total. Apesar do sexo masculino continuar predominante, percebemos um aumento do percentual de meninas nas ruas. A relação atual entre os sexos é de quase 3 meninos para 1 menina. Em 1986, no Rio de Janeiro, as pesquisas de Rizzini e Rizzini (1991:77) mostravam uma participação de 87% dos meninos e 13% das meninas. No entender das autoras “as famílias procuram sempre que possível, manter as meninas em casa, seja para ajudar nas tarefas domésticas, seja para evitar que caia nas redes da prostituição”. Outra atribuição das meninas é cuidar dos irmãos e muitas vão para as ruas levando os irmãos menores.

A relação entre faixa etária e sexo, está demonstrada na tabela 2, onde se verifica que os maiores percentuais de meninas são nas idades de 15 e 16 anos e dos meninos na idade de 12 anos. A média de idade tanto dos meninos quanto das meninas é 12,9 anos.

TABELA 2 :Distribuição por idade segundo o sexo.

Idade	Feminino		Masculino	
	Frequência	%	Frequência	%
00	1	0,3	1	0,1
01	0	0,0	1	0,1
02	0	0,0	1	0,1
03	2	0,6	1	0,1
04	0	0,0	0	0,0
05	3	0,9	4	0,4
06	4	1,2	10	1,0
07	8	2,4	14	1,5
08	10	3,0	27	2,8
09	11	3,4	35	3,6
10	30	9,1	74	7,7
11	26	7,9	122	12,7
12	30	9,1	138	14,4
13	44	13,4	120	12,5
14	44	13,4	115	12,0
15	46	14,0	111	11,6
16	46	14,0	103	10,7
17	24	7,3	84	8,7
TOTAL	329	100,0	961	100,0

Fonte: Banco de Dados CEMASI Floriano de Lemos.

2º CAMPO: DOCUMENTAÇÃO

Este campo da ficha se refere à documentação que a criança ou o adolescente possui no momento da entrevista, certidão de nascimento, carteira de identidade, título de eleitor, carteira de trabalho ou outro documento de identificação. No período estudado, apenas 17 das 1290 crianças e adolescentes portavam algum tipo de documento de identificação.

3º CAMPO: ENDEREÇO

Nesse campo o entrevistado informou a situação de moradia: casa, rua ou instituição; o endereço da residência ou de referência e com quem mora.

Apesar do trabalho de recolhimento ser realizado apenas nas fronteiras do Município do Rio de Janeiro, a tabela 3 mostra que 2,5% das crianças e adolescentes

recolhidos provém de outros estados, embora a maioria (97,5%) dos recolhidos seja oriunda do Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 3: Distribuição por Estados de origem.

Estados	Frequência	%
Bahia	4	0,3
Espirito Santo	6	0,5
Goiás	1	0,1
Minas Gerais	16	1,2
Rio de Janeiro	1258	97,5
Rio Grande do Sul	1	0,1
São Paulo	4	0,3
TOTAL	1290	100,0

Fonte: Banco de Dados do CEMASI Floriano de Lemos.

A distribuição das crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro por Região de moradia está demonstrada na tabela 4.

TABELA 4: Distribuição por região de moradia.

Região	%
Município do Rio de Janeiro	70,0
Municípios da Região Metropolitana	25,4
Municípios do Interior	4,5
Sem Resposta	0,1
Total	100,0

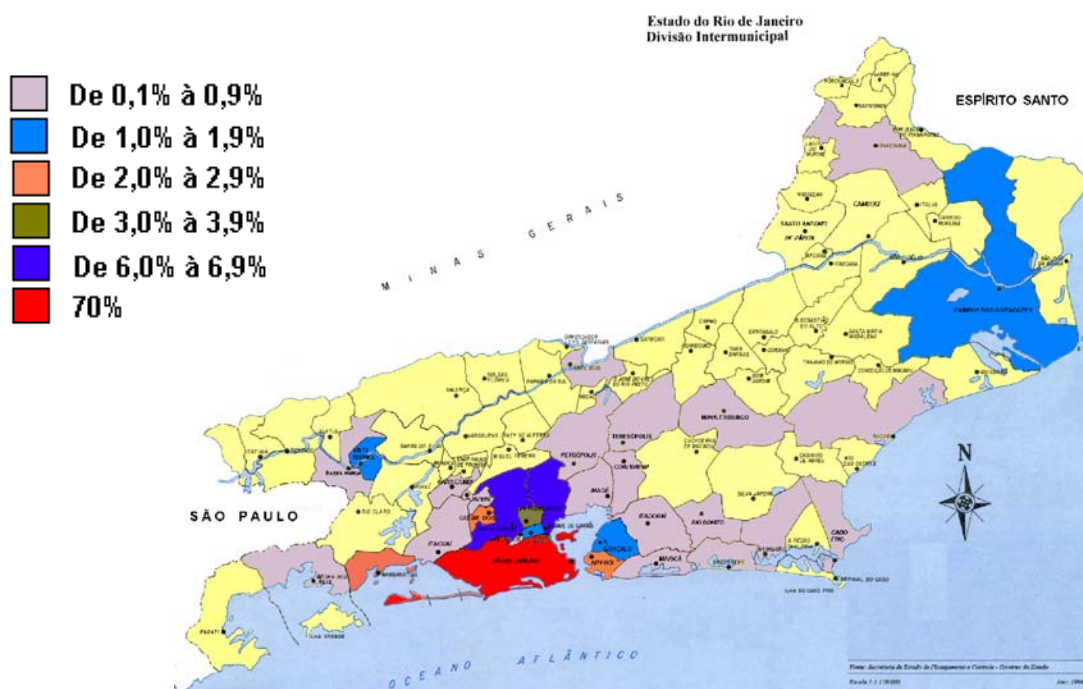
Fonte: Banco de Dados do CEMASI Floriano de Lemos.

No Estado do Rio de Janeiro a grande maioria das crianças e adolescentes em situação de rua reside no Município do Rio, porém é grande a participação da Região Metropolitana no número de crianças e adolescentes nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Os maiores percentuais são: Duque de Caxias (6,2%), Nova Iguaçu (6,1%), Belford Roxo (2,9%), Niterói (2,5%), Queimados (2,4%), São João de Meriti (1,4%) e São Gonçalo (1%).

Apesar do Interior do Estado apresentar baixo percentual no universo estudado, destacam-se nessa região os municípios de Vota Redonda com 1,6% e Campos com

1.0%, que juntos representam mais de 50% das crianças e adolescentes residentes no interior vivendo em situação de rua na capital. As crianças e adolescentes provenientes do Estado do Rio de Janeiro residem em 31 municípios.

FIGURA 1. Distribuição Geográfica dos Municípios de Residência das Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Banco de Dados do CEMASI Floriano de Lemos

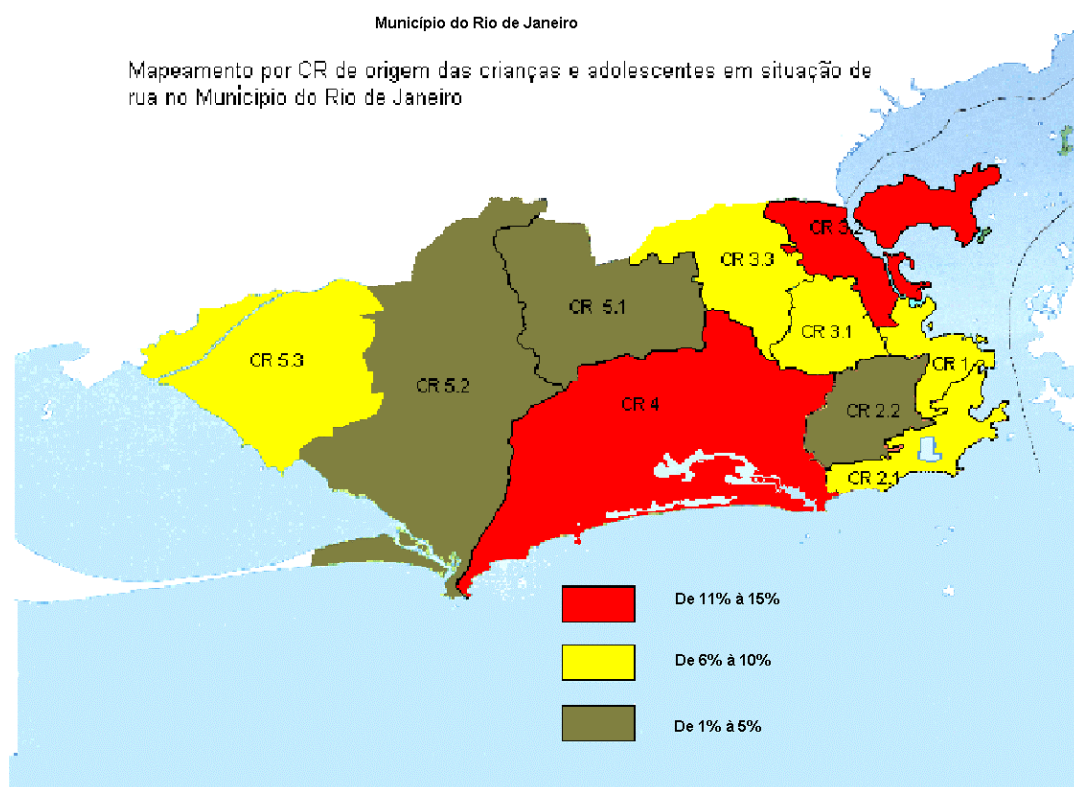
Sobre a situação de moradia, 76,6% dos recolhidos informaram morar em casa, 6,6% na rua, 1,8% em instituição e 15% não informou. Informaram endereço completo 67,5% dos entrevistados.

Das 880 crianças e adolescentes oriundas do município do Rio de Janeiro, 90% informou o bairro e 75,3% a comunidade em que residem. A distribuição abrange 84 bairros e 156 comunidades. A média de crianças e adolescentes na rua por bairro é 9,4, com o mínimo de um e o máximo de 85. A média por comunidade é de 4,2, com o mínimo de um e o máximo de 49 crianças e adolescentes.

Os bairros que aparecem com maior percentual de crianças e adolescentes em situação de rua são: Santa Cruz com 9,6%, seguido por Bonsucesso com 8,5% e Jacarepaguá com 6,9%. As comunidades com maior número de crianças e adolescentes em situação de rua são: Nova Holanda (49), Rocinha (45), Favela do Aço (36) e Cidade de Deus (30).

A lista com o nome dos bairros, nome das comunidades e número de crianças e adolescentes recolhidos na rua oriundo dos mesmos, se encontram no anexo 3.

Figura 2: Distribuição Geográfica das Coordenadorias Regionais de Residência das Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro



Fonte: Banco de Dados do CEMASI Floriano de Lemos

As CRs com maiores percentuais de crianças e adolescentes em situação de rua, tomando como base a população estudada são: CR 3.2 com 15,0% e CR 4 com 11,0%. A CR que apresenta menor percentual de crianças e adolescentes em situação de rua é a CR 5.2 com 2,8%. No que se refere à pergunta: Com quem mora? As respostas estão distribuídas de forma individual, mãe, pai, padrasto, irmãos, avós etc. Na prática, são marcados todos itens informados por eles, das pessoas com as quais reside. No levantamento das respostas, encontramos 31 tipos de arranjos familiares que foram agrupados em 9 tipos.

Tabela 5: Composição Familiar

Composição Familiar	Frequência	%
Pai/padrasto mãe/madrasta com ou sem irmãos	352	27,3
Pai/padrasto com ou sem irmãos	65	5,0
Mãe/madrasta com ou sem irmãos	403	31,2
Pai e avós ou tios com ou sem irmãos	4	0,3
Mãe e avós ou tios com ou sem irmãos	24	1,9
Avós ou tio com ou sem irmãos	101	7,8
Irmãos >18 anos ou < 18 anos	58	4,5
Sozinho	10	0,8
Outros	38	3,0
Sem resposta	235	18,2
Total	1290	100,0

Fonte: Banco de Dados do CEMASI Floriano de Lemos

Em 38,8% das composições familiares, as crianças convivem com mais de um adulto e em 77,3% dos casos têm laços de parentesco com pelo menos 1 dos membros da família. A mãe está presente em 59,5% dos casos. Verificamos, contudo, que a maior incidência de crianças nas ruas do Rio de Janeiro são de famílias que estão sob a responsabilidade de um dos pais, como já foi apontado em pesquisas anteriores (Rizzini & Rizzini, 1991; Minayo, 1993) que representam 36,3% do universo estudado, sendo as famílias matrifocais as de maior percentual.

Na região metropolitana do Rio de Janeiro, em 1987, cerca de 13,5% do total das famílias eram chefiadas por mulheres, com filhos e sem cônjuge. Em 1989, no Brasil, 30% dos domicílios indigentes e 23% dos domicílios pobres eram chefiados por mulheres (Lopes apud Escorel, 1999).

4º CAMPO: PONTO DE RECOLHIMENTO

Este campo se refere ao endereço e bairro onde a criança ou o adolescente em situação de rua é abordado e recolhido e a coordenadoria regional de abrangência do bairro de recolhimento. Normalmente as equipes não fazem abordagens em locais próximos as comunidades, por entender que esses espaços são lugares de circulação natural de seus moradores. Esses espaços só são motivos de abordagem, quando são verificados pelas equipes das Coordenadorias ou denunciados pelos moradores a existência de crianças e adolescentes dormindo nas ruas ou expostas a outros riscos. Os itinerários de rotina são os locais de maior concentração de comércio do centro, zona

sul, zona norte e subúrbio ou aqueles já conhecidos como pontos em que habitualmente as crianças e adolescentes dormem nas ruas.

A informação do ponto de recolhimento foi coletada em 85,6% dos casos e 14,4% ficaram sem resposta. A tabela 6 mostra os bairros de recolhimento tomando como universo o número total de informações coletadas.

TABELA 6: Frequência de recolhimento por bairro

Bairro de Recolhimento	Frequência	%
Copacabana	319	28,9
Centro	153	13,9
Barra da Tijuca	143	12,9
Leblon	83	7,5
Tijuca	78	7,1
Méier	64	5,8
Ilha do Governador	48	4,3
Botafogo	44	4,0
Ipanema	20	1,8
Estácio	20	1,8
Flamengo	18	1,6
Vila Isabel	16	1,4
Largo do Machado	13	1,2
Gávea	11	1,0
Alto da Boa Vista	9	0,8
Maracanã	8	0,7
Campo Grande	7	0,6
Jardim Botânico	6	0,5
Riachuelo	5	0,4
Catete	5	0,4
São Cristóvão	4	0,4
Madureira	4	0,4
Irajá	4	0,4
Praça da Bandeira	3	0,3
Laranjeiras	3	0,3
Jacarepaguá	3	0,3
Lagoa	2	0,2
Jacaré	2	0,2
Senador Camará	1	0,1
Rocinha	1	0,1
Rio Comprido	1	0,1
Realengo	1	0,1
Quintino	1	0,1
Leme	1	0,1
Humaitá	1	0,1
Cascadura	1	0,1
Bonsucesso	1	0,1
Total	1104	100,0

Fonte: Banco de Dados do CEMASI Floriano de Lemos

Como podemos verificar os bairros onde encontramos maior concentração de crianças e adolescentes na rua são Copacabana (28,9%), Centro (13,9%), Barra da Tijuca (12,9%), Leblon (7,5%), Tijuca (7,1%) e Méier (5,8%).

5º CAMPO: SITUAÇÃO DE RUA

Este campo informa com quem a criança ou o adolescente estava quando foi abordado, o que estava fazendo, o motivo de ida para a rua, assiduidade com que dorme na rua, o tempo que está na rua e a idade com que foi para a rua.

No momento em que foram abordadas 70,6% das crianças e adolescentes, estavam em companhia de outras crianças e adolescentes; 14,8% sozinhas; 7,2% com irmãos; 5,0% com outros familiares; 1,5% com adultos e 0,9% com os pais.

A grande frequência das crianças e adolescentes recolhidas estarem em companhia de outras crianças e adolescentes, se dá pelo fato do grupo configurar-se para eles como elemento de proteção diante dos perigos da rua, espaço de iniciação às práticas de sobrevivência, possibilidade de vínculos afetivos estáveis, fonte de notícias e espaço de brincadeira e prazer.

Por todos esses atributos, o grupo exerce uma forte influência entre seus membros, porém as regras impostas para sua coesão são também fontes de tensão, angústia e depressão. É frequente crianças aproveitarem a presença dos adultos na hora dos atendimentos para explicitar conflitos pré-existentes, denunciar furto de seu dinheiro ou objetos e maus tratos infringidos por outros membros do grupo.

Entre as idades de 8 e 12 anos, predominam as duplas de crianças, que embora fazendo parte de um grupo, elegem um colega da mesma idade para estabelecer uma relação de maior confiança. A partir dos 14 ou 15 anos, a coesão se dá entre um número maior de membros, porém com uma relação de maior desconfiança entre eles, o que faz com que os grupos não se mantenham coesos por muito tempo. Seus membros podem circular entre vários grupos, como observou Escorel (1999), "a característica básica dos grupamentos que se constituem nas ruas é sua composição fluida e flutuante".

No momento em que foram abordados, 16,5% informaram estar trabalhando; 28,5% estavam dormindo; 17,9% esmolando e 22,3% em outras atividades, como demonstrado na tabela 7.

Tabela 7: Frequência das atividades que exerciam quando foram abordados

Atividades	Frequência	%
Trabalhando	213	16,5
Dormindo	368	28,5
Esmolando	231	17,9
Outros	288	22,3
Sem Resposta	190	14,8
TOTAL	1290	100,0

Fonte: Banco de Dados do Cemasi Floriano de Lemos

No item "outros" foram especificados 19 atividades. As que aparecem com maior frequência são as atividades ligadas à diversão (lazer, brincadeiras, passeio ou conversa) 29,1%, seguida pela falta de atividade (perambulando, fazendo nada) 20,1%. A procura espontânea de abrigo representa 2,4% dos casos e outras atividades como: esperando trabalho, catando xepa, tomando banho em chafariz, buscando roupa, pedindo carona etc., aparecem com percentuais menores. O uso de drogas foi constatado em 7,3% e o furto em 0,7% dos casos, apesar de existirem grupos de rua que se caracterizam por essas práticas.

TABELA 8: Assiduidade com que dormem nas ruas

Dorme na rua	Frequência	%
Sempre	524	40,6
Nunca	291	22,6
De vez em quando	333	25,8
Durante a semana	10	0,8
Sábado e domingo	1	0,1
Sem resposta	131	10,1
Total	1290	100,0

Fonte: Banco de Dados do Cemasi Floriano de Lemos

O maior percentual é daqueles que dormem sempre na rua (40,6%), porém, os dados mostram que 49,3% mantêm os vínculos familiares voltando para casa.

O quadro 1, mostra a assiduidade com que dormem nas ruas segundo a informação se moram em casa, na rua ou em abrigo. Dos que dormem sempre na rua 70,9% informaram ter casa, sendo que 61% desses casos correspondem a faixa etária de

13 aos 16 anos. Podemos inferir que nesses casos, já perderam ou estão prestes a perder os vínculos familiares.

Dentre os que moram na rua, 50,6% moram com familiares, sendo que 28,2% com a mãe e 4,7% com pai e mãe. Moram sozinhos nas ruas 5,9%. Dos que moram em abrigos 30,4% moram com familiares.

Quadro 1: Assiduidade com que dormem nas ruas segundo local de moradia

Mora em	CASA →	RUA	INSTITUI ÇÃO	SEM RESPOSTA	TOTAL
Dorme na rua	↓				
Sempre	371 (28,8%)	68 (5,3%)	9 (0,7%)	76 (5,9%)	524 (40,7%)
Nunca	258 (20%)	1 (0,1%)	4 (0,3%)	28 (2,1%)	291 (22,5%)
De vez em quando	276 (21,4)	9 (0,7%)	5 (0,4%)	43 (3,3%)	333 (25,8%)
DE 2ª a 6ª	8 (0,6%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (0,2%)	10 (0,8%)
Sábado e Domingo	1 (0,1%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (0,1%)
Sem resposta	74 (5,7%)	7 (0,5%)	5 (0,4)	45 (3,5%)	131 (10,1%)
TOTAL	988 (76,6 %)	85 (6,6%)	23 (1,8%)	194 (15,0%)	1290 (100%)

Fonte: Banco de Dados do Cemasi Floriano de Lemos

Os motivos alegados pelas crianças por estarem na rua aparecem especificados na tabela 9, onde foram computados todos os motivos informados por eles no momento da entrevista. Pelo fato dos motivos não serem excludentes o total ultrapassa os 100%.

TABELA 9: Motivos Alegados de Ida para a Rua

Motivo de ida para a rua	%
Trabalho	19,4
Aventura	23,3
Morte dos pais	4,2
Briga com a família	12,5
Abandono	3,9
Não tem casa	1,5
Expulsão de casa	2,0
Violência e maus tratos	10,3
Problemas na comunidade	5,2
Negligência	2,6
Sem resposta	15,4

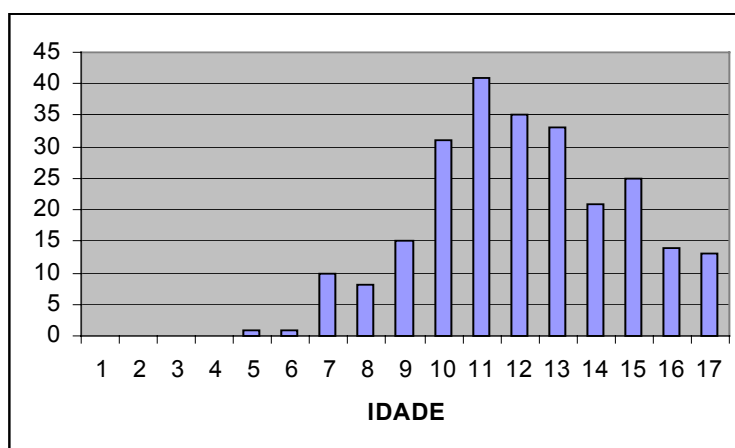
Fonte: Banco de Dados do CEMASI Florianópolis de Lemos

A questão do trabalho aparece na pesquisa em três situações diferentes. O primeiro na tabela 7, em que 16,5% estavam trabalhando no momento da abordagem. Como motivo de afastamento de casa aparece com 19,4% do total e mais adiante, veremos que 34,9% do total de recolhidos informam trabalhar. Este percentual difere do encontrado por Rizzini e Rizzini (1986) que na época verificaram que 70% do total de crianças e adolescentes estudados trabalhavam. O trabalho, realizado normalmente em atividades informais, é um motivo de ida para as ruas ainda muito alegado.

O trabalho é exercido quando aparece oportunidade para executá-lo e não como atividade freqüente, sendo substituído pelo pedido de esmolas, atividade que as crianças exerciam em 17,9% dos casos no momento da abordagem. Obter esmola é uma atividade que as crianças exercem para o seu auto-sustento nas ruas, por determinação do grupo para as necessidades desse e para completar a fêria do dia. Como observam Vogel e Mello, (1991:145), "Esse recurso está inscrito, seja na piedade cristã, seja mais recentemente, no desconforto gerado por um fenômeno convencionalmente incluído na noção de «dívida social»".

O gráfico 1 mostra a idade dos que informaram estar na rua por motivo de trabalho.

GRÁFICO 1: Idade dos que informaram estar na rua por motivo trabalho



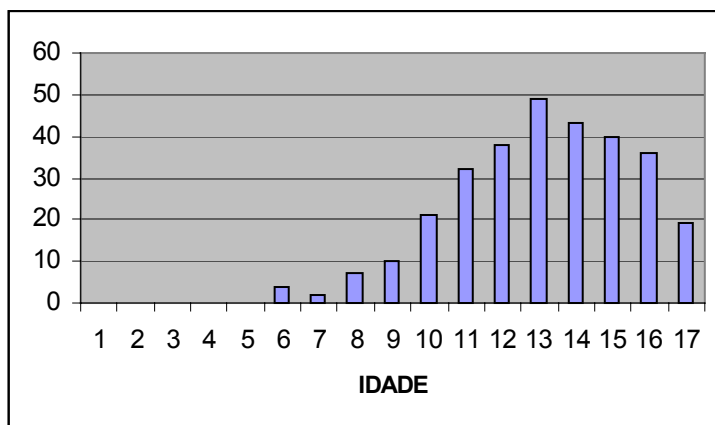
Fonte: Banco de Dados do CEMASI Floriano de Lemos

A maior incidência é aos 11 anos, porém em algumas situações começam bem cedo, antes dos 7 anos. Em alguns casos vão para as ruas antes de completado 1 ano, no colo de irmãs ou mãe adolescentes que estão trabalhando, para despertar a preferência dos fregueses que se penalizam com o quadro.

A distribuição por sexo dos que estão na rua por motivo de trabalho é 72,8% do sexo masculino e 27,2% do sexo feminino, numa proporção de quase 3 (2,7) meninos para 1 menina.

O motivo de ida para as ruas mais alegado pelas crianças e adolescentes é a busca de aventuras, que corresponde a 23,3% do total. Os relatos de exigências da família para que participem nas tarefas domésticas, na responsabilidade pelos irmãos menores ou na ajuda em trabalhos pesados aparecem nesses casos. Eles se sentem sobrecarregados com as responsabilidades e vão para as ruas em busca de diversão e brincadeiras com companheiros da mesma idade. Alguns, quando são acolhidos, pedem para ser encaminhados para abrigos que sabem já ter programado determinado passeio ou festa. Porém, como mostra o gráfico 2, a maior incidência do motivo de aventura é encontrada aos 13 anos, na adolescência, fase por excelência de busca de independência, autonomia, maiores espaços e emoções. A distribuição por sexo é de 72,7% meninos e 27,3% meninas e a proporção é semelhante à encontrada no motivo trabalho, sendo de quase 3 (2,7) meninos para 1 menina.

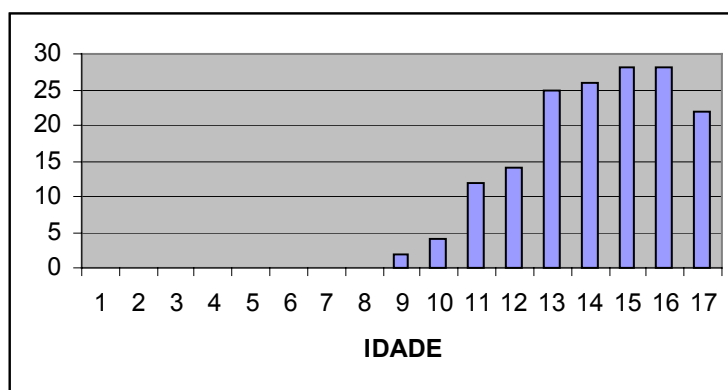
GRÁFICO 2: Idade dos que informaram estar na rua por motivo aventura



Fonte: Banco de Dados do CEMASI Florianópolis de Lemos

As brigas com a família aparecem também com maior frequência na adolescência, porém um pouco mais tarde como mostra o gráfico 3, e coincide com as idades de maior frequência do sexo feminino na distribuição geral por sexo (15 e 16 anos). O percentual é de 68,3% para o sexo masculino e 31,7% para o sexo feminino e a proporção entre eles é de 2 meninos para 1 menina, menor que a proporção geral entre os sexos e a proporção dos outros motivos.

GRÁFICO 3: Idade dos que informaram estar nas ruas por motivo de briga com a família



Fonte: Banco de Dados do CEMASI Florianópolis de Lemos

O motivo de violência ou maus tratos corresponde a 10,3% do total geral. Além da violência e maus tratos domésticos, cujos relatos mais frequentes são de surras sofridas pelas crianças ou as brigas entre os pais, a violência e maus tratos nos espaços

comunitários também contribuem para o afastamento das crianças de suas áreas de moradia.

Por ser a família guardiã da criança, as atitudes paternas quase sempre são justificadas pela sociedade e poucos interferem ou questionam as atitudes violentas. As crianças, muitas vezes, não reconhecem violência ou a exploração na atitude dos pais, não falam espontaneamente sobre o assunto e normalmente justificam o fato como decorrente do nervosismo, efeito do álcool e outras drogas ou ainda como parte do processo educativo pelos "vacilos" que eles cometem.

Os tiroteios constantes das disputas pelo tráfico e das ações policiais, as perdas de parentes e vizinhos assassinados ou atingidos por balas perdidas, também são relatadas como motivo de fuga para as ruas. A idade em que estes motivos são relatados com mais frequência é 12 anos, sendo a porcentagem de sexo masculino 76,7% e de feminino 23,3%. A proporção é de 3 meninos para 1 menina.

O item problemas na comunidade que corresponde a 5,3% do total refere-se aos casos em que por algum motivo não podem voltar para a comunidade por sofrerem risco de vida. Na maioria das vezes, a proibição é imposta pelo tráfico de drogas. Em alguns casos os relatos estão ligados a furtos na comunidade ou a brigas com vizinhos. Existem casos em que toda família é expulsa da comunidade. O motivo de problemas na comunidade aparece com maior frequência aos 16 anos. A porcentagem do sexo masculino nesses casos é de 77,6% e do sexo feminino 22,4%.

O abandono foi motivo alegado por 4,0%, e refere-se a casos em que as crianças e adolescentes são abandonados por familiares em instituições ou com parentes. Em alguns casos, depois de estarem nas ruas durante algum tempo, voltam para casa e não encontram a família residindo no local.

A negligência dos familiares também aparece nos relatos, porém com percentual mais baixo, 3,0%. A negligência é evidente quando não há motivo financeiro que justifique o fato da criança estar nas ruas, demonstrando ausência de cuidado ou de autoridade familiar. Em alguns casos, as crianças se afastam de casa em companhia de irmãos ou vizinhos, sem que os pais tomem conhecimento do fato.

A tabela 10 mostra o tempo que eles informaram estar nas ruas.

TABELA 10: Tempo em que estão na rua

Tempo de rua	Frequência	%
De 1 a 3 meses	306	23,7
De 3 a 6 meses	90	7,0
De 6 a 12 meses	122	9,5
De 1 a 2 anos	167	12,9
De 2 a 4 anos	327	25,3
Sem resposta	278	21,6
Total	1290	100,0

Fonte: Banco de Dados CEMASI Florianópolis de Lemos

A tabela mostra que os maiores percentuais de tempo nas ruas são os de crianças e adolescentes que informaram estar nas ruas há mais de 2 anos (25,3%), seguido pelos que estão recentemente na rua, entre 1 e 3 meses (23,7%).

A tabela 11 mostra a idade em que foram para as ruas.

TABELA 11: Idades com que foram para a rua

Idades	Frequência	%
Antes dos 5 anos	56	4,3
Entre os 5 e 8 anos	169	13,1
Entre os 8 e os 12 anos	526	40,8
Mais de 12 anos	320	24,8
Sem resposta	219	17,0
Total	1290	100,0

Fonte: Banco de dados do CEMASI Florianópolis de Lemos

A faixa etária de maior frequência de iniciação as ruas se encontra entre os 8 e os 12 anos. Esses dados estão de acordo com os encontrados por Rizzini e Rizzini (1986), que demonstraram que a idade de iniciação das crianças em atividades de rua se situava na faixa dos 7 aos 12 anos.

6º CAMPO: SITUAÇÃO ESCOLAR

Esse campo é dividido em seis itens sobre a vida escolar dos entrevistados. Os itens se referem à alfabetização, cuja pergunta formulada é se a criança ou adolescente sabe ler e escrever. Frequência escolar, cuja pergunta normalmente formulada é se a criança ou adolescente frequenta a escola. Outra informação refere-se à rede de ensino da qual é usuário, municipal ou estadual, que normalmente as crianças menores não sabem dar, algumas vezes sabendo diferenciar se é CIEP ou não. Além dessas, as que se referem à série em que estuda ou, no caso de não estudar, a série em que parou de estudar, a idade que tinha quando parou e o motivo da evasão escolar. Os dados sobre os motivos de evasão ficam prejudicados pelas opções apresentadas no questionário. Muitas vezes as crianças e adolescentes dão respostas além das opções do questionário como, por exemplo, brigas com as professoras ou colegas, períodos longos de doenças ou porque a mãe não matriculou etc., que acabam se perdendo por não haver no questionário campos para essas opções.

Na pergunta sobre a alfabetização 55,4% informaram saber ler e escrever, 38,4% informaram não saber e 6,2 % não informaram. Quanto a estar na escola 21,1% informaram frequentar a escola, 64,7% informaram não frequentar e 14,2% não informaram.

As perguntas referentes à escola são respondidas pelas crianças e adolescentes com certo constrangimento, principalmente por aquelas que nunca passaram por ela. Os que sabem ler e escrever, sentem-se orgulhosos por saberem e muitos fazem questão de demonstrar, lendo todos os cartazes que ficam nas paredes do box de atendimento. Este conhecimento é para eles uma prova de superioridade sobre aqueles que não sabem. Por esse motivo a resposta de que sabem ler e escrever nem sempre é muito confiável. O percentual de crianças que frequentam a escola encontrado em nosso banco de dados, é menor do que o encontrado por Rizzini e Rizzini (1986). Na época, 53% das crianças informaram frequentar a escola.

QUADRO II: Percentagem de alfabetizados segundo a frequência escolar

ESTUDA ALFABETIZADO	SIM	NÃO	SEM RESPOSTA	TOTAL
SIM	213 (16,5%)	457 (35,4%)	45 (3,5%)	715 (55,4%)
NÃO	56 (4,3%)	358 (27,8%)	81 (6,3%)	495 (38,4%)
SEM RESPOSTA	4 (0,3%)	19 (1,5%)	57 (4,4%)	80 (6,2%)
TOTAL	273 (21,1%)	834 (64,7%)	183 (14,2%)	1290 (100%)

Fonte: Banco de Dados CEMASI Floriano de Lemos

Podemos notar que os maiores percentuais referem-se àqueles que são alfabetizados e não estudam correspondendo a 35,4%, seguidos pelos que não são alfabetizados e não estudam que correspondem a 27,8% do total.

Sobre a informação da rede de ensino de que é usuário, 86% não informou, 3,5% informou estudar na rede estadual e 10,5% na rede municipal.

A tabela 12 mostra a escolaridade dos 21,1% do total de 1290 que informaram estar estudando.

Tabela 12: Distribuição das crianças e adolescentes segundo a escolaridade

Série Escolar	Frequência	%
CA	5	1,8
1º Série	62	22,7
2º Série	54	19,8
3º Série	58	21,2
4º Série	30	11,0
5º Série	25	9,2
6º Série	7	2,6
7º Série	3	1,1
8º Série	1	0,4
Sem Resposta	28	10,2
TOTAL	273	100,0

Fonte: Banco de Dados do CEMASI Floriano de Lemos

As séries de maior frequência são 1ª série, 2ª e 3ª série do ensino fundamental. A partir da 3ª série a frequência se reduz até a 8ª série que aparece com percentual de 0,4%. Este percentual é baixo considerando a alta frequência de adolescentes nas ruas.

De um total de 14 crianças entrevistadas na idade de 6 anos apenas 5 frequentavam o CA. A relação dos que não frequentam é de 2,8 para 1, ou seja, só 1/3 dessas crianças frequentam o CA.

A tabela 13 mostra a frequência por série em que pararam de estudar.

TABELA 13: Frequência por série de evasão escolar

Série Escolar	Frequência	%
CA	5	0,6
1º Série	123	14,7
2º Série	159	19,1
3º Série	102	12,2
4º Série	90	10,8
5º Série	58	7,0
6º Série	16	1,9
7º Série	8	1,0
8º Série	5	0,6
Sem Resposta	268	32,1
TOTAL	834	100,0

Fonte: Banco de Dados do CEMASI Floriano de Lemos

A série de maior evasão escolar é a 2ª série, seguida da 1ª e 3ª séries do ensino fundamental. O percentual dos que não informaram a série em que pararam de estudar é alto (32,1%), o que pode significar não terem frequentado a escola ou terem parado numa série muito baixa.

A tabela 14 mostra a frequência dos motivos da evasão escolar. Metade daqueles que haviam abandonado a escola apresentaram o desinteresse como motivo da evasão (49,9%). Essa realidade foi descrita por Rizzini e Rizzini (1986) que observaram: "no Rio de Janeiro 16,1% das crianças que abandonaram a escola alegam não gostar da mesma ou da professora".

TABELA 14: Motivo da evasão escolar

Motivo da Evasão	Frequência	%
Trabalho	29	3,5
Falta de vaga	24	2,9
Repetência	23	2,8
Desinteresse	416	49,9
Mudança	92	11,0
Falta de recursos	92	11,0
Sem resposta	158	18,9
Total	834	100,0

Fonte: Banco de Dados do CEMASI Floriano de Lemos.

7º CAMPO: SITUAÇÃO DE TRABALHO

Este campo informa sobre a inserção das crianças e adolescentes no trabalho; o tipo de mercado, formal ou informal; em que horário trabalham, integral, manhã ou noite; que atividades exercem e qual a renda semanal. Algumas crianças e adolescentes que trabalham no mercado informal nem sempre sabem a renda semanal; isso acontece por que não sabem calcular os ganhos diários e pelo fato da renda não ser constante.

Informaram que trabalhavam 34,9%, responderam que não trabalhavam 50,7% e não responderam 14,4%. Quanto a informação sobre o mercado em que exercem suas atividades 98,6% dos que trabalhavam o faziam no mercado informal e 1,4% no mercado formal. Na distribuição por sexo, 73,4% dos que trabalhavam eram do sexo masculino e 26,6% eram do sexo feminino. A idade de maior incidência dos que trabalhavam foi 11 anos com 13,3% do total, dos que não trabalhavam a idade foi 12 anos com 14,8% do total.

Dentre as atividades exercidas por eles as que apresentaram maiores proporções foram: vendedor ambulante (46,3%), guardador de carros (23,3%), engraxate (15,2%) e carregador de compras (3,6%). Além dessas, as crianças e adolescentes desenvolvem atividades de lavador de carros, catador de lata, empacotador de compras, ajudante (feira livre, pedreiro, padeiro, caminhão, carvoaria e sapateiro), entregador (gás e flores), capineiro e outras. Algumas dessas atividades requerem esforço físico muito acima da capacidade de seus executores.

A tabela 15 mostra a freqüência dos que informaram a renda semanal.

TABELA 15: Renda semanal

Renda Semanal	Freqüência	%
Até 50% do SM	71	58,7
De 50 a 75% do SM	26	21,5
De 75% a 1 SM	15	12,4
Acima de 1 SM	9	7,4
TOTAL	121	100,0

Fonte: Banco de Dados CEMASI Floriano de Lemos

Na informação sobre o horário em que desenvolvem suas atividades de trabalho, 34,2% trabalhavam em horário integral, 11,1% trabalhavam apenas no horário da manhã, 23,4% no horário da tarde e 31,3% à noite.

8º CAMPO: SITUAÇÃO DE SAÚDE

Este campo informa se as crianças e adolescentes aparentam deficiência auditiva, visual, motora, neurológica, fonoaudiológica, física e mental. O tipo de entrevista não permite aos técnicos avaliar sobre as deficiências ali especificadas por falta de tempo, instrumentos ou formação, o que faz com que se atenham apenas à aparência.

A tabela 16 mostra a freqüência das deficiências percebidas.

Tabela 16: Freqüência de deficiências aparentes

Deficiência aparente	Freqüência	%
Auditiva	5	0,4
Visual	5	0,4
Motora	5	0,4
Neurológica	5	0,4
Fonoaudiológica	5	0,4
Física	5	0,4
Mental	5	0,4
Sem deficiência aparente	1257	97,2
Total	1290	100,0

Fonte: Banco de Dados do CEMASI Floriano de Lemos

Do total de entrevistados, apenas 2,8% aparentavam algum tipo de deficiência. As deficiências apareceram quase todas com a mesma baixa frequência, o que demonstra não ser comum encontrar nas ruas crianças com deficiências graves. Porém, as condições gerais de saúde não são boas; encontrou-se com muita frequência problemas de pediculose, problemas de pele como escabiose e herpes, crises de asma e bronquite, além de cicatrizes que eles relatavam ser de queimaduras, quedas, atropelamentos, tiros, brigas e surras.

9º CAMPO: EXPERIÊNCIA INSTITUCIONAL

Este campo informa se a criança ou o adolescente já havia passado anteriormente pela Central de Recepção, quantas vezes passou, se havia frequentado abrigos anteriormente, se o abrigo frequentado pertencia aos programas da SMDS ou a outros, se passou pelo Conselho Tutelar, se foi atendido em outros programas da SMDS e para onde foi encaminhado.

Informaram estar passando por 1ª vez na central de recepção 71,7%, já terem passado outras vezes 28% e não informaram 0,3%.

A tabela 17 mostra a frequência com que passaram anteriormente pela Central de Recepção.

Tabela 17: Frequência da reincidência nas ruas

Reincidência	Frequência	%
1ª passagem	925	71,7
2ª passagem	150	11,6
3ª passagem	132	10,2
4ª passagem	37	2,8
5ª passagem	23	1,8
6ª passagem	9	0,7
7ª passagem	5	0,4
8ª passagem	1	0,1
9ª passagem	1	0,1
10ª passagem	1	0,1
Mais de 10	2	0,2
Sem resposta	4	0,3
Total	1290	100,0

Fonte: Banco de Dados do CEMASI Florianópolis de Lemos

O banco de dados registra a primeira passagem das crianças e adolescentes no CEMASI Florianópolis de Lemos. Esse sistema de registro foi adotado alguns meses após a

inauguração do banco de dados, assim as informações de reincidências ou são anteriores a esse sistema de registro ou são pelo fato das crianças e adolescentes terem informado anteriormente outros dados, impedindo o reconhecimento do primeiro registro. De qualquer forma, a tabela acima demonstra que levando em consideração ter sido a Central de Recepção inaugurada um ano e seis meses antes da coleta desses dados, o número de reincidentes e a frequência com que reincidem é alta.

Informaram já terem freqüentado abrigos 55,6%, nunca ter freqüentado 38,1% e 6,3% não respondeu. Dos abrigos freqüentados, 77,1% faziam parte do programa Vem pra Casa! desenvolvido pela SMDS, 15,4% de outros programas de abrigo e 7,5% não informaram. Dos entrevistados 19,5% informaram já terem passado pelo Conselho Tutelar.

Quanto a informação de já ter passado por outros programas de atendimento, de qualquer instituição, diferente de abrigo, 38,8% informaram que sim. Dentre os desenvolvidos pela SMDS, informaram ter passado pelo programa de apadrinhamento 0,2%, bolsa alimentação 1,1%, assentamento 0,2%, abrigo de família 0,2% e família acolhedora 0,2%.

A tabela 18 demonstra a frequência dos encaminhamentos feitos pelas equipes.

TABELA 18: Frequência de Encaminhamentos

Encaminhamento	Frequência	%
Abrigo	1123	87,1
Conselho Tutelar	115	8,9
Coordenadoria Regional	5	0,4
Volta à Casa	40	3,1
JIJ	3	0,2
DPCA	4	0,3
TOTAL	1290	100

Fonte: Banco de Dados do CEMASI Florianópolis de Lemos

O maior percentual de encaminhamentos foi para os abrigos (87,1%) com o objetivo de que as crianças e os adolescentes fossem reinseridos em suas famílias. Os encaminhamentos ao Conselho Tutelar (8,9%) ocorreram quando a criança ou o adolescente tinha longa história de rua e não permanecia em nenhum abrigo. Normalmente, a volta para casa acontecia quando era a primeira passagem e a criança ou adolescente não tinha problemas em casa e na comunidade, ou quando estava

estudando. Nesses casos, o retorno imediato da criança ou adolescente à casa só era possível quando elas residiam no município do Rio de Janeiro. No caso de residirem fora do município ou do estado, eram encaminhadas aos abrigos para que fosse providenciado seu retorno para a família.

Quando as crianças e adolescentes eram recolhidos em suas áreas de residência, não tinham história de rua e necessitavam participar de algum outro programa, eram encaminhadas à CR de sua área de residência. Os encaminhamentos a DPCA eram feitos no caso de serem recolhidos adolescentes com mandado de busca e apreensão pela 2ª vara do JIJ ou nos casos flagrantes de exploração e maus tratos, quando o agressor era recolhido junto com a vítima. Quando o agressor não estava presente as crianças e adolescentes eram encaminhados aos Conselhos Tutelares.

5.2. PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA

A análise dos dados sobre 1290 crianças e adolescentes em situação de rua recolhidas no município do Rio de Janeiro, informou que eles residem em diversos estados e municípios, porém a maioria reside no município do Rio de Janeiro (70%). Moram predominantemente em comunidades de baixa renda e têm idade média de 12,9 anos.. Os adolescentes representam 70,1% do total e 74,5% são do sexo masculino, com a proporção de 3 meninos para 1 menina.

As comunidades que apresentaram maior número de crianças e adolescentes em situação de rua são Nova Holanda, Rocinha, Favela do Aço e Cidade de Deus. O bairro de residência que apresentou maior percentual foi Santa Cruz e o de maior concentração de crianças e adolescentes nas ruas é Copacabana. A coordenadoria regional (CR) com maior número de crianças e adolescentes nas ruas foi a 3.2.

Em pelo menos 78% dos casos têm referências familiares, a estrutura familiar mais freqüente é a matrifocal representando 1/3 dos casos. A iniciação na rua se dá entre os 8 e os 12 anos e a maior freqüência de tempo em que estão nas ruas é de 2 a 4 anos.

Dormem sempre nas ruas em 40,6% dos casos, o motivo mais alegado de ida para as ruas é a aventura e em 70,6% estão na rua em companhia de outras crianças e adolescentes. Já freqüentaram abrigos em 55,6% dos casos e os abrigos mais freqüentados são os do programa Vem pra casa!, desenvolvido pela prefeitura do Rio de Janeiro.

São alfabetizados em 55,4% dos casos e não estudam em 64,7%. As séries de maior evasão são a 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino fundamental e o motivo da evasão em 49,9% dos casos é o desinteresse. A atividade de trabalho mais exercida é de vendedor ambulante e a grande maioria não sabe informar quanto recebe por semana. Apesar das condições de saúde não serem boas, não apresentam deficiências graves.

5.3. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A análise das entrevistas foi dividida em três tópicos principais, família, escola e comunidade por serem os três principais eixos de socialização da criança e conseqüentemente os tópicos de maior relevância na vinculação dessa à seu entorno social. Todas as dez famílias entrevistadas eram de crianças de 9 a 12 anos, dentro da faixa etária identificada no banco de dados como a de maior saída de crianças para as ruas, que tinham sido recolhidas pelas autoridades municipais por estarem nas ruas embora, por ocasião do recolhimento oito crianças tinham casa e apenas duas moravam na rua com as mães. Foram entrevistados pais ou responsáveis de oito meninos e duas de meninas que visitavam as crianças no abrigo e com quem foi possível estabelecer contato para obter um depoimento.

As oito crianças que moravam com suas famílias residiam nos bairros de Inhaúma, Jacarepaguá, Rocinha, Saúde, Centro, Lins de Vasconcelos, Engenho Novo e Campo Grande. Aquelas cujas famílias moravam na rua na época do recolhimento residem atualmente nos bairros do Rio Comprido e Catumbi. Os bairros da Saúde, Centro, Rio Comprido e Catumbi pertencem à Área de Planejamento 1(A.P.1). O bairro da Saúde tem 336 pessoas na faixa etária de 5 a 14 anos, uma escola municipal e 419 matrículas no ano de 1998 e na análise do banco de dados não tinha crianças recolhidas nas ruas do município do Rio de Janeiro. A renda média mensal das pessoas ocupadas com 15 anos ou mais nas comunidades de baixa renda da região é R\$ 298,38. O Centro tem 5290 pessoas na faixa etária de 5 a 14 anos, sete escolas municipais e 5.084 matrículas no ano de 1998 e 1,4 % do total de crianças e adolescentes recolhidos nas ruas no município do Rio de Janeiro. A renda média mensal das comunidades de baixa renda é igual a da Saúde e a taxa de desemprego dos dois bairros é 18,6. O bairro do Catumbi tem 2.114 pessoas na faixa etária de 5 a 14 anos, duas escolas municipais, 1468 matrículas no ano de 1998 e 0,9% do total de crianças e adolescentes recolhidos nas ruas no município do Rio de Janeiro. No Rio Comprido a população na faixa etária

de 5 a 14 anos é 6720 pessoas, quatro escolas municipais, 3421 matrículas e 0,2% do total de crianças e adolescentes recolhidos nas ruas no município do Rio de Janeiro. A renda média mensal das pessoas ocupadas com 15 anos ou mais nas comunidades de baixa renda é de R\$ 328,83 e taxa de desemprego de 14,3. A Área de Planejamento 1 tem 26 unidades municipais de saúde, 47,2% das mães tem escolaridade até 1º grau e o número de óbitos infantis no ano de 1998 foi 119. A área média de praças, parques e jardins por habitante é 9,98 m².

O bairro da Rocinha pertence à Área de Planejamento 2,1, tem 8630 pessoas na faixa etária de 5 a 14 anos, 4 escolas municipais, 1410 matrículas no ano de 1998 e apresenta 5,4% do total de crianças e adolescentes recolhidos nas ruas no município do Rio de Janeiro e é o 4º bairro com maior percentual de crianças recolhidas. A renda média mensal das pessoas ocupadas com 15 anos ou mais nas comunidades de baixa renda de R\$ 347,17 e taxa de desemprego de 10,8. A A.P.2.1 tem 17 unidades municipais de saúde, 30,4% das mães tem escolaridade até o 1º grau e o número de óbitos infantis em 1998 foi 86. A área média de praças, parques e jardins por habitante é 1,38 m².

Os bairros de Engenho Novo, Lins de Vasconcelos e Inhaúma pertencem à Área de Planejamento 3.2. A população na faixa etária de 5 a 14 anos no bairro do Engenho Novo é de 7733 pessoas, três escolas municipais, 7887 matrículas no ano de 1998 e 0,9% do total de crianças e adolescentes recolhidos nas ruas no município do Rio de Janeiro. A renda média mensal das pessoas ocupadas com 15 anos ou mais nas comunidades de baixa renda é R\$ 313,28 e taxa de desemprego de 10,0. No Lins de Vasconcelos a população na faixa etária de 5 a 14 anos é 6417 pessoas, seis escolas municipais, 3103 matrículas no ano de 1998 e 1,7% do total de crianças e adolescentes recolhidos nas ruas no município do Rio de Janeiro. A renda média mensal das pessoas ocupadas com 15 anos ou mais nas comunidades de baixa renda de R\$ 313,78. No bairro de Inhaúma na faixa etária de 5 a 14 anos são 7595 pessoas, onze escolas municipais e 8859 matrículas no ano de 1998 e 0,3% do total de crianças e adolescentes recolhidos nas ruas no município do Rio de Janeiro. A renda média mensal das comunidades de baixa renda é de R\$ 125,31 e taxa de desemprego de 15,8. A área média por habitante de praças, parques e jardins é 0,24 m². A Área de Planejamento 3.2 tem 11 unidades municipais de saúde, 38,9% das mães com escolaridade até o 1º grau e o número de óbitos infantis no ano de 1998 foram 115. A área média por habitante de praças, parques e jardins é 0,57 m².

A comunidade de Cidade de Deus em Jacarepaguá tem 7699 pessoas na faixa etária de 5 a 14 anos, doze escolas municipais e 6664 matrículas no ano de 1998. O bairro pertence à área de Planejamento 4.0, apresenta 7,2% do total do total de crianças e adolescentes recolhidos nas ruas no município do Rio de Janeiro e é o 3º bairro com maior percentual de crianças e adolescentes recolhidos. A renda média mensal das pessoas ocupadas com 15 anos ou mais nas comunidades de baixa renda é R\$ 341,35 e a taxa de desemprego é 10,0. Possui 15 unidades municipais de saúde, 43% de mães tem escolaridade até o 1º grau e foram 133 óbitos infantis no ano de 1998. A área média de praças, parques e jardins por habitante é 99,23 m².

O bairro de Campo Grande tem 49048 pessoas na faixa etária de 5 a 14 anos, 74 escolas municipais, 51058 matrículas no ano de 1998 e apresenta 2,2% do total das crianças e adolescentes recolhidos nas ruas no município do Rio de Janeiro. Pertence à Área de Planejamento 5.2, a renda média mensal das pessoas ocupadas com 15 anos ou mais nas comunidades de baixa renda de R\$ 350,07 e taxa de desemprego de 12,8. Possui 16 unidades municipais de saúde, 47,4% de mãe com escolaridade até o 1º grau e 190 óbitos infantis no ano de 1998. A área média de praças, parques e jardins é 48,36 m² por habitante.

5.3.1. A FAMÍLIA

Para Moura (1991), o crescimento e a manutenção da família requerem a satisfação simultânea de diversas expectativas geradas, seja no plano da afetividade, seja no da sobrevivência econômica. Estas duas dimensões – afetividade e sobrevivência (psíquica e sociológica) – influenciam-se mutuamente. A satisfação de uma reforça o investimento de energia na produção da outra do mesmo modo que as carências vivenciadas agem como elemento de dispersão, enfraquecendo o elo que as interligam. Portanto, para conhecer a maior ou menor fragilidade dos vínculos familiares é necessário analisar essas duas dimensões da família, a econômica e a afetiva.

Domicílio, Trabalho e Rendimentos

Todas as famílias entrevistadas eram oriundas de comunidades pobres, favelas, cortiços, loteamentos populares ou terrenos compartilhados, que confirmam as informações obtidas na análise do banco de dados. A literatura sobre o assunto, como já

foi visto no capítulo IV freqüentemente relaciona a vulnerabilidade econômica da família com a situação de rua das crianças. Para Escorel (1999), esta situação pode repercutir tanto na saída precoce das crianças para ajudar a compor a renda familiar, como na menor possibilidade dos familiares de exercer controle e oferecer apoio às crianças que na rua tem sua socialização primária compartilhada por valores do grupo familiar e os valores da rua. A vulnerabilidade econômica das famílias que envolvem o tempo de trabalho e dos deslocamentos, a fragilidade dos vínculos ocupacionais e os baixos rendimentos obtidos, são fatores que dificultam a vinculação familiar e comunitária das crianças. Estes elementos estão relacionados com maior ou menor disponibilidade de tempo para o cuidado e atenção às crianças, com vulnerabilidades habitacionais e pequeno conforto proporcionados devido ao baixo poder aquisitivo, e com frustrações e conflitos no exercício de ofícios pouco valorizados socialmente que geram obstáculos na constituição da identidade tanto de trabalhador quanto de provedor.

A inserção no trabalho na maioria das famílias era de profissionais autônomos, sem proteção previdenciária. Das 10 famílias entrevistadas apenas em uma o chefe tinha carteira assinada e em outra família parte dos rendimentos eram assegurados por pensão previdenciária. Ambas complementavam a renda com outras atividades de trabalho. Os trabalhadores de sete famílias não tinham garantias dos direitos trabalhistas e sociais. As atividades ocupacionais exercidas pelos chefes das famílias eram pedreiro, cozinheira, babá, auxiliar de gráfica, faxineira, costureira, catador de ferro velho e vendedor ambulante, nove eram consideradas como “ocupações pauperizadas”, isto é, 75% dos que exercem essas atividades recebem menos de três salários mínimos (Figueiredo, Schiray e Lustosa, 1990). Em seis famílias apenas um dos membros era responsável pela obtenção dos rendimentos e em três o orçamento doméstico era complementado pelo trabalho fixo ou eventual de companheiras e filhas. Quatro famílias recebiam apoios sociais: duas recebiam cestas básicas da igreja, uma família recebia auxílio moradia e leite em pó da Prefeitura e outra família recebia cesta básica e bolsa escola da Prefeitura. As famílias de estrutura monoparentais foram as que apresentaram menor renda.

Metade dos chefes das famílias apresentava vulnerabilidade educacional: dois eram analfabetos e três não completaram o primeiro grau. Os demais apresentavam escolaridade acima da média: um tinha o primeiro grau completo, dois com segundo grau incompleto e dois com segundo grau completo.

As famílias de Luiz, Vitor, Paulo, Gabriel e Rafael, metade das famílias

estudadas, tinham mulheres desempenhando o papel de provedoras. As famílias de Luiz e Paulo apresentaram o maior número de dependentes, cinco e seis dependentes respectivamente, porém com situações econômicas bem distintas. Enquanto a família de Luiz foi uma das três relativamente com maior renda mensal - três salários mínimos – obtida pelo trabalho de uma pessoa e jornadas de trabalho que chegavam até 18 horas diárias, a mãe de Paulo trabalhava oito horas diárias, três vezes por semana e recebia menos de dois salários mínimos de maio de 2002 correspondentes a 200 reais.

“Eu acordo às 6 horas da manhã e sento na máquina às 8 horas, às vezes costuro até 2 horas da manhã. Agora vem Carnaval e eu pego alas para fazer. Trabalho direto até sábado e domingo, costuro até de madrugada. As vezes durmo 5 horas por noite.” (avó de Luiz)

A família de Rafael tem quatro dependentes e seus rendimentos são de cerca de um salário mínimo, com cinco horas diárias de trabalho. As famílias de Vitor e Gabriel têm menos dependentes, dois e três respectivamente. As jornadas diárias das mães também são menores, seis horas diárias, duas vezes por semana e seus rendimentos são um pouco superiores a meio salário mínimo.

As famílias de Pedro, Valéria, Mariza, Carlos e Luciano eram sustentadas por homens (pai ou padrasto). As condições sócio-econômicas das famílias de Pedro e Valéria eram relativamente melhores pois nas duas o número de dependentes era pequeno e os rendimentos principais eram complementados pelo trabalho de outras pessoas da família. Os rendimentos dessas famílias eram de três e quatro salários mínimos mensais e as jornadas dos trabalhadores variavam entre cinco e doze horas diárias. A família de Mariza era uma das que apresentavam maior vulnerabilidade econômica: eram quatro dependentes, um dos quais portador de necessidades especiais, a jornada de trabalho durava cerca de nove horas diárias e o rendimento mensal era de apenas um salário mínimo, eventualmente complementado pelo trabalho da companheira.

As famílias de Carlos e Luciano, com dois e cinco dependentes respectivamente, eram sustentadas por um provedor com jornadas de trabalho de oito horas diárias e que obtinham rendimentos pouco acima de um salário mínimo mensal, complementado em uma dessas famílias com biscates feitos nos finais de semana.

“Eu trabalho como auxiliar na gráfica da prefeitura e recebo 230,00 reais por mês e tenho carteira assinada. O lugar onde eu moro é uma área que está em construção e nos finais de semana eu trabalho fazendo biscate. Dá pra eu ganhar mais uns 80,00 por mês. São 310 reais limpos, porque eu não gasto dinheiro com aluguel, nem com passagem. Eu moro perto do trabalho e dá pra ir a pé. Pra cinco pessoas é pouco, mas não gastando com besteira dá pra ir levando”. [pai de Luciano]

Nas famílias entrevistadas que tinham moradia própria ou alugada a situação de conforto e padrão de consumo variava desde de casas amplas com mais eletrodomésticos, até espaços exíguos com eletrodomésticos mais comuns.

Todas as famílias que moravam em casas tinham televisão, geladeira, fogão e rádio comprados ou ganhos. Outros eletrodomésticos referidos foram ventilador e liquidificador. Das dez famílias quatro possuíam aparelho de som, três possuíam telefone celular, duas possuíam videocassete e uma tinha máquina de lavar.

Das oito famílias que tinham residência no momento em que as crianças foram recolhidas, cinco moravam em casas próprias e três em casas alugadas. As casas próprias foram construídas pelas famílias normalmente por etapas, de acordo com as possibilidades financeiras em terrenos comprados ou invadidos, ou obtidas por programas habitacionais do Estado ou da Prefeitura.

“Minha casa é própria, ela tinha só um cômodo e não tinha banheiro, agora meu marido construiu uma cozinha e o banheiro.” [mãe de Mariza]

“Eu moro num barraco que o meu companheiro construiu num terreno invadido”. (mãe de Paulo)

Aquelas famílias que moravam na rua, atualmente uma estava “de favor” em casa de conhecidos e outra morava em uma casa invadida. Todas as casas tinham luz, água, esgoto e recolhimento de lixo. Uma casa era em madeira, uma em madeira e alvenaria e o restante em alvenaria.

Uma residência era composta por apenas um cômodo, que tinha a função de sala, quarto e cozinha, com banheiro externo e comum a vários moradores. Três tinham três cômodos, um dos quais com função de sala e quarto, uma cozinha e um banheiro. Nos demais o número de quartos variou entre um e três.

As famílias de Pedro e Luiz são as que apresentam menor vulnerabilidade habitacional. As condições econômicas das famílias de Pedro e Luiz lhes permitem proporcionar uma vida relativamente confortável considerada como dormir em camas e usufruir quartos próprios e brinquedos que ajudam na auto-estima das crianças e proporcionam prazer. Embora o grupo familiar de Luiz seja o maior, como a casa é ampla a situação de conforto das crianças é relativamente boa. O padrão de consumo das duas famílias também são os mais elevados, além dos eletrodomésticos mais comuns (fogão, geladeira e televisão), as famílias possuem também máquina de lavar, vídeo cassete e telefone celular. Apesar das condições de conforto e de consumo da família de Pedro serem boas a casa é alugada.

As famílias de Vitor, Carlos e Luciano apresentam uma vulnerabilidade habitacional maiores, as casas são menos confortáveis e o padrão de consumo mais baixo. As casas têm menos cômodos e as famílias possuem os eletrodomésticos mais comuns, as crianças não têm camas próprias mas não dormem no chão. As dimensões das casas permitem acomodar razoavelmente os membros da família. Além disso, a renda das famílias associada à ajuda que elas recebem permitem que eles não passem necessidades com alimentação. As casas que as famílias de Vitor e Carlos residem são próprias e a de Luciano é alugada pela prefeitura.

As famílias aceitam todos os tipos de ajuda. Desde cestas básicas doadas pelo poder público e igrejas, passando pelo auxílio de patrões, parentes e vizinhos, até buscar ajuda na sorte com o jogo.

“Eu não tenho vergonha de dizer, eu ganho muita coisa, minhas irmãs me dão, quando alguém tem uma coisa sobrando eu peço, não estou roubando ninguém. Eu assisto as reuniões da igreja e ganho cesta básica, por sorte outro dia lá teve um bingo de um real e eu ganhei uma cesta básica completa, tinha de tudo, dois quilos de cada coisa. Eu fiquei toda boba”.(mãe de Mariza)

Argier (1990), refere-se à capacidade de complementar os rendimentos da família com doações, como um ‘saber-viver’ feminino da pobreza. Esta capacidade é de extrema importância na subsistência da família e especialmente dos filhos. Para Zaluar (1994 b), a mãe tem importância acima de tudo no controle do orçamento doméstico (controle que inclui tanto o que e quando comprar quanto o que cada membro vai consumir), que possibilita afastar a família da fronteira que separa a miséria da pobreza.

A situação habitacional das famílias de Mariza, Valéria e Paulo são as mais precárias, apesar de Valéria ser responsável por suas despesas e os rendimentos de sua família serem os maiores dentre os entrevistados. Os padrões de conforto e de consumo dessas famílias são baixos, elas possuem os eletrodomésticos mais comuns, o espaço é pequeno e dividido por muitas pessoas e como não tem cama para todos os membros do grupo familiar as crianças são as mais sacrificadas e dormem no chão.

Na casa de Mariza a situação é ainda mais grave pois, apesar dos esforços da mãe, a alimentação é pouca e sem variedade.

“Na minha casa ela não tem as cinco refeições que tem aqui[no abrigo]. Isso faz muita falta. Na minha casa ela vai comer praticamente ‘mistura’ todos os dias. A minha filha menor quando só tem isso, ela fica perguntando cadê o outro, eu sei o que ela quer, é carne ou legumes, mas eu finjo que não entendo e brigo com ela para comer”.(mãe de Mariza)

“Mistura” refere-se ao arroz e feijão sem acompanhamento de carne. Sobre esse tema Alba Zaluar (1994 b:105) em uma pesquisa feita no conjunto habitacional de Cidade de Deus na zona Oeste do Rio de Janeiro, esclarece:

“A comida é o principal veículo através do qual os pobres urbanos pensam a sua condição... Comer carne todos os dias marca uma fronteira nítida que separa os pobres dos não pobres, e a carne passa a representar na sua falta, a própria carência em que vivem. Ela é um símbolo poderoso de prestígio social e riqueza...”.

A vulnerabilidade habitacional de Gabriel e Rafael é altíssima, no momento do recolhimento não tinham casa e moravam na rua. Gabriel a mãe e as duas irmãs viviam da caridade pública. A mãe e a irmã de Rafael catavam latinhas para vender e sustentar a família na rua. Mesmo depois das crianças terem ido para o abrigo a vulnerabilidade continuou muito alta. Uma das famílias morava `de favor` e outra num prédio abandonado.

Todas as famílias entrevistadas apresentaram vulnerabilidade ocupacional que na maioria das vezes teve reflexos na situação econômica, levando algumas famílias a necessitarem de todo os tipos de ajuda principalmente de alimentação. A vulnerabilidade habitacional também foi alta chegando ao extremo da falta de moradia de duas famílias. A vulnerabilidade habitacional teve como consequência à falta de segurança e conforto das crianças.

Estrutura e Relacionamento familiar

As famílias entrevistadas foram representadas por um casal, dois padrastos, uma avó e seis mães responsáveis pelas crianças abrigadas. Metade das famílias eram nucleares, variando a composição do casal: pai e mãe (1), mãe e padrasto (3) e pai e madrasta (1). Uma família era extensa e matrifocal, as quatro restantes eram monoparentais, sendo três matrifocais.

Oito crianças viviam em companhia das mães cuja ausência do grupo familiar era devida à separação do casal e morte. Paulo, que no momento do recolhimento vivia com a mãe, morou com a avó materna durante os dois anos em que a mãe esteve presa. As outras sete crianças afastaram-se do convívio materno quando foram para a rua ou para o abrigo.

Em oito famílias os pais das crianças eram separados. Em todos os casos, exceto um, após a separação do casal as crianças não mantiveram contato com o genitor que se

ausentou de casa. Em três casos a separação ocorreu antes das crianças completarem dois anos.

Para Zaluar (1994 b), as famílias matrifocais são uma realidade na organização social dos trabalhadores pobres. A figura do pai é distante e pouco íntima e em alguns casos transitória e substituível. A figura da mãe, pelo contrário, é fundamental por ela ser o principal agente de socialização. A mãe tem importância no estabelecimento e no reforço das redes de relações da família, na transmissão dos valores morais do grupo e na gerência financeira da casa. A “desorganização” familiar é decorrente da impossibilidade da mãe de cumprir este papel devido a sua ausência no caso de trabalhar por ser o provedor principal da família ou para aumentar o orçamento doméstico.

Das cinco famílias constituídas por casais, três entrevistados avaliaram seus relacionamentos conjugais como ótimos ou bons, com pequenas desavenças consideradas como normais nos relacionamentos entre casais. Os elogios aos companheiros estavam relacionados ao fato de serem trabalhadores e tratarem bem as parceiras e os filhos. Por parte dos homens os elogios referiam-se aos cuidados com a casa e com os filhos e à contribuição das companheiras ao orçamento doméstico. Duas entrevistadas avaliaram o relacionamento como normal e ruim e as duas mulheres já haviam sofrido maus tratos pelos atuais companheiros. Em oito famílias os pais das crianças eram separados. Em três casos a separação se deu antes das crianças completarem dois anos.

A estabilidade conjugal das famílias estudadas enfocando o pai ou a mãe que vivia em companhia da criança não foi baixa. Sete famílias apresentaram relacionamentos estáveis com no máximo dois parceiros. Apenas três responsáveis já tinham tido três ou mais relacionamentos conjugais. Em dois casos após o segundo relacionamento as mães optaram por permanecerem sozinhas.

“Quando conheci ele meu filho tinha quatro anos. No início a gente se dava bem, aí ele passou a beber muito. Quando minha filha com ele era pequenininha, bebezinho, ele disse que ia largar o emprego pra beber. Ele largou o emprego e eu perguntei como eu ia sustentar as crianças. Ele disse "o problema é seu, se vira. Eu não vou trabalhar para sustentar filho que não é meu, é de outro homem". Ele dizia sempre isso e eu ficava chorando pelos cantos. Aí eu resolvi me separar pra não ficar sofrendo. Estou sozinha até hoje”.[mãe de Vitor]

Os motivos mais referidos de separações dos casais foram: maus tratos às mulheres e crianças, falta de responsabilidade do companheiro no sustento da família, traição conjugal e abuso no consumo de bebida alcoólica e/ou outras drogas

Sete famílias relataram não fazer uso de bebida alcoólica e de outras drogas. O hábito atual da bebida alcoólica foi relatado em três casos. Em dois relatados pelos próprios usuários, na opinião deles a bebida não trazia problemas para a família porque não era motivo para agressões verbais e físicas. Nesses casos as companheiras toleravam o hábito da bebida. Em outro caso o hábito da bebida se somava o uso de outras drogas e foi relatado pela companheira como motivo de brigas.

Duas mulheres relataram terem tido o hábito de beber cerveja, abandonando o hábito por causa dos companheiros que não bebiam. Em um dos casos a reação do companheiro ao hábito da mulher era violenta.

“ Eu bebia e ele não suporta bebida, ele me batia por causa da bebida. Nossa senhora eu apanhava muito. Da minha mãe ter que me tirar das mãos dele. Já levei chute na cara e tudo”. [mãe de Mariza]

O uso de drogas mais pesadas pelas mães foi relatado por uma das entrevistadas, que há dez anos superou o problema.

“Eu não vou mentir, já usei drogas também, muito mesmo. Eu peguei dois anos de cadeia naquela época, mas não foi porque eu usava, foi porque meu companheiro era traficante. De lá pra cá nunca mais usei nem bebi, quando eu saí da cadeia eu já tinha encontrado minha religião e nunca mais. Isso foi há dez anos” [mãe de Paulo]

A família desempenha papel fundamental na socialização das crianças que consiste em orientar e apoiar a criança na aquisição de características da personalidade, conduta e valores que a sociedade considera adequados e inibir aqueles considerados socialmente como inadequados.

A socialização da criança requer a imposição de controles. Sem controle a conduta necessária para uma existência interdependente satisfatória não poderia ser aprendida. Por outro lado, controle e a disciplina excessivos ameaçam o desenvolvimento da autonomia, a auto-confiança e a utilização de seus próprios recursos, qualidades fundamentais para uma boa adaptação social. A disciplina é benéfica quando aplicada no interesse da criança e na medida necessária para alcançar este fim, ao invés de ser expressão da hostilidade dos pais ou de sua necessidade de dominar a criança.

Das 10 famílias entrevistadas oito consideraram que os relacionamentos com os filhos eram bons e duas descreveram como relacionamentos normais de mãe. Em três das quatro famílias em que as crianças viviam com padrastos ou madrasta, os relacionamentos entre eles e os enteados foram considerados bons pelos entrevistados. As crianças aceitavam bem sua presença no grupo familiar, a convivência era boa e não

demonstravam desejo que as mães ou pais se separassem. Em uma das famílias o relacionamento do padrasto com os enteados era conflituoso.

Seis famílias relataram nunca baterem nos filhos porém maus tratos contra as crianças foram encontrados em quatro relatos.

Das quatro famílias que relataram maus tratos, uma mãe informou ter batido apenas uma vez devido à queixa de vizinho dos filhos, outra relatou que batia na criança quando esta “mexia nas coisas dos outros sem pedir”, o que considerava ser “um abuso” que já havia provocado problemas na escola, e ainda outra relatou que batia sempre que achava necessário. No outro caso a criança apanhava do pai quando este ficava alcoolizado. Em dois desses casos às crianças eram do sexo feminino.

Nas famílias de Pedro, Luiz, Vitor, Luciano, Carlos e Rafael o relacionamento entre os membros da família foram considerados bons assim como negada a existência de episódios de violência doméstica.

A família de Luiz é extensa, há sempre adultos presentes e ele é bem cuidado em suas necessidades. Mãe, avó e tios são carinhosos com ele e a família fica perplexa diante da insistência de Luiz em ir para a rua.

“Ele não apanha, eu tenho pena de bater, se eu batesse ou judiasse tudo bem que ele fugisse de casa, mas ele não apanha e não tem obrigação nenhuma em casa, só brinca. Eu os boto pra brincar comigo, brincam com a tia! O que eles querem eu dou!” (Avó de Luiz)

Vitor, Carlos e Rafael têm famílias monoparentais com as quais mantêm bom relacionamento e não apanham dos responsáveis. Vitor e Carlos ficam com vizinhos quando a mãe e o padrasto estão no trabalho.

“Eu me dou bem com eles, nunca bati e sou difícil de brigar. Eu o considero como meu filho. Não faço nenhuma diferença entre os dois. Meu enteado também sempre me chamou de pai é meu amigo e me respeita muito. Eu conto estória pra eles de quando eu era músico. Ele adora! Eu não sou muito de fazer carinho, mas sempre os botei no colo. Agora eu só boto a garota que é pequena, ele fica com ciúmes, e eu brinco com ele e passa. Desde que a mãe faleceu, as crianças quase sempre ficam na casa de uma vizinha que não tem filhos, eles almoçam lá. Quando ela sai, eles ficam em casa sozinhos. Eu deixo comida pronta e eles comem, se não quiserem tem pão, leite, ovo e eles comem, fome eles não passam. Quando eu chego do trabalho trago alguma coisa e faço jantar pra nós três. Eles não trabalham, quando eu estou no trabalho ele dá comida para a irmã e arruma a casa um pouco, mas só às vezes. Eu não obrigo, ele faz quando quer.” (padrasto de Carlos)

“Eu tenho uma boa convivência com as crianças, não sou de espancar filho, sinto muita falta deles. Sempre procurei dar uma boa alimentação para eles,

dar conforto, botar eles na escola. Era muito difícil de dar palmadas neles, normalmente eu botava de castigo, ficavam sem brincar, mas só quando faziam alguma coisa que eu não gostava, xingar palavrão, desrespeitar os outros. O Rafael é muito levado, antes eu deixava ele sem ver televisão quando aprontava muito”. (mãe de Rafael)

As famílias de Luciano e Pedro são nucleares. Luciano se relaciona bem com o pai e a madrasta, apesar de não ser muito obediente a ela. Respeita o pai e nunca apanhou deles. A madrasta não trabalha e cuida do enteado e dos filhos, Luciano não fica sozinho em casa.

“O nosso relacionamento com as crianças é bom. Meu filho se dá bem com ela e os filhos dela me chamam de pai. Nós fazemos carinho e brincamos com eles. Se eles fazem alguma coisa errada ela me conta quando eu volto do trabalho. Se não for sério eu dou uma bronca, se for bato de castigo, deixo sem ver televisão. Os meninos não obedecem a ela, só obedecem a mim. Eu não sou de bater e não tem xingação, nem gritaria”. (pai de Luciano)

Pedro se relaciona bem com a mãe e com o padrasto e com a irmã de seis anos que são carinhosos com ele. Os dois adultos têm jornadas de trabalho longas, a irmã vai para o trabalho com a mãe e Pedro fica sozinho em casa.

“Ele não apanha de mim nem dela [mãe]. Nem ele nem minha outra filha, eu sou muito carinhoso com eles, não gosto de bater. Ela [mãe] também é carinhosa. Ele às vezes me chama de pai, às vezes pelo meu nome.

Ultimamente ele ficava sozinho. Ela [mãe de Pedro] sai pra trabalhar 7 horas, eu saio 6 horas, ela volta às 18 horas e eu chego depois das 20 horas. Não tenho hora certa para chegar do trabalho”. (padrasto de Pedro)

As famílias de Mariza, Paulo, Gabriel e Valéria relataram episódios de violência doméstica. Mariza, Paulo e Gabriel tiveram suas vidas marcadas por episódios de violência doméstica, como espectadores ou como vítimas. Em todos os casos o consumo de álcool e outras drogas pesadas permearam os acontecimentos. Nos três casos a socialização das crianças se davam pela violência.

A vida familiar de Mariza foi marcada por vários tipos de violência. Ela presenciou muitos episódios de violência doméstica contra a mãe. A mãe bebia e batia na filha quando esta era pequena. O pai também já bateu em Mariza e mantém um relacionamento distante com a filha.

“O relacionamento dele com os filhos só é bom com o menino, é o único filho que ele bota no colo e brinca, nunca fez isso com as meninas. Ele diz que não gosta muito de brincadeira com as meninas porque elas são abusadas. Ele diz que não gosta de menina, ele é muito seco. Mais ele não bate nelas, pelo contrário quando eu ia bater ele ficava bolado comigo. ‘Poxa! não trata a

garota assim!’ Mas ele já bateu nela uma vez, não vou dizer que ele é santo porque ele não é.

Ele não bebe, mas é muito agressivo! Eu já apanhei muito dele. Quando eu morava na Mangueira, nossa senhora! Eu apanhava muito! Da minha mãe ter que me tirar das mãos dele. Já levei chute na cara e tudo. Eu bebia e ele não suporta bebida, ele me batia por causa da bebida. Agora não, quando eu parei de beber ele parou. Nós agora estamos bem, principalmente depois que o menino nasceu.”(mãe de Mariza)

Gabriel e a mãe relacionam-se bem. Ela é carinhosa e atenciosa com ele, Gabriel se dá muito bem com as irmãs e tem paciência com elas. Porém, a vida familiar de Gabriel também foi marcada pela violência doméstica. O pai era usuário de drogas, estava envolvido com o tráfico de drogas e batia com frequência na mãe e nos filhos. A agressividade do pai levou a mãe de Gabriel a fugir de casa e ir morar na rua com os filhos.

“Ele começou a beber e usar drogas. Começou a brigar com as crianças, me xingava por qualquer coisa, mas não me batia. Ele saía de casa como quem ia para o trabalho e voltava de noite. Ele foi ficando cada vez mais nervoso. Um dia ele chegou em casa dizendo que a polícia estava atrás dele e que a gente tinha que fugir. Aí eu fiquei sabendo que ele trabalhava para o tráfico de drogas. Eu disse que não ia e ele disse que me matava.

Nós fomos para a Bahia morar na casa da mãe dele. A minha vida virou um inferno. Ele não trabalhava, usava droga, me batia e batia nas crianças. A mãe dele fazia queixa das crianças o tempo todo. Eu fui parar no hospital duas vezes de tanto apanhar. Fiquei grávida da minha filha menor e quase perdi o bebê. Aí eu resolvi fugir de volta para o Rio. Eu voltei pra cá e fiquei na rua com meus filhos.

Eu não podia procurar as pessoas que me conheciam para pedir abrigo porque tinha medo dele me achar e me matar. Meus filhos me pediam todos os dias pra gente ficar numa casa. Eles tinham pavor da rua, tinham medo das outras crianças. Nós ficamos na rua quase um ano.” (mãe de Gabriel)

A mãe e o padrasto de Paulo brigavam muito, com agressões físicas contra a mãe e as agressões verbais contra Paulo, a mãe e os irmãos eram constantes. O padrasto bebia, usava outras drogas, se tornava agressivo e molestou sexualmente a irmã de Paulo. Com a mãe Paulo mantinha um bom relacionamento e ela só bateu nele uma vez.

“Meu relacionamento com esse [companheiro] não é bom. Nós brigamos muito, ele só chama meus filhos de caveira. Se qualquer um de nós deixar cair um farelo de pão no chão, ele xinga a gente, diz que o barraco é dele e manda a gente sumir, o dia inteiro manda a gente embora. Tudo que tem em casa é dele e tudo que eles fazem é motivo dele mandar meus filhos embora. Antigamente ele me agredia, mas agora depois que meus filhos maiores se envolveram com o tráfico, ele não me bate mais porque ele tem medo. As brigas começam porque ele reclama das crianças o tempo todo. Eu falo que ele me conheceu com meus filhos e que agora não faz nada pra me ajudar e ainda bota eles pra fora o tempo todo.

Meu relacionamento com meus filhos é bom, eu faço carinho neles e eles me respeitam. Tudo que eu posso fazer por eles eu faço, mas ele (o companheiro) não me ajuda em nada. Eu raramente bato neles, só bati uma vez no menino [Paulo] porque ele mexeu numa bicicleta que não era dele na favela. Eu bati porque se ele fizesse isso de novo ele ia sofrer outras conseqüências, estava arriscado a matarem ele.”(mãe de Paulo)

O relacionamento de Valéria com a mãe é bom, o padrasto gosta dela e a trata bem mas Valéria não recebe muito cuidado nem atenção. Valéria foi criada na rua junto com os irmãos, porque saíam para trabalhar e chegavam em casa muito tarde. Durante um ano Valéria morou com o pai por exigência do Conselho Tutelar, mas não se acostumou a ficar em casa o dia inteiro. Ela só visita o pai de vez em quando. Valéria apanhou da mãe uma vez e o episódio desencadeou a saída de Valéria de casa.

“Eu não vou dizer que nunca bati nos meus filhos. Já bati sim, mas sempre ficamos juntos e também fazia carinho neles. Quando me desobedeciam tomavam umas lambadas. Ela [Valéria] era menor, não apanhava. Eu dei uma surra na Valéria quando a vi cheirando tiner. No feriado saí de casa embaixo de chuva e fui pegar ela lá na Central cheirando tiner, vim batendo nela até em casa.”(mãe de Valéria).

A violência doméstica é um problema conhecido, mas ainda intangível. Contra a criança ou contra a mãe é uma das formas mais freqüentes de violência, porém quase sempre encoberta pelo sigilo doméstico e não constitui prerrogativa das classes populares. As crianças nem sempre reconhecem o ato como violência por este ser “naturalizado” como fazendo parte do processo de educação das crianças. “As vítimas quase sempre silenciam, têm medo e são amedrontadas. O pátrio poder, um dos mais pesados padrões culturais de nossa sociedade, torna os pais, donos da vida e da morte das crianças” (Assis, 1994:97). A violência doméstica é um dos fatores que pode desencadear o processo de desvinculação familiar das crianças.

5.3.2. TRAJETÓRIA ESCOLAR

A escola é o agente de socialização que permite a criança tornar-se mais independente. Fornecendo outros modelos de comportamento e fontes de conhecimento, a escola ajuda a criança a alcançar independência emocional da família. Além disso, é formalizada com regras estabelecidas que não permitem a criança formar laços interpessoais duradouros com os professores. É uma instituição reconhecida, representando a autoridade adulta da sociedade (Elkin,1968).

Manifestamente a função socializadora da escola é transmitir certos conhecimentos básicos e especialização da cultura. É também um agente selecionador. Por um lado, reforça posições existentes dos alunos de acordo com os valores correntes e por outro os estimula a fim de conseguirem mobilidade vertical para o progresso. A criança aprende por intermédio de notas, promoções e prêmios os valores de realização escolar e do sucesso.

Para as crianças das camadas pobres a entrada na escola constitui a primeira separação do ambiente familiar durante grande parte do dia e diariamente, o que a transforma no centro do mundo extrafamiliar. A escola permite a criança ampliar rapidamente seu círculo social e estabelecer novos vínculos, apresenta a criança outros adultos a quem deve obedecer, se fazer aceito e propicia a criança estabelecer relações mais amplas e significativas com os companheiros da mesma idade. A escola desempenha o importante papel de ajudar a criança a diminuir os laços de dependência familiar, fortalecer as respostas sociais e cognoscitivas que os pais ensinam as crianças, ensinar respostas novas e motivar as crianças a dominar as destrezas intelectuais e acadêmicas. O bom relacionamento entre professora e aluno permitirá a criança tirar melhor proveito de seus talentos.

Em cinco famílias entrevistadas as crianças não estavam matriculadas na escola quando foram recolhidas, mas apenas uma nunca havia freqüentado a escola anteriormente. Com a entrada no abrigo todas passaram a freqüentar a escola, exceto uma que necessitava de uma escola especial que estava sendo providenciada pela equipe do abrigo.

As crianças estudavam em escolas públicas onde recebiam os materiais escolares e os uniformes gratuitamente. Apenas uma das famílias optava em confeccionar o uniforme e comprar o material.

Todas as crianças tinham atrasos escolares de no mínimo um e no máximo três anos em relação à idade e sete crianças tinham história de pelo menos uma mudança de escola e uma repetência. Em três famílias as mudanças de escola foram devidas às mudanças de moradia. Nas demais famílias o motivo de repetência era o número excessivo de faltas que culminaram na perda de matrícula de cinco crianças e a sexta teve que mudar de escola. As cinco famílias alegaram que o motivo das faltas tinha sido a ida da criança para a rua.

Na etapa do desenvolvimento que se inicia entre seis e sete anos, segundo Erikson (1976), as crianças de todas as culturas recebem alguma instrução sistemática onde ela desenvolve um sentido de indústria, isto é, ajusta-se às leis do mundo das ferramentas. Elas podem se tornar uma unidade viva e integrada de uma situação produtiva. Chegar a completar uma situação produtiva constitui um objetivo que gradualmente suplanta as fantasias e aspirações inerentes ao jogo. Em nossa cultura é na escolar onde a criança se capacitaria para manejar os utensílios e as ferramentas dos adultos.

O maior perigo para a criança nessa etapa é constituído pelos sentimentos de inadequação e inferioridade. A falta de esperanças em suas ferramentas e habilidades ou de seu “status” no grupo de que participa, pode desestimular sua identificação com os integrantes do grupo e com um setor do mundo das ferramentas. O desenvolvimento de muitas crianças se desorganiza quando a vida familiar não consegue prepará-la para a vida escolar ou quando a vida escolar deixa de cumprir as promessas feitas às crianças de conquistar consideração e valor produzindo coisas.

As famílias de Luiz, Vitor, e Luciano valorizavam a escola, ajudavam as crianças nas tarefas escolares e se preocupavam com a frequência delas. No entanto, para Luiz a escola era um “sofrimento”: ele apresentava dificuldades na aprendizagem e no relacionamento com os colegas. A família de Luiz não encontrou na escola qualquer apoio para resolver as dificuldades da criança e ele, aos 9 anos, já passara por duas escolas.

“O comportamento do Luiz na escola é horrível, ele briga muito com as crianças, a escola faz muita queixa. Ele falta muito, chora para ir para a escola. Ele entrou na escola com seis anos, está na segunda série, já repetiu duas vezes. Eu e a tia ajudamos ele nas tarefas da escola mais parece que ‘dá branco’ nele.

O Conselheiro [Tutelar] me disse que ele precisa de um tratamento pros problemas que ele tem para aprender na escola. Eu não sabia que tinha tratamento para isso, a escola nunca me falou. Eu agora vou ter procurar isso, sou eu que vou ter que correr. Não é possível que eles não tenham visto que esse menino tem problemas. Ele não fica em lugar nenhum.” (avó de Luiz)

Vítor foi para a escola com seis anos e gostava da escola. Nunca teve problemas de relacionamento com as professoras e com os colegas, mas na saída da escola não voltava para casa e ficava vários dias na rua, por esse motivo perdeu a matrícula por faltas nas duas escolas que frequentou. Ele ia para a escola encontrava com os colegas e fugia. A mãe ajuda o filho nas tarefas escolares e deposita esperanças no estudo e no aprendizado de uma profissão para que os filhos possam ter um futuro.

“ Eu gostaria que meus filhos estudassem e tivessem uma profissão para poder ter um bom emprego. Um emprego fixo, fazer um concurso. Viver como eu é muito difícil”. (mãe de Vitor)

Luciano tem 12 anos, estava na 5ª série, e em comparação com as outras crianças pesquisadas era o mais adiantado na escola com atraso escolar de apenas um ano. Luciano viveu na rua com o pai durante um ano e nesse tempo ficou sem estudar. Luciano está na terceira escola, gostava das duas anteriores, acompanhava bem a turma e a saída delas foi devido a mudanças de moradia. Na escola atual Luciano tem problemas de adaptação porque é discriminado pelos colegas.

“Ele [Luciano] estudou dois anos numa escola, parou um ano quando nós estávamos na rua. Depois a assistente social da Fazenda Modelo o matriculou num CIEP e ele estudou mais dois anos. Agora no início do ano ele foi para outro CIEP, mais próximo de onde estamos. Ele tem faltado muito a escola. Eu só fiquei sabendo porque a professora mandou um bilhete por um colega dele. Eu fui à escola falar com o diretor. O diretor perguntou porque ele estava faltando e ele disse que é porque os meninos ficam chamando ele de ‘mendigo da Fazenda Modelo’. Não brincavam com ele. Então ele parou de assistir aula. Isso acontece com todas as crianças da Fazenda [Modelo]. Muitas param de estudar por isso. A Fazenda Modelo é muito mal vista, em qualquer lugar as pessoas são discriminadas. Mas ele tem que se adaptar porque as crianças sempre vão fazer brincadeiras, se não for por esse motivo vai ser por outro. Então ele nunca vai poder estudar. O diretor conversou com os meninos da turma e a técnica do programa conversou com ele. Eu acho que isso vai ajudar ele. Eu o ajudo nas tarefas da escola quando chego em casa à noite ou nos finais de semana. Minha companheira ajuda tomando conta pra saber se ele foi à escola, se assistiu às aulas, mas ela é analfabeta e não tem como ajudar ele nas tarefas”. (pai de Luciano)

As famílias de Pedro e Carlos não valorizavam a escola. No caso de Pedro as fugas para a rua iniciaram antes mesmo de começar a estudar além disso, o bairro que Pedro reside tem um número bastante limitado de escolas, que deve dificultar a inserção escolar das crianças. De qualquer forma a família de Pedro não o matriculou nem uma vez. O fato de ter sido matriculado pelo abrigo aos 11 anos e ficar na primeira série junto com crianças menores, está dificultando sua adaptação atual.

“O Pedro nunca estudou em colégio fixo, foi matriculado depois que veio para o CEMASI, foi falta de interesse da mãe. Nessa época ele só vivia na rua, ele está calmo agora. Só chegava em casa de madrugada, quando voltava de dia se mandava de novo pra rua, aí ela não matriculou ele na escola.”(padrasto de Pedro)

Carlos foi matriculado na escola pela mãe apenas aos nove anos porque na cidade em que moravam anteriormente a escola era muito distante. Fez a primeira série, mas com a morte da mãe perdeu a matrícula e o padrasto não o matriculou outra vez.

“Até eu voltar para o Rio [de Janeiro] meu enteado [Carlos] nunca tinha ido a escola. Lá na Paraíba onde nós morávamos não tinha muitos recursos, a escola era muito distante. A mãe matriculou ele na primeira série, ele já tinha 9 anos. Ele estudou um ano, depois ela faleceu, ele começou a faltar muito e perdeu a matrícula, ficou sem estudar. Ele não quis mais ir e eu deixei”.(padrasto de Carlos)

Valéria e Paulo foram matriculados e permaneceram na escola, porém sem muita participação familiar. O trabalho de Valéria e os conflitos familiares de Paulo os impediram de ter uma vida escolar normal. A baixa escolaridade das mães também dificultou o desempenho escolar dos filhos.

A escola nunca foi uma prioridade na vida de Valéria e dos irmãos, pois tinham que trabalhar para sobreviver. Vendia bala oito horas por dia, chegava em casa muito tarde e o cansaço a impedia de acordar cedo para as aulas, além disso morou nas ruas

quase dois anos. Valéria passou por 5 escolas, ficou muitos períodos sem estudar e só não perdeu definitivamente o vínculo com a escola porque os abrigos pelos quais passava realizavam sua matrícula. Os irmãos mais velhos estudaram apenas até a 3ª série, os menores que estão no abrigo continuaram estudando, mas todos apresentavam atraso escolar em relação a idade. Além disso foi relatado que Valéria apresentava dificuldades em aceitar os limites impostos pela escola quanto a comportamento e horários.

“Quando eu morava em Queimados eu matriculei a Valéria na escola, ela tinha sete anos. Eles iam a escola de manhã e à tarde eu descia com eles, eu vendia cartão telefônico e eles vendiam doces. A gente vinha pra Tijuca depois do almoço e só voltava pra casa lá pra 10 horas, 11 horas da noite. Ela acordava cansada e faltava muito. Depois quando eu fui pra rua ela parou de estudar, eles foram para o abrigo e foram matriculados de novo. Quando nós conseguimos a casa ela foi para outra escola. Ai nós fomos expulsos e ela morou um tempo com o pai em Queimados e estudou num ‘Brizolão’. Agora voltou a morar comigo e está na escola. Ela perdeu muito tempo, está na 3ª série ainda. Eu nunca pude ajudar eles na escola, eu não estudei, não sei ler. Nunca arranjei um serviço bom por causa disso. Eles faziam dever quando eu mandava. Ela não gosta muito da escola, não se dá muito bem com as professoras”. (mãe de Valéria)

Paulo foi matriculado na escola aos sete anos mas na mesma época começou a afastar-se de casa. A mãe trabalhava fora e ele ficava em casa com o padrasto que não tomava conta dos enteados e implicava com ele. Paulo se juntava a outras crianças e se afastava de casa. Ele faltava muito, perdeu as matrículas em duas escolas e com 10 anos ainda estava na primeira série.

“Ele [Paulo] já perdeu a matrícula duas vezes, essa é a terceira escola que ele estuda, mas agora eu já fui na escola pra ele não perder. Eu recebo bolsa [escola] de três [crianças] e a escola dá o material. Ele não sai da primeira série, vai pra escola, foge, volta pra casa, vai de novo pra escola e foge de novo. Ele não completa o ano. Nunca passa pra segunda série. Todos os meus filhos começaram a ir pra rua depois que foram pra escola. Nenhum passou da 1ª série. Ele aprende sozinho, eu não tenho estudo pra ajudar eles, eu procuro saber quando eles tem prova e mando estudar, mas não tem ninguém pra ajudar eles”. (mãe de Paulo)

Mariza passou por duas experiências frustrantes com as instituições de ensino e sua condição especial dificultou a permanência na escola. Foi matriculada na primeira escola aos sete anos e ficou apenas três meses, depois aos oito foi matriculada na escola pública e estudou um ano.

A primeira ‘escola’ foi um tratamento especializado para crianças com deficiência auditiva com atendimento agendado e duração de 40 minutos. As dificuldades da mãe em cumprir os horários estabelecidos pela instituição impediram que a filha continuasse o tratamento que lhe propiciaria uma comunicação melhor com

as outras pessoas. A mãe sentia-se sobrecarregada e não entendia os objetivos do tratamento.

“Eu comecei a levar ela para ser atendida numa escola para surdo-mudo, mas era 40 minutos só. Eu tinha que chegar lá às 13 horas, mas eu chegava sempre atrasada porque era muito perto da hora do almoço, eu estava com o maior barrigão, tinha uma criança pequena e andava devagar. Todo dia eles reclamavam. ‘Ah! Chegou atrasada!, Ah! Não pode faltar!’. Às vezes eu ia e ela não era atendida porque eu estava muito atrasada. Com o maior barrigão eu descia o morro com a pequena no colo, com a Mariza na mão, andando debaixo de sol e ficava lá esperando pra ela ser atendida só 40 minutos. Eu queria integral, um lugar que ela fosse de manhã e eu fosse buscar a tarde. Ela ficou fazendo lá cinco meses. Eu não vi nenhuma mudança, não adiantava nada e me cansava muito, aí eu tirei.”(mãe de Mariza)

A família de Mariza também não encontrou apoio para a filha na escola pública. Ao contrário, a escola não tolerou o fato da menina ter necessidades especiais e não ajudou na adaptação da criança. A mãe de Mariza sentiu-se humilhada e preferiu tirar a criança da escola.

“A professora dela sempre fazia reclamação que ela pegava o lápis das crianças, que ela pegava borracha, coisa que ela nunca fez onde eu moro. Ela tinha o material que eu ganhei e não podia comprar todo dia uma coisa nova. Aí eu cansei de ficar ouvindo aquilo porque eles não faziam nada pra ajudar, só faziam reclamação. Aí eu tirei ela da escola.”(mãe de Mariza)

Gabriel de 9 anos e Rafael de 10 anos na época do recolhimento, não freqüentavam a escola porque moravam na rua. Quando foi morar na rua Gabriel havia cursado a 1ª série perdeu um ano de escola e estava na 2ª série. Gostava da escola e não tinha dificuldades para aprender.

Rafael está na primeira série, a mãe relatou que ele não foi matriculado na escola na época certa por falta de vaga. Começou a cursar a primeira série com oito anos e logo depois foi morar na rua. Ficou um ano sem estudar e voltou para a 1ª série. As únicas mudanças de escola das duas crianças se deram por mudança de moradia.

A escola ajuda a criança a adquirir a estrutura básica para a evolução das regras de socialização adulta. Ela estipula regras de convivência com colegas e professores, pressupões a obediência a horários e ajuda a criança a desenvolver um comportamento socialmente adequado. Além disso é a única maneira segura das crianças pobres poderem melhorar seus níveis futuros de renda.

Na análise do banco de dados do Cemasi Floriano de Lemos o maior motivo apresentado para evasão escolar foi o desinteresse e apenas 1/3 das crianças freqüentam o CA. Os relatos das famílias permitem observar que ausência por longos períodos dos

pais pela necessidade de trabalhar, a vulnerabilidade educacional das famílias e as exigências da vida doméstica muitas vezes deixa as crianças sem o controle necessário à frequência e ao rendimento escolar. Os recursos normalmente usados pela classe média para compensar suas ausências e estimular o desenvolvimento escolar das crianças, como professores particulares e cursinhos paralelos a escola, são vetados as famílias pobres. Suas realidades financeiras não permitem que possam proporcionar a seus filhos as atividades complementares ao currículo escolar.

Além disso os relatos fazem referencia a falta de profissionais preparados para auxiliar nas dificuldades de aprendizagem e adaptação das crianças nas escolas públicas. As crianças são matriculadas na escola na fase de alfabetização ou mais tarde e não passam pelo desenvolvimento de percepção, atenção, concentração, coordenação motora e adequação social que integram as atividades desenvolvidas no jardim de infância. Como não conseguem sozinhos atender às exigências do mundo escolar e seus pais nem sempre podem auxiliá-los, as constantes frustrações acabam gerando o desinteresse. As escolas não estão preparadas para reconhecer e acolher as dificuldades das crianças e tornam-se local hostil onde elas e as famílias só ouvem reclamações. Os serviços de psicologia, psicopedagogia, psicomotricidade e fonoaudiologia que poderiam auxiliar as crianças em suas dificuldades escolares são de difícil acesso a essa camada da população, as famílias não contam com atendimentos de saúde especializados na área da aprendizagem. Os constantes fracassos escolares culminam em evasão.

Na etapa de 7 á 12 anos depois da família a escola é o agente se socialização mais importante, nela as crianças deveriam introjetar os valores mais amplos da sociedade porém, como não se identificam com a escola deixam de frequentá-la. Isto torna a escola muitas vezes o elemento desencadeador do processo de desvinculação. As crianças que não conseguem se adaptar a escola se unem a outras crianças na mesma situação para se sentirem aceitos e acabam se afastando do ambiente escolar e de casa, introjetando valores aprendidos na rua.

5.3.3. TAREFAS DOMÉSTICAS E TRABALHO PRECOCE

Na análise do banco de dados do CEMASI algumas crianças alegavam que tinham ido para as ruas devido a ficarem sobrecarregadas com a realização de tarefas domésticas mas as entrevistas com as famílias não confirmaram esta informação.

As ajudas dos meninos eram eventuais e externas, em geral fazer compras no comércio local, exceto em um caso que o menino eventualmente tinha obrigações dentro de casa. Apenas as duas meninas tinham a obrigação de cuidar de suas peças de vestuário e ajudar nas tarefas domésticas. Verifica-se uma preocupação das mães em introduzir as meninas nas responsabilidades domésticas, talvez não só para mantê-las em casa e obter ajuda, mas também como uma forma de identificação com o papel feminino desempenhado por elas.

O trabalho precoce

O trabalho infantil nas ruas foi um aspecto amplamente pesquisado por Cervini, Burger e colaboradores (1991) e é referido com frequência na literatura sobre o assunto como um dos fatores envolvidos no processo de desvinculação familiar e comunitária das crianças, porém em nove das dez famílias entrevistadas as crianças não exerciam atividades de trabalho consentidas pelas famílias. Três responsáveis relataram que as crianças já haviam voltado para casa com caixas de sapateiro e bolas de malabarismo conseguidas na rua, mas nenhuma declarou que essas atividades eram estimuladas pelas famílias.

Pedro tentou a profissão de engraxate mais desistiu porque as crianças na rua tomaram sua caixa .

“Ele [Pedro] passou um tempo na rua engraxando sapato, mas os garotos tomaram a caixinha dele e ele desistiu. Volta e meia ele chegava em casa com 10 ou 15 reais em casa. Foi uma coisa que ele quis fazer, foi até um moço de um trabalho desses com crianças de rua que fez a caixinha e deu para ele, mas não durou muito. Não passou nem um mês e ele abandonou o serviço. O negocio dele é brincar. (padrasto de Pedro)

Luiz desejava seguir o exemplo do colega que trabalhava. A família não concordava e procurou incentiva-lo a estudar.

Ele[Luiz] tem um coleguinha lá, que aonde vai carrega meu neto. Ele vive engraxando sapato, aí o menino inventa de levar ele pra engraxar sapato. Eu já falei pra ele que ele não precisa disso, porque o que eu ganho dá. Eu digo pra ele que ele tem que estudar pra ser um homem na vida, trabalhar, ganhar um bom dinheiro. Ele quer trabalhar com a caixa de engraxate para ficar na rua com as crianças. Ele apareceu com uma [caixa de engraxate] e eu joguei fora. Eu já disse pra ele que ele vai me trazer vergonha, eu sou viúva de militar, meus filhos são militares também, eu sou meio metidinha” (avó de Luiz)

Luciano fazia malabarismo no sinal da Barra da Tijuca sem o conhecimento da família. O pai ficou temeroso que o comportamento do filho prejudicasse a família em relação a ajuda que recebem da prefeitura.

“Eu fui ao CEMASI do Alto da Boa Vista e aí me disseram que ele tinha sido recolhido junto com o irmão, fazendo malabarismo com bola no sinal da avenida das Américas, na Barra [da Tijuca]. Disseram que eles tinham vindo para cá. Eu nem sabia que ele tinha bolinha pra fazer malabarismo no sinal, eu vi com ele, mas pensei que fosse para brincar. Eu tenho que vigiar ele mais, porque isso pode até prejudicar essa ajuda que eu recebo da prefeitura. Se o objetivo é tirar a gente da rua e ele volta pra trabalhar, vai parecer que não adiantou nada”. (pai de Luciano)

Em uma pesquisa com crianças que trabalhavam na rua Vogel e Melo (1991), observarem que muitas vezes o convite ou o exemplo de amigos ajudam a criança a tomar a decisão de trabalhar. Esta decisão é apreendida pela criança como necessidade e virtude e para a família implica em dois riscos: o primeiro é de que outras crianças com maior vivência de rua possam fazer alguma “maldade” com seus filhos; o segundo é de que seus filhos possam constituir relacionamento com essas crianças que venham a se tornar “más companhias” e levá-los ao uso de tóxicos e outra atividades ilícitas. Foi uma experiência como essa com o filho mais velho que fez e a mãe de Paulo não permitir que ele trabalhe.

“Eu não boto o Paulo para trabalhar. Antigamente o mais velho, quando tinha doze anos vendia bala pra me ajudar, depois ele se envolveu com o tráfico e ainda levou o outro irmão. Depois disso eu não botei mais ninguém para trabalhar.”(mãe de Paulo)

Valéria sempre teve uma vida sobrecarregada: trabalhava vendendo doces na rua desde os 7 anos estimulada pela família. Voltava para casa todos os dias tarde da noite, o que a impediu de ter um bom rendimento escolar. Apenas quando estava nos abrigos Valéria tinha vida de criança, podia brincar e desenvolver atividades adequadas para sua idade. Na rua, onde passava boa parte do dia, acabou se envolvendo com o uso de drogas.

“Desde pequenos meus filhos vendiam bala porque eu vinha vender e eles vendiam também pra me ajudar. Nessa época eles estavam com treze, onze, sete, cinco, quatro e três anos Eu só tive um companheiro que trabalhava direito e assumia a casa, que era o pai da Valéria. O resto do tempo era eu e meus filhos que sustentávamos a casa. Valéria tinha três anos quando começou a ir para a rua junto comigo, mas começou a vender bala com sete anos. Eu juntava o dinheiro de todo mundo, pagava o aluguel e fazia compras. Era 5 reais de um, 10 reais de outro ... Eu tenho duas sobrinhas que cheiram tiner, uma já é casada e a outra tem 15 anos. Elas vendem bala na [estação de trens da]Central [do Brasil] também, foi com elas que a Valéria começou a cheirar.” (mãe de Valéria)

Valéria começou a trabalhar numa época em que a família era chefiada pela mãe analfabeta, com grande vulnerabilidade ocupacional e tinha sete dependentes; apresentava todos os requisitos necessários para a inserção precoce de seus filhos no mercado de trabalho.

O trabalho infantil se origina principalmente nas condições de pobreza das famílias e está relacionado não só a esse fator, mas também ao nível educacional dos pais. Quanto menor a renda e o grau de estudos alcançados pelos pais, maior a participação no mercado de trabalho. Esta relação não se generaliza para o trabalho do adolescente que está sujeito também a outros fatores.

O tipo de estrutura familiar e o número de irmãos também contribuem para a inserção dos filhos no mercado de trabalho. Nas famílias chefiadas por mulheres as taxas de inserção dos filhos são mais altas do que qualquer outro tipo de estrutura familiar, devido ao trabalho mal remunerado das mulheres. As famílias nucleares pobres também têm maior possibilidade de ingressar precocemente seus filhos no trabalho do que os filhos das famílias extensas. Estas utilizam os filhos como único recurso em situação de dificuldade econômica. A oportunidade de trabalho precoce é maior a medida que aumenta o número de irmãos. (Cervini e Burger,1991)

A pior consequência do trabalho infantil é o abandono da escola. As crianças são submetidas a jornadas muito longas para suas idades e compleição física, ficam muito cansados o que prejudica seus desempenhos escolares. Os trabalhos desenvolvidos por elas são pouco atrativos, repetitivos, mal remunerados e lesivos ao desenvolvimento físico, social e psicológico das crianças. Além disso a criança fica privada de tempo para brincar e viver a infância.

Nas famílias entrevistadas as tarefas domésticas não eram normalmente exigidas dos meninos, apenas as meninas tinham obrigações com seus objetos pessoais e ajudar nos afazeres domésticos. As famílias são mais exigentes com as meninas nas tarefas domésticas por esse um papel atribuído às mulheres em nossa sociedade. Imitando o comportamento das mães nas brincadeiras de “casinha” as meninas aprendem o papel de “mãe” e “dona de casa”. Aos meninos é dada mais liberdade para que ele possa desde cedo aprender a se “virar” na rua e imitar nas brincadeiras com os outros meninos o papel masculino, deles espera-se que cumpra o papel de provedor que é o de ir para a rua buscar o sustento. Aqueles que são mantidos em casa pelas famílias, são muitas vezes motivos de deboche dos outros. Além disso, introduzir as meninas nos afazeres domésticos é uma maneira de obter ajuda e ocupa-las para mantê-las distantes da rua.

O trabalho infantil estimulado pela família só se evidenciou em um dos casos (10%), com prejuízos sérios para a criança no seu desenvolvimento. Apesar de não ter sido incentivado pelos familiares, três crianças (30%) exerceram atividades de trabalho por iniciativa própria nos períodos que passavam fora de casa.

5.3.4. A COMUNIDADE

Tempo de Moradia e Relacionamento com os Vizinhos

O tempo de moradia das famílias em suas comunidades variou entre 3 meses e 35 anos. Em quatro das dez famílias estudadas as crianças nunca haviam mudado de local de residência. No entanto, a maioria havia mudado de local de moradia: duas famílias haviam mudado uma vez, outras duas haviam mudado duas vezes, uma família mudara três vezes e outra família mudara seis vezes.

O local atual de moradia foi classificado por metade das famílias entrevistadas como uma “boa vizinhança”, isto é, as crianças são bem tratadas pelos vizinhos e as famílias podiam contar com a sua solidariedade. Em situações de necessidade, era comum que essas famílias recebessem ajuda, tanto material como de apoio moral. As ajudas da vizinhança mencionadas foram: empréstimo de dinheiro para a passagem, bujões de gás, gêneros alimentícios, mão de obra para construção da casa, socorro em caso de doenças e acidentes, procurar crianças sumidas e cuidar das crianças na ausência dos responsáveis.

Cinco famílias relataram que os relacionamentos com os vizinhos não eram próximas, evitavam pedir ajuda na comunidade, achavam os vizinhos pouco solidários e se relacionavam com apenas poucas pessoas.

Três famílias que se isolavam das relações com a comunidade relacionavam o fato à percepção de uma condição financeira pior e à possibilidade dos filhos serem discriminados pelos vizinhos. Essas famílias recebiam auxílios de instituições particulares ou municipais.

Para Paugam (1999), a entrada na rede de assistência é percebida pelos beneficiados como renúncia ao status social e à perda da dignidade. Em consequência do mal-estar que sente na vida social provocado pela desqualificação social, o beneficiado se fecha sobre o espaço familiar. Este refugio é uma maneira de escapar do olhar dos outros. O medo e a culpa os obrigam a se esconderem, a se fecharem entre as paredes do espaço privado.

As famílias de Pedro, Luiz, Paulo, Vitor e Carlos residiam em suas comunidades há muito tempo, apenas duas dessas famílias se relacionavam bem com os vizinhos e não podiam contar com sua solidariedade.

As famílias de Pedro, Luiz e Paulo tinham bom relacionamento com os

vizinhos. A mãe de Pedro reside na comunidade há 14 anos onde Pedro nasceu. O padrasto reside há 8 anos. A família tem parentes na localidade e é muito conhecida pelos vizinhos.

”Meu relacionamento com os vizinhos é bom, graças a Deus. Ajudo a todo mundo que precisar de um dia de serviço meu grátis, eu faço esse favor. Bato laje, levanto um barraco, no que eu puder ajudar eu ajudo. Quando eu preciso de um favor eles ajudam. Às vezes acaba seu gás aí você está duro e eles emprestam dinheiro ou o bujão. Todo mundo é amigo lá. Meus filhos também são tratados bem pelos vizinhos. A casa vive cheia de coleguinhas deles”. [padrasto de Pedro]

A família de Luiz reside há 35 anos na comunidade onde a mãe e os tios nasceram e foram criados e também nasceram Luiz e os irmãos. A avó tem freguesas de costura na comunidade e eles são muito conhecidos inclusive no comércio local, onde a avó sempre fez compras.

“Eu moro ali faz 35 anos, eu faço compras ali. todo mundo me conhece e conhecem meus netos porque eu os levava comigo.(...) O lugar onde eu moro é bom, os vizinhos são ótimos, eu me relaciono com todo mundo, são pessoas dóceis, mas situação financeira ninguém tem, eu tenho que correr atrás. Eles ajudam numa aflição. Procurar uma criança, de ficar com eles quando eu preciso, de socorrer uma pessoa da família quando está passando mal. Eles são muito bons, graças a Deus. Tratam bem as crianças.” (avó de Luiz)

Paulo e os irmãos também nasceram na comunidade, a mãe reside no local há muito tempo, se relaciona com os vizinhos mais próximos e eles a ajudam muito. Apesar disso, ela se sente discriminada no local e acha que os filhos também o são por já ter estado envolvida com drogas e morar na parte da comunidade invadida pelos que construíram barracos. A família de Paulo recebe auxílio de instituição municipal.

“Eu moro nessa comunidade há 18 anos, eu já fui envolvida com drogas lá mesmo quando eu vivia com o meu segundo companheiro. Hoje em dia eu agradeço de estar viva, porque era pra eu estar morta. Meus vizinhos de perto me ajudam muito e eu a eles. Eles me emprestam dinheiro pra passagem, me emprestam arroz, açúcar, sal quando eu preciso e quando eu vou pro trabalho eu peço pra eles ficarem de olho nas minhas filhas pra não acontecer algo de estranho. As crianças nem sempre são bem tratadas pelos vizinhos, só os mais próximos é que tratam eles bem. Eles me discriminam porque eu não moro nas casas de lá, eu moro num barraco num terreno invadido, é a parte mais pobre da favela”. (mãe de Paulo)

As famílias de Vitor e Carlos apesar de também residirem no local há muito tempo não têm bom relacionamento com os vizinhos. A mãe de Vitor foi criada na comunidade mas não tem irmãos e os pais já faleceram. A família se relaciona com poucos vizinhos e considera a vizinhança como pouco solidária.

“Eu moro nessa comunidade há uns vinte anos, já morava ali quando meu pai era vivo. Eu me dou bem com os vizinhos, mas não recebo ajuda de ninguém, lá as pessoas não tem muita solidariedade. Cada um vive na sua

casa. Eu só tenho uma vizinha que me ajuda com meus filhos”. (mãe de Vítor)

O padrasto de Carlos mora há muito tempo no local e criou lá os filhos do primeiro casamento. Já teve muitos amigos no local mas atualmente se relaciona com poucos vizinhos e acha que perdeu os amigos devido a sua situação financeira. A família de Carlos recebe ajuda de instituição particular.

“Eu moro lá há mais de vinte anos, juntando as duas vezes. A vizinhança é boa, antes eu tinha muitos amigos lá, agora eu não tenho. Minha condição financeira caiu muito e eu não frequento mais os lugares que frequentava, não tenho mais dinheiro. Só tem uma vizinha que é mais próxima, ela toma conta das crianças e eu faço trabalho para ela, quando ela precisa. Meus filhos do primeiro casamento também me ajudam, eles moram no mesmo terreno que eu, mas eles são casados. Eles e as mulheres trabalham, não podem ficar com as crianças ”. (padrasto de Carlos)

As famílias de Luciano, Valéria, Mariza, Gabriel e Rafael residem a pouco tempo em suas comunidades, apesar disso a família de Luciano e Valéria se relacionam bem com os vizinhos. A família de Luciano mora no local há 3 meses mas declara que já se sente integrada.

“A vizinhança é legal, está todo mundo morando lá há pouco tempo porque o loteamento é novo. Eles sabem que eu era da Fazenda, mas não me discriminam. Quando aparece um biscate eles me convidam para trabalhar. O meu senhorio é bem conceituado porque mora lá há muito tempo e isso facilita. Foi um vizinho que foi me avisar que as crianças tinham sido recolhidas As crianças também são bem tratadas, nunca tive reclamação de ninguém. As crianças já fizeram muitos amigos”. (pai de Luciano)

A mãe de Valéria reside há 7 meses no local e conhece todos os vizinhos.

“Eu me dou bem com os vizinhos da vila. Eles são bons. Quando a gente precisa de alguma coisa eles emprestam e eu também empresto quando me pedem. É gás, é açúcar, um vizinho serve o outro. Eles me ajudaram a cuidar da minha filha no dia que ela estava cheirada de tiner”. (mãe de Valéria)

As famílias de Mariza, Gabriel e Rafael não são muito integradas em seus locais de moradia. A família de Mariza se ressentiu do egoísmo dos vizinhos e da forma como as crianças do local tratam a filha. A família recebe ajuda de instituição particular.

“Eu moro há dois anos no morro, antes eu morava em Guadalupe. Meu relacionamento com os vizinhos é normal. Eu não sou muito de ter intimidade com vizinho, meu marido não gosta porque ele acha que quando a gente tem as coisas ajuda os outros, mas quando precisa ninguém nunca tem pra ajudar. Eu já pedi açúcar, um pouco de óleo e eles falam que não tem, meu marido fica ‘bolado’ porque quando me pedem e se tenho, eu dou. Até fralda descartável eu já dei, que é uma coisa que eu só boto nele [filho de 3 meses] quando vou pra longe, é uma coisa muito íntima, muito difícil de se arrumar. Eu consigo às vezes um pacotinho. Por isso é que ele [marido] não quer que eu tenha intimidade com vizinho. Ele não gosta que eu fique de conversa. As crianças também não brincam com a minha filha, elas não aceitam o problema dela”. (mãe de Mariza)

A mãe de Gabriel mora há apenas 8 meses na comunidade na casa de uma conhecida que a abrigou quando ela estava na rua. Ela não sai muito de casa para não encontrar nenhum conhecido do ex-marido e, apesar de não ter muita intimidade, relaciona-se bem com os vizinhos.

“Eu me dou bem com as pessoas. Eles me cumprimentam e tratam bem meus filhos quando eles estão aqui no final de semana. Eu nunca pedi nada aos vizinhos. Às vezes a dona da casa empresta o ferro de passar a vizinha. Ela mora lá há muito tempo e conhece todo mundo. Eu fico mais dentro de casa”. (mãe de Gabriel)

As condições de moradia da mãe de Rafael são muito difíceis, ela mora atualmente em um prédio abandonado com outros moradores de rua e por esse motivo Rafael e as irmãs não podem ficar com ela nos finais de semana.

“Tem dois meses que fui morar nesse prédio porque eu estava morando na rua. Meus filhos não podem ir pra lá, o ambiente não é bom. Tem muita briga, muita discussão e bebedeira”. (mãe de Rafael)

As famílias recebem todos os tipos de ajuda de seus vizinhos que são de grande importância para a sua sobrevivência. Recebem e doam mão de obra para construção de casas, dinheiro de passagem para o trabalho, mantimentos, botijões de gás e apoio em todas as necessidades de ordem afetiva.. A dificuldade econômica comum limita a solidariedade de bens materiais, mas não limita as trocas afetivas principalmente no que se refere às crianças. Mesmo as famílias que se queixaram de sua vizinhança, relataram receber ajuda deles em suas necessidades com os filhos. A proximidade com os vizinhos e a solidariedade entre as famílias reforçam as redes de sobrevivência e os sentimentos de segurança tanto dos adultos como das crianças que se sentem protegidos pela comunidade. Além disso, aumenta o círculo de relacionamento familiar em seu entorno social que contribui para o sentimento de aceitação e importância pessoal, fundamental à auto-estima e a manutenção dos vínculos com suas comunidades.

Violência Comunitária

Metade dos entrevistados classificaram as comunidades que residiam como tranquilas ou pouco violentas. As definições de violência e tranquilidade estavam relacionadas com a frequência de episódios de tiroteios, possibilidades de serem atingidos por projéteis de armas de fogo, de atropelamentos e brigas. O embate entre policiais e traficantes de drogas ou entre os próprios traficantes eram os acontecimentos mais temidos pelos moradores por causa das balas perdidas. A circulação de traficantes

empunhando armas pelas ruas da comunidade, os atropelamentos e as brigas também eram motivos de insegurança para adultos e crianças.

Os locais em que as famílias de Luiz, Vitor, Valéria, Carlos e Luciano residem não têm problemas com violência. Não são comunidades que apareçam freqüentemente nos jornais por guerras de quadrilhas. As casas são distantes do movimento do narcotráfico e as famílias não se sentem ameaçadas por balas perdidas. Em uma destas comunidades o único perigo para as crianças é o tráfego intenso de carros na rua e a ameaça de atropelamentos.

“Eu moro no início do morro e lá não tem muito problema de violência, os tiroteios são lá no alto do morro mas não atinge nada a gente. Ao contrário, os moleques eu conheço muitos deles e eles passam por lá e não mexem com a gente. Tem muita gente de baixa renda que eles [os traficantes] ajudam. As pessoas vão lá pedir ajuda e eles [os traficantes] ajudam com um gás, uma receita médica que a pessoa precisar. Eles só andam armados lá em cima, mas na comunidade não andam não. O único problema lá é o perigo de serem atropelados quando brincam no meio da rua. Esses dias eu tive que tomar a bicicleta do outro [irmão de Luiz] que tem seis anos, porque o carro quase o atropela. (avó de Luiz)

Na comunidade em que a família de Vitor reside as crianças podem brincar na rua e também não sofre com problemas de violência.

“Onde eu moro não tem muita violência, é um lugar calmo, as crianças podem brincar na rua. Ninguém anda armado e não tem movimento de carros A única coisa que tem é que os garotos velhos gostam de bater nos menores. A polícia sobe lá muito pouco e não tem guerra de tráfico. O movimento dos traficantes é distante do lugar onde eu moro”. [mãe de Vitor]

A família de Luciano se sente muito segura na comunidade que reside.

“A comunidade é muito calma. O lugar é muito silencioso. Como as ruas ainda não foram asfaltadas não passa nem carro. Não tem tiroteio, não tem tráfico de drogas, é um lugar tranqüilo. Ainda não chegou nada disso lá, parece cidade do interior. São pouca casa, a maioria em construção. As crianças não correm risco nenhum, ali é um bom lugar para criar elas, o ambiente é familiar”.(pai de Luciano)

Quatro comunidades em que as famílias entrevistadas residiam foram classificadas como violentas. Nesses casos, segundo o relato dos familiares das crianças, mantinham a maior distancia possível das atividades dos traficantes e não faziam comentários sobre o que viam. Os moradores não incomodavam os traficantes para que estes não incomodassem os trabalhadores. Uma das famílias que morava na rua antes das crianças irem para o abrigo, perdera a casa em consequência da violência comunitária.

Pedro, Mariza, Gabriel e Paulo residem em comunidades violentas noticiadas freqüentemente pelos jornais por guerras entre quadrilhas de traficantes, homicídios e

mortes por balas perdidas. As quatro comunidades fazem parte das 16 favelas recentemente escolhidas pela polícia Militar para incursões diárias para conter a violência do Rio de Janeiro (maio de 2002). Apesar disso as famílias de Pedro e Gabriel relatavam nunca ter havido problemas por causa da violência no local. No depoimento do familiar de Pedro o argumento consistia em que o problema é geral na cidade do Rio de Janeiro e que mesmo violenta a comunidade era um lugar bom para morar.

“Aqui no Rio tem violência em todo canto principalmente em favela. A gente convive o tempo todo com o tráfico. Eles vivem armados pra lá e pra cá, se matando pra lá e pra cá. Vendem droga e andam o tempo todo armados. O lugar é bom, só tem esse problema. Mas a partir do momento que a gente não se mete na vida deles eles também não se metem na vida da gente. Eu e minha família nunca passamos por nenhuma situação difícil por causa da violência”. (padrasto de Pedro)

As famílias de Mariza e Paulo já passaram situações difíceis por causa da violência no local. Na comunidade em que a família de Mariza reside, além das guerras entre os traficantes e a polícia, os atropelamentos são frequentes.

“Lá é um lugar que volta e meia tem algum problema de violência. Agora mesmo a rua está fechada pela polícia, ninguém passa, eles estão subindo o morro. Eu nunca tive problemas com o tráfico, o único problema é quando tem entrada da polícia. O que mais prejudica os moradores são os atropelamentos e a entrada da polícia no morro. Porque aí é muito tiro. A minha parede tem furo de bala. A polícia uma vez ficou escondida atrás da minha casa trocando tiro com os bandidos lá em cima. Eu fiquei com medo, me encolhi com o neném do lado, sorte foi que o neném tossiu. Aí um policial falou pro outro:

– ‘Tem neném na casa, vamos sair daqui’.

Tem muito atropelamento também, aquela rua é perigosíssima. Já morreram várias crianças ali. Tem muito briga de cachaceiro e entre os traficantes também”. (mãe de Mariza)

Na comunidade em que a família de Paulo reside, além dos tiroteios, existe a violência dos vizinhos.

“Onde eu moro tem muita violência por causa do tráfico de drogas, a polícia vive entrando na favela e tem tiroteio constante. Muita gente já morreu de bala perdida. No meu barraco já entraram duas balas. A guerra com outras favelas também é constante, mas os traficantes não se metem com os moradores e os moradores não se metem com eles. Todo mundo respeita a lei do silêncio. Eles se metem com quem deve a eles, com quem compra e não paga. Com trabalhador eles não se metem. Outro dia um homem que mora lá torceu o braço do Paulo por causa de umas bolinhas que ele ganhou pra fazer malabarismo. Ele pediu a bolinha, meu filho não deu, ele torceu o braço do menino, deu um abscesso e o menino operou o braço. Ficou uma semana no hospital”. (mãe de Paulo)

A situação comunitária mais violenta foi vivenciada por Rafael e sua família na comunidade que residiam anteriormente. Em consequência do envolvimento dos irmãos

com o tráfico de drogas, estes foram assassinados e a família foi expulsa da comunidade. A família de Rafael perdeu tudo o que tinha e a mãe ficou desempregada. Rafael e a família moraram durante oito meses na rua até as crianças serem recolhidas.

“Minha casa era própria e eu tinha tudo direitinho, geladeira, televisão, aparelho de som. Quando eu saí não pude pegar nada, saí só com a roupa do corpo. Nem os documentos das crianças eu pude pegar, só fiquei com os meus documentos porque estavam dentro da bolsa. Meu filho era envolvido com o tráfico do morro, quando o ‘dono da boca’ mudou o ‘novo dono’ avisou que quem trabalhava para o primeiro dono tinha que sair do morro junto com a família. Ele foi me avisar que eu tinha que sair e saiu junto comigo. Levei ele para a casa de um tio bem longe daqui e fui para a rua com os pequenos. Quando ele soube que eu estava na rua foi no morro pedir aos vagabundos para eu voltar por causa das crianças. Ele subiu o morro, ‘os caras da boca’ chamaram ele lá em cima e mataram ele. Eu fiquei sabendo que ele tinha morrido tem um mês. Eu saí de lá já tem um ano. Esse já é o segundo filho que eu perco assim, o outro morreu com 24 anos, também era envolvido com o tráfico, mas quem matou foi a polícia. Eu não quero mais morar em favela. Eu tenho medo que esse de 10 anos também acabe do mesmo jeito”. (mãe de Rafael)

Ser expulsa da comunidade e ter um membro da família assassinado pelo tráfico de drogas foram situações vividas também pela família de Valéria. A mãe de Valéria foi expulsa pelo tráfico da casa que havia recebido do município anos atrás e teve uma irmã assassinada por um membro do tráfico.

“Quando eu morava na rua com eles ganhei uma casa em Bonsucesso, mas os vagabundos de lá tomaram a casa de mim. Tudo por causa do companheiro que eu tinha. Ele fumava, cheirava e se envolveu com o tráfico. (...) Eu deixei de ir a baile desde que minha irmã foi assassinada em queimados. Ela era envolvida com drogas junto com esse companheiro que eu tinha. Foi assassinada num pagode em Queimados por causa de um dinheiro que devia.” [mãe de Valéria]

A mãe de Paulo já havia estado presa pelo envolvimento do ex-marido com o tráfico, ficou dois anos longe dos filhos e perdeu a casa que morava.

“Eu peguei dois anos de cadeia naquela época, mas não foi porque eu usava, foi porque meu companheiro era traficante. Quando eu fiquei presa eles ficaram com a minha mãe. Eu tive uma casa que eu ganhei da prefeitura em Costa Barros e eu troquei por uma lá, quando eu fui presa eu perdi a casa, invadiram e eu não pude mais entrar”

O relacionamento dos moradores das comunidades com o tráfico de drogas é ambíguo: por um lado se distanciam pelo medo da violência exercida como demonstração de poder e por outro se aproximam por admiração às demonstrações de poder financeiro no patrocínio de festas e distribuição bens de consumo para os membros da comunidade. Porém as relações amistosas do tráfico com os moradores são fugazes, os relatos demonstram ações violentas e impiedosas para com os membros da

comunidade. No relato de quatro famílias (40%) o envolvimento de parentes com o tráfico haviam deixado marcas profundas. Abandonaram suas casas, foram expulsas da comunidade com filhos pequenos e tiveram parentes assassinados. Em seus relatos a principal preocupação era de impedir que seus filhos pequenos se envolvessem com drogas ou com o tráfico de drogas. Em todas as entrevistas em que as famílias classificaram seus locais de moradia como violentos, esta classificação estava associada a maior proximidade da residência dos entrevistados com o movimento do tráfico de drogas. Na análise do banco de dados a violência doméstica e comunitária foi apontado como motivo de ida para rua por 10,3% das crianças e adolescentes entrevistados.

Gilberto Velho (1999:19), argumenta que o tráfico de drogas é um fenômeno de dimensão internacional com graves repercussões na sociedade brasileira, especialmente no Rio de Janeiro que tem sido apontado como caso limite de violência à medida que as desigualdades se evidenciam no próprio quadro de organização sócio espacial da cidade. Nas áreas pobres, multiplicam-se as quadrilhas compostas predominantemente por jovens que controlam essas áreas e travam guerras com seus competidores exercendo o poder com armas de todos os tipos conseguidas através do tráfico. Este quadro se agrava pela conivência da polícia com a criminalidade evidenciada pelas crescentes denúncias da participação de policiais em vários tipos de crime.

Para o autor “existe uma afetiva adesão de parte desses jovens pobre à transgressão sustentada na crença de que os riscos nelas envolvidos são compensados por gratificações sociais que nem se colocavam para a geração de seus pais, pois estes ocupavam posições subalterna no mundo hierarquizado. O acesso a droga e a arma é a base desse estilo de vida, que torna possível usufruir uma pauta de bens de consumo e um prestígio que facilita, entre outras coisas, o sucesso junto as mulheres e o temor junto aos homens(...). De um modo bastante vigoroso esses jovens explicitam sua rejeição ao tipo de vida dos pais e dos avós. A trajetória de trabalhadores modestos, repleta de frustrações, marcada pela pobreza, é encarada como algo a ser negado e evitado. A idéia de uma vida breve, mas intensa e repleta de gratificação, é recorrente no depoimento desses jovens.”

Para Alba Zaluar (1994 c:116), o fenômeno do tráfico de drogas não se concentra no Rio de Janeiro ou nos grandes centros urbanos é encontrado também em pequenas cidades em que manifestações incontestáveis de violência, inclusive entre parentes, podem ser chamadas de guerra. Uma guerra “que começa movida por propósitos individualistas de enriquecimento rápido e de busca desenfreada de prazer,

mas que se perde nos circuitos intermináveis de vingança interpessoal, do puro prazer em dominar, matar ou fazer o mal a outrem. Entre os bandidos impera o gosto pelo estilo de vida dos ricos, pela exibição do poder e o esbanjamento de riqueza, em que o consumo conspícuo também inclui os instrumentos de guerra, exibidos e usados de maneira extravagante.”

As guerras entre as quadrilhas, a ousadia e a exibição de poder ilimitado, que não são contidos nem dentro dos presídios onde contam até mesmo com os recursos do Estado para serem mantidas, são motivos de pânico de toda a sociedade, de desvinculação familiar de adolescentes envolvidos com a comercialização do tráfico e comunitária das crianças que vivem submetidas ao domínio violento das quadrilhas e a falta de proteção pela ausência do poder público.

O Lazer das Famílias e as Atividades Infantis na Comunidade

Para as crianças e famílias, participar de atividades comunitárias aumenta os vínculos sociais pois passam a sentirem-se parte integrante do grupo. Em geral as crianças têm orgulho de dizer o nome da comunidade que reside quando esta se destaca em alguma atividade e nos atendimentos feitos as crianças no Cemasi Floriano de Lemos observamos várias vezes elas travarem discussões medindo a importância de suas comunidades. Muitos recebem apelidos com os nomes dos locais em que residem.

Em seis das oito comunidades onde moravam as famílias que tinham residência quando as crianças foram recolhidas, não era desenvolvida qualquer atividade recreativa ou cultural para as crianças. Em uma localidade havia escolinha de futebol para os meninos e em outra, além da escolinha de futebol, havia também escola de dança para as meninas. Nesta última, existia também um programa em período integral para crianças a partir de sete anos com esporte, teatro, passeios e acompanhamento escolar. Cinco localidades tinham pequenas praças com brinquedos para as crianças, porém três delas foram classificadas como perigosas por estarem situadas em locais de muito trânsito ou por serem “mal frequentadas”. Em sete casos o local das crianças brincarem era a rua.

Apenas duas associações de moradores promoviam baile de carnaval, festa junina e bingo para as famílias. Em outras duas comunidades o tráfico de drogas promovia festas no dia das Mães, no dia de São Cosme e São Damião e no dia das Crianças.

Em todas as famílias entrevistadas as atividades principais de lazer eram visitar parentes, levar as crianças para passear na Quinta da Boa Vista, ir com os filhos em festas de aniversários de vizinhos e ver televisão. Sete famílias não participavam de grupos comunitários e três participavam de grupos de orações em igrejas.

As comunidades em que Pedro, Paulo e Gabriel residem promovem atividades para as crianças. A comunidade de Pedro não realiza atividades de lazer para os adultos, mas a família se integra à comunidade fazendo e recebendo visitas na comunidade e acompanhando as crianças nas suas diversões. O padrasto informou que Pedro freqüentou a escolinha de futebol mas não quis continuar porque não aprendia o esporte, segundo a mãe ele queria aprender judô, mas na comunidade não tinha.

“Nosso lazer é lá na comunidade. Vamos na casa da irmã dela [da mãe de Pedro], nossos amigos vão à nossa casa. A gente vai tomar uma cerveja por perto. Eu não freqüento nenhuma igreja, nem ela [mãe de Pedro]. Eles [prefeitura] fizeram uma pracinha, com um parquinho para as crianças. Domingo de tarde nós vamos pra lá, eu e eles dois [o padrasto, Pedro e a irmã de Pedro]. Tem balanço, tem escorregador, tem umas grades de ferro que sobe e desce e aqueles barquinhos de balançar. Lá também tem escolinha de futebol dentro da comunidade, tem professores de educação física. O Pedro já freqüentou, depois ele desistiu [porque não aprendia].” (padrasto de Pedro)

A família de Paulo sente-se discriminada pela comunidade, porque a presença dos filhos não é aceita nas atividades de lazer promovidas para as crianças pela associação de moradores dos proprietários das casas. Por esse motivo a família não participa das atividades de lazer da comunidade, mãe e filhos não têm lazer juntos. Paulo é aluno de uma escolinha de futebol que não é promovida pela associação de moradores, gosta da atividade mas freqüenta pouco porque se afasta de casa. A mãe freqüenta as reuniões da Igreja Universal.

“A associação de moradores promove baile e atividades pras crianças no final de semana, festival de pipoca, essas coisas. Nós não participamos porque não é pra gente, é pra quem mora nas casas. De verdade mesmo é pra quem tem uma aparência melhor, quem pode se vestir melhor ou é porque eu já fui envolvida com o tráfico. Mas quando meus filhos chegam, eles botam pra fora. Sempre foi assim com todos eles. Eu participo do grupo de oração na igreja. Eu agora com a ajuda do Juiz consegui botar a minha filha no balé e o meu filho na escola de futebol, mas não é da associação de moradores, é fora de lá. Eles vão duas vezes por semana. Eles gostam, quando estão em casa não faltam, mas não deixam de fugir por causa disso” . (mãe de Paulo)

As comunidades em que residem Luiz, Vitor, Mariza, Valéria, Luciano e Carlos não desenvolvem nenhuma atividade recreativa ou cultural para as crianças. Os bairros que Mariza, Vitor e Carlos residem pertencem á uma Área de Planejamento com o menor espaço de lazer por habitantes, Mariza e Vitor não têm sequer um local para

brincar na comunidade. Na comunidade Carlos reside o espaço de lazer é junto à linha de trem e distante de sua casa, a associação de moradores promove festas de carnaval e junina que a família participa. Nas que Vitor e Luiz residem às festas que as crianças participam são promovidas pelos moradores e pelo tráfico de drogas. As famílias de Mariza e Carlos participam das reuniões da igreja.

“Na comunidade não tem muito lazer para eles, só tem a associação de moradores que é um terreno com espaço para futebol e brinquedos para as crianças brincar, só tem isso. A associação não promove nenhuma atividade para as crianças, só tem aquele terreno. As vezes eu levo eles na Quinta [da Boa Vista], porque lá tudo é pago e nem sempre eu posso levar. O tráfico de drogas dá festas lá (na Quinta da Boa Vista). No dia das mães dão presentes, no dia das crianças fazem festinha para as crianças, tratam bem as crianças. No dia das mães só você vendo, dão fogão pra quem não tem, geladeira, tudo eles dão. Lazer pras crianças fora essas festas só quando vai o circo no sambódromo. Nós não saímos muito de casa, a nossa diversão é ver televisão”. (Avó de Vitor)

Eu não participo de nenhum grupo comunitário, onde eu moro nunca ouvi falar disso, na Mangueira tinha. Eu aqui às vezes freqüento as reuniões da Igreja Universal. Eu nunca ouvi falar de associação de moradores, nem de atividades para as crianças. Não tem nenhuma atividade de lazer. O Favela Bairro não fez nada para as crianças. O que eles fizeram lá foi um corrimão pra descer, consertaram a escadinha e puseram água e esgoto. Tem uma pracinha que não é lugar apropriado para criança ficar porque fica uma porção de vagabundo fumando maconha. Os moradores fazem festa junina, a gente paga uma taxa de 10 reais pra botarem barraquinhas e as crianças participam da festa. O único lazer que eu tenho é ir pra casa da minha irmã, no morro da Formiga. Às vezes vou passear com eles na Quinta [da Boa Vista], só isso. (Mãe de Mariza)

Os recursos normalmente usados pelas classes médias e altas para estimular o desenvolvimento das crianças, compensar ausências dos pais e proporcionar horas agradáveis aos filhos, são vetados às famílias pobres. Suas realidades financeiras não permitem que possam proporcionar a seus filhos o lazer e as atividades complementares ao currículo escolar necessários aos seus desenvolvimentos físico, emocional e social. A queixa mais comum feita pelas famílias foi à falta de projetos e programas comunitários que as auxiliem na tarefa de socialização de seus filhos. A falta de opção de lazer e atividades culturais e esportivas direcionadas para suas faixas etárias é percebida pelos familiares como um dos principais motivos de ida das crianças para a rua. Os abrigos para onde às crianças são encaminhados quando recolhidas, são os únicos recursos disponíveis para a proteção e desenvolvimento saudável dos mesmos. Nos relatos das crianças entrevistadas no Cemasi Floriano de Lemos era comum elas pedirem para serem encaminhadas para abrigos que desenvolviam atividades de suas preferências ou para participarem de determinadas festas e passeios.

O lazer e os programas comunitários culturais e esportivos são de grande importância para a vinculação das crianças porque lhes permitem estreitar relacionamento com os grupos de pares de seu entorno social para brincar e se desenvolver; adquirir o sentimento de pertencimento a grupos socialmente valorizados; conhecer e desenvolver aptidões individuais que vão contribuir na sua auto-estima e equilíbrio emocional.

5.3.5 MOTIVO DE IDA PARA A RUA, TEMPO DE RUA E SOLUÇÃO PARA O PROBLEMA

A família de Pedro é nuclear com chefia masculina com dois dependentes. Apresenta alta vulnerabilidade ocupacional e educacional, e vulnerabilidade econômica e habitacional relativamente baixas, O relacionamento familiar é bom e sem violência doméstica. A família tem alta estabilidade comunitária e bom relacionamento com os vizinhos. A comunidade é muito violenta e desenvolve projeto esportivo para as crianças Pedro não foi matriculado na escola. A ida de Pedro para a rua se iniciou acidentalmente aos quatro anos e a partir dos seis anos se tornou constante. Pedro tem 12 anos vai para a rua há oito anos e foi recolhido pelo menos oito vezes. O que desencadeou o processo de ida para a rua foi o envolvimento da mãe com o trabalho que de início era em casa lavando ‘roupa para fora’ e depois fora de casa como cozinheira, com longa jornada de trabalho. Pedro tem que sair do abrigo por causa da idade e a família não encontrou nenhuma solução. Pedro não foge do abrigo, pratica natação na escola mas seu padrasto acha que se ele for para casa vai voltar a ir para a rua.

“Ele começou a ir para a rua muito cedo, ficava brincando com os outros meninos e sumia. A primeira vez que ele sumiu tinha 4 anos, foi para a rua com um menino maior, a mãe dele ficou dois meses sem saber onde ele estava, até que uma assistente social de um abrigo foi lá com ele. Depois com seis anos ele foi pra rua outra vez e foi recolhido pela Delegacia em frente ao juizado [Delegacia de Proteção a Criança e ao Adolescente] e trazido para o Ayrton Senna. A mãe dele trabalhava em casa lavando roupa, ele ficava brincando na rua e sumia com as outras crianças.

Depois a mãe dele foi trabalhar fora e levava ele e a menina pra creche que ela trabalhava, mas devido à idade dele a moça[dona da creche] não aceitou mais ele lá, ele também é danadinho e batia nas crianças menores. Ai passou a ficar em casa sozinho. A menina continuou indo com ela para a creche e ele ficava em casa, se juntava com as crianças e sumia. Nós botamos ele na escolinha de futebol da comunidade, mas ele não aprendia e não quis ir mais. Ia pra rua, era recolhido e vinha pra cá. Voltava pra casa e ia pra rua outra vez Acho que isso foi umas 8 vezes. Agora está aqui [no abrigo] há um ano. Se ele estivesse em casa eu nem saberia como ele ia ficar. Eu saio para trabalhar, ela [mãe] sai pra trabalhar, se ele ficar em casa só, ele vai fazer as coisas que ele fazia antes. Se juntar com os outros meninos e ficar o dia inteiro na rua, chegar em casa de noite, 7 horas, 9 horas da noite. Aqui ele tem aula de natação no colégio dele que fica dentro do Maracanã. Ele

adora, quando tem competição ele nem vai pra casa, prefere ficar aqui.”
(padrasto de Pedro)

A família de Luiz é extensa com chefia feminina e cinco dependentes. As vulnerabilidades habitacional e educacional são baixas. A vulnerabilidade econômica também é relativamente baixa. O relacionamento familiar é bom sem episódios de violência doméstica. A família tem alta inserção comunitária, a comunidade não é violenta, mas não tem área de lazer e projetos esportivos e culturais para as crianças. O processo de ida para a rua é recente, menos de um ano, porém Luiz já foi recolhido quatro vezes. O que desencadeou o processo de desvinculação comunitária de Luiz foi a dificuldade de aprendizagem escolar e a falta de atividades comunitária para sua idade. Luiz tem nove anos e é o filho mais velho, foge de casa e da escola para se divertir com os colegas e leva o irmão de seis anos. A avó criou sete filhos na comunidade em que reside sem problemas e está achando muito difícil criar os netos. Luiz voltou para casa, e a família acha que a solução seria uma ‘escolinha’ onde ele pudesse desenvolver algumas atividades depois da escola.

“A primeira vez que ele fugiu foi esse ano, ele foi atrás do circo em Niterói com os colegas. Foi assim que ele foi pego na rua. Depois ele começou a sair da escola e ir com os colegas pra esse negócio de parque na Barra [da Tijuca] e ainda levou o irmão. Essa foi a quarta vez que ele foi recolhido. A mãe fica cuidando da pequeninha e ele foge com os coleguinhas. Eu botei cadeado no portão, ele fica procurando aonde ele vai escalar. Um dia desses, ele estava no quintal, o quintal é grande e eu não escuto eles. Eu levantei pra ver o que ele estava fazendo. Ele estava trepado no muro, segurando uma corda cheia de nó e o irmão estava subindo pra fugir. Eu não sei o que vou fazer para ele parar de ir para a rua. Se lá tivesse uma escolinha pra eles, pra ensinar um trabalho ou esporte para incentivar as crianças seria melhor. Lá não tem um lugar que eles possam ficar depois do colégio. Se tivesse, as crianças não ficariam na rua. Porque não são só os meus que ficam ali de lá pra cá, tem muitos ali que ficam na rua, muitos até as mães nem ligam. Tem muitos ali que ficam assim. Só os que brincam com o meu neto são uns dez, fora os outros que moram lá pra cima. Eles saem em bando e eles fogem. (...) Eu criei sete filhos no lugar onde eu moro, nunca tive dor de cabeça com meus filhos, eles nunca fugiram de casa. Já com o neto eu não tenho sossego com esse menino ” (avó de Luiz)

A família de Vitor é monoparental com chefia feminina e dois dependentes. Apresenta alta vulnerabilidade econômica, ocupacional, educacional e relativamente baixa vulnerabilidade habitacional. O relacionamento familiar é bom sem episódios de violência doméstica. A integração comunitária é alta, a comunidade não é violenta mas não existe área de lazer e projetos esportivos e culturais para as crianças. O que desencadeou o processo de desvinculação comunitária de Vitor foi a ausência da mãe, que na época trabalhava fora de casa. Vitor começou a fugir com os colegas da escola. Já foi recolhido muitas vezes desde que começou a ir para a rua há três anos. Vitor está no

abrigo há dez meses, desde então não fugiu mais e para a mãe a solução é mantê-lo nas atividades que ele desenvolve no abrigo.

“O Vítor foi pra escola com seis anos, foi nessa época que ele começou a fugir de casa, ia pra rua com os colegas da escola. (...) Eu trabalhava em casa de família, ele [Vítor] começou a ficar na rua e eu faltava trabalho para procurar ele. Eu levava a menina comigo e ele ficava em casa, minha vizinha olhava. Quando ele está em casa brinca com um coleguinha que é nosso vizinho. Ele fica brincando na rua ou então joga bola num terreno perto de casa. Onde eu moro não tem nenhuma área de lazer para as crianças, eles praticamente só brincam de bola. Quando o Vítor fica na rua ele vai sempre para a [estação de trem] Central [do Brasil], ele dorme nos bancos lá, durante o dia fica passeando de trem com outras crianças. Da ultima vez que ele fugiu de casa foi para Piabetá [Estado do Rio] e foi recolhido lá. Esta já é a quarta vez que ele vem pra esse abrigo, já foi recolhido oito vezes na rua. Ele foge de casa, fica na rua brincando, depois pega um ônibus e vai pra qualquer lugar, fala que vai ali e volta, mas nem sempre volta. Daqui ele não foge. Aqui tem futebol, tem natação, torneios, passeios, muitas coisas para ele participar, lá não tem nada [comunidade]. Ele não gosta de morar lá não. Ele saindo daqui, vai continuar participando do futebol e da piscina, porque eu moro perto daqui, talvez assim ele fique em casa”. (mãe de Vítor)

A família de Luciano é nuclear com chefia masculina. Apresenta alta vulnerabilidade econômica e habitacional, porém baixa vulnerabilidade ocupacional e educacional. O relacionamento familiar é bom sem episódios de violência doméstica. A inserção comunitária é baixa, a comunidade não é violenta e não desenvolve projetos esportivos e culturais para as crianças. O que desencadeou a ida de Luciano para a rua foi a discriminação dos colegas da escola que não brincavam com ele. A família reside a pouco tempo no local e ele não tem amizades na vizinhança. Luciano tem 12 anos e é o filho mais velho, esta foi a primeira vez que foi recolhido, mas já fugiu de casa duas vezes em três meses levando os irmãos menores. Luciano voltou para casa com a família e a solução do pai é vigia-lo mais.

“Ele começou a fugir depois que nós mudamos.(...) Agora no início do ano ele foi para outro Ciepe e tem faltado muito a escola. Ele saia para a escola e ficava na rua, porque os meninos ficam chamando ele de mendigo da Fazenda Modelo. Não brincavam com ele. Então ele parou de assistir aula.(...) Nós ainda não conhecemos todo mundo e não temos muita intimidade ainda com os vizinhos.(...) Essa é a segunda vez que ele sai e leva os outros, da outra vez levou até a [irmã] de 4 anos e agora o irmão de seis anos. Aqui é muito calmo, não tem nada pra ele fazer, não tem muitas crianças da idade dele. Na Fazenda Modelo ele se acostumou com lugar movimentado, tinha muitas crianças, talvez por isso ele volte pra rua. Eu vou ter que vigiar mais ele”. (pai de Luciano)

A família de Carlos é monoparental com chefia masculina e dois dependentes. Alta vulnerabilidade ocupacional, econômica, educacional e vulnerabilidade habitacional relativamente baixa apesar da casa precisar de reparos. O relacionamento familiar é bom sem episódios de violência doméstica. A inserção comunitária da família

é alta, a comunidade não é violenta, não tem área de lazer próxima e não desenvolve projetos esportivos e culturais para as crianças. Carlos tem onze anos e é a primeira vez que foi recolhido, nesse caso a ida para rua não é fuga, se deu pelo fato das crianças estarem brincando sozinhas num local perigoso. Carlos não frequenta a escola, ele e a irmã de cinco anos ficam em casa sozinhos e vão para uma praça m pouco distante de casa por ser a única possibilidade de lazer. Eles permanecem no abrigo porque o terreno da casa precisa de limpeza e o telhado de reparos. Para o padrasto a solução para as crianças não irem para a rua seria um lugar para elas ficarem durante o dia.

“Eu junto o que eu pego na rua no quintal da minha casa até fazer peso para vender e juntou muita coisa. Ela[assistente social] disse que eu tenho que limpar aquela sujeira. Dá rato, mosquito e as crianças não podem morar nessas condições. Eu já estou limpando o terreno. Na chuva da semana passada o telhado da minha casa arriou e está chovendo lá dentro, não tenho dinheiro para comprar o material e consertar. Vim pedir ajuda pra conseguir o material. Vou precisar de madeira e telha novas. Isso é muito caro. A assistente social disse que pra eles voltarem, eu vou ter que melhorar as condições do lugar que nós moramos.(...) Eles não ficam longe de casa quando vão pra rua, vão pra pracinha perto da estação de trem, lá ficam muitas crianças.Não tenho condições de pagar alguém para tomar conta deles, minha vizinha faz isso de favor. Eles teriam que ter um lugar para ficar o dia todo e só voltar à noite, mas isso não tem.(...) O melhor para eles é ficar aqui [abrigo] onde eles são bem cuidados. Se eles votarem pra casa não tenho como impedi-los de ir para a rua”. (padrasto de Carlos)

A família de Paulo é nuclear com chefia feminina. Apresenta vulnerabilidade ocupacional, econômica, educacional e habitacional. O relacionamento familiar +é ruim com episódios recorrentes de violência doméstica. A inserção comunitária é alta, a comunidade tem episódios frequentes de violência e desenvolve atividades recreativas e projetos esportivos e culturais para as crianças. O que desencadeou o processo de desvinculação comunitária de Paulo e de seus irmãos foram os maus tratos do padrasto. Paulo tem dez anos, está na rua a mais de três anos e sua mãe também já perdeu a conta de quantas vezes ele foi recolhido. As ausências de Paulo de casa são cada vez mais longas. Paulo quase não volta mais para casa.

“Ele vai pra rua porque o padrasto implica com ele e porque tem muita briga. É por isso que eles vivem na rua. Os meus filhos estão na rua porque ele [padrasto] implica com eles o tempo todo, bota eles pra fora o tempo todo. Eles não podem ouvir uma musica ou ver televisão, nem os colegas podem vir na porta de casa ele começa logo a xingar as criança.s. (...) [Paulo] Começou a ir pra rua depois que foi pra escola Ele fugia e ia pra Barra [da Tijuca]. Ele quase não volta mais pra casa, fica na rua direto. Eu já perdi a conta de quantas vezes meus filhos foram recolhidos. As crianças de onde eu moro chamam ele pra ir para a rua e ele vai, antigamente eles levavam ele, agora ele vai e leva outras crianças. Os meninos sempre ficaram na rua soltos. Meus filhos de 16 e 15 anos se envolveram com o tráfico, eles estão na JLA e no ESE [Escola João Luiz Alves e Educandário Santo Expedito duas unidades de cumprimento de medidas sócio educativas]”. [mãe de Paulo]

A mãe acha que a comunidade tem recursos para ajudá-la a solucionar o problema.

“Na minha comunidade a associação de moradores tem um abrigo [para crianças e jovens] de sete até 16 anos, ficam o dia todo e só vão embora à tarde, tem esporte, teatro, natação e pessoas pra ajudar no trabalho da escola. Se eu tivesse conseguido botar meus filhos lá eles não teriam ido pra rua, mas eu nunca consegui. Há mais de quatro anos que eu tento matricular eles lá, mas é só pra quem tem conhecimento. Eu já vi tantas crianças entrarem e quando eu vou lá eles só dizem que não tem vaga”. (mãe de Paulo)

A família de Gabriel é monoparental de chefia feminina. Apresenta alta vulnerabilidade ocupacional, econômica e habitacional, porém baixa vulnerabilidade educacional. O relacionamento entre os membros é bom sem episódios de violência doméstica. A inserção comunitária é baixa, a comunidade é violenta e apresenta projetos esportivos e culturais para as crianças. Os motivos da ida para a rua foram os constantes episódios de maus tratos e violência doméstica que o pai de Gabriel infringia a ele a mãe e aos irmãos. Gabriel só foi recolhido uma vez, ele e a irmã vão permanecer no abrigo até que sua família seja beneficiada pelo programa de auxílio moradia da prefeitura.

A família de Rafael é monoparental de chefia feminina. Apresenta alta vulnerabilidade ocupacional, econômica, habitacional e educacional. O relacionamento familiar é bom. A inserção comunitária é baixa e o local inadequado para as crianças residirem. Rafael e as irmãs não podem visitar a mãe. O motivo de ida para rua foi a violência comunitária praticada pelo tráfico de drogas que expulsou toda família de sua comunidade. Rafael e as irmãs também vão permanecer no abrigo até que a família seja beneficiada pelo programa de auxílio moradia da Prefeitura. A mãe de Rafael não deseja mais morar em favela porque tem medo de perde-lo também para o tráfico de drogas.

A família de Mariza é nuclear e com chefia masculina. Apresenta alta vulnerabilidade econômica, ocupacional, habitacional e educacional. O relacionamento familiar é ruim com episódios de violência doméstica. Mariza é deficiente auditiva, a família não está preparada para lidar com a deficiência dela e não encontrou apoio social para as necessidades da filha. A integração familiar na comunidade é baixa, a comunidade é muito violenta, não tem área de lazer e não desenvolve projetos esportivos e culturais para as crianças. Mariza não brinca com as crianças na comunidade. Mariza tem nove anos, vai para a rua há menos de um ano, já foi recolhida três vezes, mas nunca dormiu na rua. Todas às vezes que fugiu de casa foi recolhida no mesmo dia. O que desencadeou o processo de desvinculação comunitária foi a ausência

da mãe por quinze dias de casa, internada no hospital por problemas respiratórios porém, a condição de pobreza é o principal motivo de ida para a rua agravado pela violência do pai e a solidão que ela vive. Mariza volta para casa em quinze dias, a mãe acha que ela vai continuar fugindo de casa e não sabe o que fazer para impedi-la. Mariza não foge do abrigo lá ela tem amigos da mesma idade, atividades e alimentação farta.

“A primeira vez que ela sumiu de casa foi esse ano, eu estava internada no hospital, ela foi recolhida na [avenida] Presidente Vargas junto com outras crianças no mesmo dia que saiu [de casa], trouxeram ela pra cá, mas eu só fiquei sabendo que ela estava aqui 15 dias depois[quando teve alta]. Da segunda vez encontraram ela no Méier. Eu fiquei que nem uma desesperada no morro procurando ela, todo mundo me ajudando. A delegacia da criança [Delegacia de proteção à criança e ao adolescente] achou ela no Méier e trouxeram ela para o abrigo no mesmo dia. Essa vez agora recolheram ela no Grajaú com outras crianças e eu vim direto aqui. Da outra vez [primeira vez que foi recolhida] quando chegou o dia dela ir embora ele foi chorando muito. Ela gosta daqui. Ela aqui brinca e aprende uma porção de coisas. A única maneira de impedir ela de ir pra rua era encontrando uma atividade pra ela. Eu não ando atrás dela o tempo todo, ela fica sentada perto de casa ou então brincando, quando eu procuro, cadê? Ela já sumiu. Ela não pode ficar em casa sem fazer nada, ela tem que ter uma ocupação. Eu não tenho onde botar ela pra fazer alguma coisa. Ela vai continuar fugindo, ela fica muito sozinha. Na minha casa ela também não tem as cinco refeições que tem aqui. Eu acho que é até por isso que ela gosta de ficar aqui. Aqui tem mais conforto”. (mãe de Mariza)

A família de Valéria é nuclear, com chefia masculina. Apresenta alta vulnerabilidade educacional, ocupacional e habitacional, porém vulnerabilidade econômica relativamente baixa. O relacionamento de Valéria com a família é um pouco distante, A inserção comunitária é baixa, a comunidade não é violenta e não desenvolve projetos esportivos e culturais para as crianças. O que desencadeou o processo de desvinculação comunitária foi o trabalho precoce. Valéria tem dez anos, está na rua há sete anos e sua mãe também perdeu a conta do número de vezes em que ela foi recolhida.. A solução que a mãe encontra para que Valéria pare de se envolver com drogas é tira-la do trabalho. Valéria permaneceu no abrigo.

“Eu, quando morava em Queimados, não tinha nenhum lugar para botar meus filhos e ir trabalhar. Eu nunca tive um emprego fixo porque não tinha onde deixar eles. Depois quando eu morei em Bonsucesso, lá tinha creche pra mães que trabalhavam, mas eles já estavam grandes para ficar lá. Eu sempre trabalhei levando eles pra rua. Eles se acostumaram. Se eu tivesse encontrado um lugar para deixar eles, ia ficar mais fácil pra mim. Mesmo que eu os levasse depois de grandinho para me ajudar, mas eles não iam ficar tanto na rua. A Valéria está na rua desde bebê. Eu não sei como vou tirar minha filha da rua e da droga, ela está muito magrinha por causa disso. Eu pretendo não botar ela mais na rua para vender doce e manter ela sempre do meu lado, não deixar ela sair sozinha. Eu vou buscar ela na escola pra não deixar ela fugir no caminho. Lá onde eu moro não tem nenhum lugar para ela fazer uma atividade, eu só posso mesmo é segurar ela junto de mim”. (mãe de Valéria)

As crianças gostavam de permanecer no abrigo principalmente pelas atividades que lhes eram proporcionadas. De todas as crianças, apenas Paulo não permanecia no abrigo e foi o único que pelo relato da mãe parecia estar em processo de desvinculação familiar. Todas as famílias relataram que de início, quando as crianças desapareciam, ficavam preocupadas e receosas de que pudesse acontecer alguma desgraça com eles, mas com as sucessivas fugas se acostumavam e já iam procura-los nos conselhos tutelares ou nos abrigos.

O fato das crianças ficarem no abrigo era um alívio para a maioria das famílias. Aquelas famílias cujas crianças permaneciam há algum tempo no abrigo mostravam-se preocupadas com a sua volta para casa. As famílias sentiam-se impotentes para manter as crianças em casa e na escola.

Apesar deste trabalho ter sido desenvolvido com dados e informações colhidas em unidades da prefeitura responsáveis pelo atendimento das crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro devemos levantar alguns aspectos relevantes para os resultados.

- 1°. A amostra de entrevistados foi reduzida e os resultados não podem ser generalizados.
- 2°. A entrevista com as famílias enfocou as crianças que residiam no município do Rio de Janeiro, excluindo o universo de crianças que vem de outros municípios e que podem ter processos de desvinculação distintos do encontrado no Rio de Janeiro.
- 3°. As entrevistas foram realizadas com as famílias que visitavam seus filhos nos abrigos e ainda vinculados a elas.
- 4°. O fato de que as crianças que trabalham por exigência das famílias nem sempre permanecem nos abrigos.

No depoimento das famílias encontramos duas variáveis mais preponderantes no processo de desvinculação das crianças. As duas variáveis foram encontradas no relato de três famílias. A primeira foi à ausência dos pais por longos períodos de tempo para trabalhar deixando seus filhos sozinhos sem a possibilidade de orientação e controle dos horários de alimentação, escola, comportamento social e contando apenas com a ajuda dos vizinhos. As crianças acabam por buscar seus pares para não se sentirem sozinhos e desprotegidos e se afastam de casa sem ter ninguém que sinta a sua falta a não ser bem mais tarde quando os pais voltam do trabalho. Fazem novos amigos nas ruas e passam a aprender os valores de rua que vão substituir os de casa e cada vez menos poderão ser

reforçados. Esse pode ser um dos motivos identificados por eles como “busca de aventura” que foi o motivo mais alegado por eles na análise do banco de dados.

A segunda foi à violência familiar e comunitária. Nas famílias entrevistadas a violência familiar era contra as crianças e as mães. A violência comunitária incidia contra as crianças ou toda família. Nos três depoimentos a violência culminou no processo de desvinculação familiar e comunitária.

A expulsão das famílias de suas comunidades vem se tornando uma prática de violência cada vez mais freqüente pelos integrantes do narcotráfico. Ao contrário da expressão dos moradores das comunidades de que “eles não se metem com trabalhador”, as expulsões mostram uma realidade bem diferente. As famílias de uma hora para outra perdem todos os bens que conseguiram as custas de muitos sacrifícios e se vêm jogadas na rua quando não têm casa de conhecidos ou parentes para recorrer. Também nesses casos as crianças e as famílias não têm na comunidade nenhuma instituição ou autoridade a quem recorrer, elas precisam ir para a rua e passar pelo processo de recolhimento para encontrar algum tipo de ajuda, muitas vezes tardia. As famílias já passaram muito tempo na rua, as crianças estão afastadas das escolas e o chefe da família já perdeu o emprego.

Em dois relatos o que se configurou como desencadeador do processo de desvinculação das crianças foram as dificuldades escolares. As crianças haviam iniciado um processo de sair de casa para a escola e não comparecerem as aulas, usando o horário escolar para ficar na rua distante de casa. Também estes casos podem fazer parte do motivo “aventura” alegados pelas crianças, já que elas nem sempre tem condições de avaliar porque se afastaram da escola.

A situação financeira das famílias relaciona-se em todos os casos com o processo de desvinculação das crianças por suas necessidades e vulnerabilidades, porém, a falta de alimentação e de conforto foi apontada apenas uma vez como o elemento desencadeador do processo de saída para a rua.

Na análise do banco de dados, o trabalho aparece como o segundo maior motivo de ida para as ruas alegados pelas crianças e adolescentes, mas em apenas um depoimento dos familiares aparece como desencadeador da desvinculação comunitária da criança. Nesse caso o trabalho era exercido com o consentimento e estímulo da família que contava com a ajuda financeira. Em outros três depoimentos aparece como opção da criança, por imitação a outras crianças e sem o consentimento dos pais.

Capítulo VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de estudo foi investigar as variáveis que interferem e preponderam no processo de vinculação/desvinculação sócio-familiar das crianças e adolescentes em situação de rua de bairros do município do Rio de Janeiro, com o objetivo de analisar aspectos facilitadores da inserção familiar e comunitária das crianças e adolescentes em situação de rua, de forma a subsidiar projetos e ações de reinserção familiar e social.

A análise exploratória dos dados nos possibilitou traçar o perfil das crianças e adolescentes em situação de rua e levantar a faixa etária e os motivos mais alegados por eles de saída para as ruas. O resultado desta análise mostrou que a faixa etária de maior incidência de saída para as ruas era de 8 à 12 anos e os motivos mais alegados eram por ordem decrescente de frequência a aventura (23,3%), o trabalho (19,4%), briga com a família (12,5%) e violência e maus tratos (10,3%).

Com base na teoria de socialização de George Mead buscamos conhecer os aspectos mais importantes do desenvolvimento social infantil naquela faixa etária que guiaram nossas entrevistas com dez famílias para conhecermos, as variáveis que interferem e preponderam no processo de vinculação/ desvinculação das crianças de oito à doze anos em suas famílias e comunidades de origem. Considerando os três aspectos mais importantes no processo de socialização: a família, a escola e a comunidade.

Os resultados encontrados coincidiram em alguns aspectos com a análise do banco de dados e em outros diferiram bastante. No relato de dez famílias identificamos cinco aspectos que interferiram na vinculação comunitária das crianças e observamos que em apenas um caso havia se iniciado o processo de desvinculação familiar. As variáveis que mais preponderantes no processo de desvinculação das crianças foram: a ausência de casa dos pais e responsáveis por longos períodos por causa de seus trabalhos e a violência familiar e comunitária sofrida pelas crianças, suas mães ou toda família. Com preponderância menor no processo de desvinculação comunitária identificamos as dificuldades de adaptação escolar, as condições de pobreza e o trabalho precoce. As queixas mais frequentes das famílias foram à ausência nas comunidades de projetos culturais e esportivos para as crianças desta faixa etária e os confrontos na

comunidade entre a polícia e as facções do narcotráfico ou entre as facções. Outro aspecto bastante evidente foi à dificuldade das famílias em encontrar auxílio para suas vulnerabilidades, em todos os casos as famílias só tiveram acesso a programas de apoio como abrigo, cesta básica, bolsa escola ou a inserção em projetos culturais e esportivos após as crianças já terem iniciado o processo de ida para as ruas.

Com base nesses resultados podemos concluir:

- 1- A desvinculação familiar e comunitária das crianças se relaciona com os vários aspectos do processo de desenvolvimento social infantil e deve ser combatido com Políticas Públicas abrangentes, que envolva todos os atores do processo de socialização. As políticas pontuais de recolhimento e inserção familiar e comunitária não atingem as causas da desvinculação e propiciam o retorno das crianças para a rua.
- 2- O principal agente de socialização é a família e quanto maior suas vulnerabilidades, mais frágeis tornam-se os laços que unem seus membros. Por outro lado, a dependência de programas de auxílio envergonham as famílias que percebem a ajuda como esmolas e se sentem ainda mais inferiorizadas, no entanto, aceitam e retribuem a ajuda de seus vizinhos e esta relação aumenta a coesão do grupo. Os programas de ajuda como cestas básicas, programas de complementação de renda e outros devem estar inseridos nas comunidades nos grupos de pertencimento social dos membros da família para que possam ser percebidos como reforço a sua cidadania e não como esmolas.
- 3- A comunidade é o local privilegiado não só para auxiliar como para proteger seus membros. As famílias devem contar com programas comunitários que protejam e oriente as crianças no período em que seus pais se ausentam para trabalhar.
- 4- As crianças devem contar com programas culturais e esportivos em suas comunidades que as aproximem de seus pares, reforcem o sentimento de pertencimento e lhes propicie o desenvolvimento de suas potencialidades.
- 5- A escola deve estar aparelhada para identificar os problemas de adaptação de seus alunos, apontar soluções e desenvolver estratégias

de integração das crianças ao grupo de modo a funcionar como elemento de vinculação social

- O corpo docente deve ser capacitado para identificar e notificar os casos de violência física, sexual e psicológica detectados nas atividades escolares.
 - Atenção especial deve ser dada às crianças de pais com vulnerabilidade educacional pelo fato desses não poderem auxiliar seus filhos nas tarefas escolares
- 6- As comunidades devem contar com programas de prevenção à violência doméstica dirigidos a pais e responsáveis nos grupos de inserção comunitária das famílias como escolas, igrejas, agremiações etc.
- 7- É dever do Estado proteger os cidadãos da violência comunitária exercida principalmente pelas facções do tráfico de drogas. A polícia deve estar aparelhada e treinada para desempenhar sua função de proteção e não de aumentar a insegurança da população das comunidades de baixa renda. As comunidades devem ter policiamento constante para assegurar a tranquilidade das crianças e seus familiares.

ANEXO 1: ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DAS COORDENADORIAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

C.R. 1 - CENTRO.

Centro, área do Aeroporto Santos Dumont, Bairro de Fátima, Benfica, Cais do Porto, Caju, Castelo, Catumbi, Centro, Cidade Nova, Estácio, Mangueira, Paquetá, Praça Mauá, Rio Comprido, Santa Teresa, Santo Cristo, São Cristóvão, Saúde e Gamboa.

C.R 2.1 – ZONA SUL

Botafogo, Catete, Copacabana, Cosme Velho, Flamengo, Glória, Humaitá, Ipanema, Jardim Botânico, Laranjeiras, Leme, Praia Vermelha, Rocinha, São Conrado, Vidigal, Gávea, Leblon, Lagoa e Horto.

C.R. 2.2 – Zona Norte

Aldeia Campista, Alto da Boa Vista, Andaraí, Grajaú, Maracanã, Praça da Bandeira, Tijuca e Vila Isabel.

C.R. 3.1 - MÉIER

Abolição, Água Santa, Complexo do Alemão, Consolação, Del Castilho, Engenho Novo, Engenho da Rainha, Engenho de Dentro, Encantado, Esperança, Jacaré, Jacarezinho, Lins, Maria da Graça, Méier, Piedade, Riachuelo, Rocha, Sampaio, Todos os Santos, Tomás Coelho, Vieira Fazenda, Higienópolis, Inhaúma, Engenho da Rainha, Pílares, São Francisco Xavier e Cachambi.

C.R.3.2 – RAMOS

Baixa do Sapateiro, Bonsucesso, Brás de Pina, Cidade Universitária, Complexo da Maré, Cordovil, Ilha do Governador, Jardim América, Manguinhos, Marcílio Dias, Nova Holanda, Olaria, Parada de Lucas, Parque União, Penha Circular, Penha, Ramos, Roquete Pinto, Rubens Vaz, Timbau, Vigário Geral, Vila do João, Vila do Pinheiro e Vila Esperança.

C.R. 3.3 - MADUREIRA

Acari, Anchieta, Bairro Araújo, Barros Filho, Bento Ribeiro, Campinho, Cascadura, Cavalcanti, Coelho Neto, Colégio, Costa Barros, Engenheiro Leal, Guadalupe, Irajá, Honório Gurgel, Madureira, Magno, Marechal Hermes, Mariópolis, Oswaldo Cruz, Parque Anchieta, Parque Colúmbia, Pavuna, Quintino Bocaiúva, Ricardo de Albuquerque, Rocha Miranda, Turiaçu, Vaz Lobo, Vicente de Carvalho, Vila da Penha, Vila Cosmos e Vista Alegre.

C.R.4 - JACAREPAGUÁ

Anil, Barra da Tijuca, Camorim, Cidade de Deus, Curicica, Freguesia, Gardênia, Azul, Grumari, Itanhangá, Joá, Pechincha, Piabas, Praça Seca, Recreio dos Bandeirantes, Taquara, Tanque, Vargem Grande, Vargem Pequena e Vila Valqueire.

C.R. 5.1 – BANGU

Bangu, Campo dos Afonsos, Deodoro, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Padre Miguel, Realengo, Senador Camará e Vila Militar.

C.R. 5.2 – CAMPO GRANDE

Augusto Vasconcelos, Santíssimo, Campo Grande, Inhoaíba, Rio da Prata, Mendanha, Monteiro, Morro da Pedra, Praia do Aterro, Cosmos, Estrada de Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Ilha de Guaratiba e Barra de Guaratiba.

C.R. 5.3 - SANTA CRUZ

Santa Cruz, Paciência e Sepetiba.

ANEXO 2 FICHA DE ENTREVISTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

ANEXO 3 FREQUÊNCIA POR BAIRRO DE MORADIA

A lista abaixo mostra em ordem decrescente a frequência de crianças e adolescentes recolhidos da rua pela Central de Recepção por bairro de moradia no município do Rio de Janeiro.

BAIRRO	TOTAL	%	COMUNIDADE	TOTAL
SANTA CRUZ			ANTARES	13
			CESARÃO	9
			FAVELA DO AÇO	36
			FAZENDA BOTAFOGO	1
			GUANDU	4
			GUANDU 1	7
			GUANDU 2	1
			GUANDU 3	2
			ROLA 1	1
			SEM RESP	11
85	9,7			
BONSUCESSO			BAIXA DO SAPATEIRO	9
			CRUZADA	1
			NOVA APARECIDA	1
			NOVA BRASÍLIA	3
			NOVA HOLADA	49
			SALSA E MERENGUE	3
			VILA DO JOAO	4
			VILA DO PINHEIRO	3
			ALAGADO	1
			SEM RESP	1
75	8,5			
JACAREPAGUÁ			BEM VINDO NOVAES	2
			CABEÇA DE PORCO	1
			CIDADE DE DEUS	30
			COLÔNIA JUL. MOR.	1
			COVANCA	1
			CURICICA	3
			GARDENIA AZUL	5
			MATO ALTO	2
			MERINGUAVA	1
			PECHINCHA	1
			PRAÇA SECA	2
			RIO DAS PEDRAS	1
			ROCINHA II	1
			SANTA MARIA	2
			TAQUARA	3
			VILA SAPE	1
			SEM RESP	6
63	7,2			
ROCINHA			ROCINHA	44
			ROUPA SUJA	3
47	5,4			

MÉIER			BURACO QUENTE	3
			CAMARISTA MEIER	3
			CASARÃO	17
			OURO PRETO	4
	29	3,3	SEM RESP	2
COSTA BARROS			BARROS FILHO	2
			MORRO CHAPADÃO	1
			MORRO DA LAGARTIXA	6
			MORRO DA PEDREIRA	6
			QUITANDA	7
			MORRO DO CHAVES	1
27	3,1	SEM RESP	4	
VARGEM PEQUENA			CONJUNTO CESAR MAIA	22
			JARDIM DO AMANHÃ	1
			CONDOMINIO BANDEIRANTE	1
	27	3,1	SEM RESP	3
ESTÁCIO			MORRO DE SÃO CARLOS	20
			MORRO DO QUEROSENE	3
	25	2,9	RUA	2
VILA ISABEL			CASARÃO	5
			MORRO DOS MACACOS	16
			VILA OPERÁRIA	1
	24	2,6	SEM RESP	2
TIJUCA			CHACRINHA	2
			MORRO DO TURANO	7
			MORRO DA CRUZ	1
			MORRO DA FORMIGA	4
			MORRO DO BOREL	1
			MORRO DO SALGUEIRO	4
			VIADUTO	1
	22	2,5	SEM RESP	2
CAMPO GRANDE			CABUÇU	1
			CIDADE NOVA	2
			ESPERANÇA	2
			INHOAIBA	5
			MAGARSA	2
			SANTA MARGARIDA	1
			VILA CARIOCA	2
	19	2,2	SEM RESP	4
MANGUEIRA			MORRO DA MANGUEIRA	9
			TELEGRAFO	5
			BURACO QUENTE	2
	19	2,2	SEM RESP	3
COPACABANA			LADEIRA DOS TABAJARAS	3
			MORRO DO CANTAGALO	1
			PAVÃOZINHO	13
	19	2,2	PAVÃO	2

ILHA DO GOVERNADOR			BANCÁRIOS	3
			DENDE	7
			FREGUESIA (I.G)	2
			MORRO DO BUGUIUGUE	3
			PORTUGUESA	1
	17	2,0	SEM RESP	1
RAMOS			COMPLEXO DO ALEMÃO	13
			GROTA	2
			ROQUETE PINTO	1
			SEM RESP	1
	17	2,0		
LINS			CACHOEIRINHA	5
			MORRO DO AMOR	9
			SEM RESP	1
	15	1,7		
CENTRO			BAIRRO DE FÁTIMA	2
			CENTRAL	3
			RUA	1
			MORRO PEDRA LISA	5
			LEOPOLDINA	1
	12	1,4		
JACAREZINHO			FAVELA DO JACAREZINHO	6
			JACAREZINHO	2
			JABU	1
			SEM RESP	2
	11	1,3		
SANTO CRISTO	11	1,3	MARRO DA PROVIDENCIA	11
SENADOR CAMARÁ			CONJ. MIGUEL GUSTAVO	4
			CROAÇA	1
			VILA ALIANCA	2
			FAVELA DO REBU	1
			SEM RESP	3
	11	1,3		
BANGU			FAVELA DO REBU	2
			FAVELA DO SELVINHA	1
			SANTO ANDRE	1
			VILA UNIAO DA PAZ	1
			METRAL	1
			VILA NOEMIA	1
			BANGU	1
			SEM RESP	2
		10	1,1	
IRAJÁ			AMARELINHO	2
			FAVELA BOM MENINO	1
			PARA PEDRO	1
			SEM RESP	5
	9	1,0		
IPANEMA	9	1,0	MORRO DO CANTA GALO	9
JACARÉ			CHUPA CABRA	3
			FAVELA DO JACARÉ	5
	8			

CATUMBI			COROA	4
	8	0,9	MORRO DA MINEIRA	4
ENGENHO NOVO			MORRO SÃO JOÃO	7
	8	0,9	SEM RESP	1
MANGUINHOS			BECO DA PAZ	1
	8	0,9	NELSON MANDELA	6
			SEM RESP	1
ACARÍ			FAVELA DE ACARI	2
	6	0,7	MORRO DA PEDREIRA	2
			SEM RESP	2
BOTAFOGO	6	0,7	MORRO DONA MARTA	6
JARDIM AMÉRICA			FAVELA DA FLOR	3
	6	0,7	SEM RESP	3
MADUREIRA			FAVELA BURITI	2
			IGREJINHA	1
			MORRO DA COVANCA	2
	6	0,7	MORRO DA SERRINHA	1
PEDRA GUARATIBA			FAZENDA MODELO	3
	6	0,7	SEM RESP	3
VIGÁRIO GERAL			FAVELA DE VIGARIO	3
	6	0,7	SEM RESP	3
VILA KENNEDY			VILA MORETI	2
	6	0,7	SEM RESP	4
LEBLON	5	0,6	VIDIGAL	5
PAVUNA			CHAPADÃO	3
	5	0,6	SEM RESP	2
PENHA			VILA CRUZEIRO	3
	5	0,6	SEM RESP	2
SAMPAIO			MORRO DO QUETO	3
	5	0,6	SEM RESP	2
VICENTE DE CARVALHO			MORRO DO JURAMENTO	3
	5	0,6	SEM RESP	2
CASCADURA			MORRO DO FUBA	3
	4	0,5	RATO MOLHADO	1
HONÓRIO GURGEL			SANTA CECILIA	1
	4	0,5	SEM RESP	3
LARGO MACHADO	4	0,5	MORRO AZUL	4

SÃO CRISTOVÃO			BARREIRA DO VASCO	1
			TUITI	2
	4	0,5	SEM RESP	1
ÁGUA SANTA	3	0,3	SEM RESPOSTA	3
ALTO DA BOA VISTA			RUA	1
			CORPO DE BOMBEIROS	1
	3	0,3	SEM RESP	1
ANCHIETA			CHICO MENDES	2
			SEM RESP	1
	3	0,3		
GUADALUPE			MELHORAL	1
			SEM RESP	2
	3	0,3		
INHAÚMA	3	0,3	SEM RESP	3
MAGALHÃES BASTOS	3	0,3	SEM RESP	3
PACIÊNCIA			CONJ URUCRANIA	2
			NOVA JESSICA	1
	3	0,3		
PADRE MIGUEL			VILA VINTEM	2
			SEM RESP	1
	3	0,3		
REALENGO			FUMACÊ	2
			JARDIM NOVO	1
	3	0,3		
SANTA TEREZA			SANTA TEREZA	1
			SEM RESP	2
	3	0,3		
VARGEM GRANDE			NOVO HORIZONTE	2
			SEM RESP	1
	3	0,3		
ANDARAÍ			MORRO DO ANDARAÍ	1
			SEM RESP	1
	2	0,2		
BARRA DA TIJUCA	2	0,2	TIJUQUINHA	2
BRÁS DE PINA	2	0,2	SEM RESP	2
COELHO NETO	2	0,2	COELHO NETO	2
COLÉGIO	2	0,2	SEM RESP	2
ENGENHO DE DENTRO	2	0,2	ENGENHO DE DENTRO	2
ITANHANGA	2	0,2	MORRO DO BANCO	2
LARANJEIRAS	2	0,2	PEREIRÃO	2
MARECHAL HERMES			VILA REAL	1
			MOQUIÇO	1
	2	0,2		

RIO COMPRIDO	2	0,2	FOGUETEIRO	2
ROCHA MIRANDA	2	0,2	BELELEU SEM RESP	1 1
BENFICA	1	0,1	BENFICA	1
CACHAMBI	1	0,1	SEM RESP	1
CATETE	1	0,1	SEM RESP	1
CAVALCANTE	1	0,1	CAVALCANTE	1
COSME VELHO	1	0,1	GUARARAPES	1
ENGENHO DA RAINHA	1	0,1	SEM RESP	1
FLAMENGO	1	0,1	SEM RESP	1
GRAJAÚ	1	0,1	MORRO DA CUTIA	1
LEME	1	0,1	SEM RESP	1
PARADA DE LUCAS	1	0,1	SEM RESP	1
PILARES	1	0,1	FERNÃO CARDIM	1
PIEIDADE	1	0,1	SEM RESP	1
RIACHUELO	1	0,1	SEM RESP	1
RICARDO DE ALBUQUERQUE	1	0,1	SEM RESP	1
SEPETIBA	1	0,1	SEM RESP	1
VAZ LOBO	1	0,1	MORRO DO SAPE	1
SEM RESPOSTA	86	9,8	SEM RESP	86
TOTAL	880	100,0		880

BIBLIOGRAFIA

- Arantes, E. M. M. & Motta, M. E. S., 1990: *A criança e seus direitos*. Rio de Janeiro: Editora PUC/RJ-FUNABEM.
- Argier, M.,1990. O Sexo da Pobreza.Homens, mulheres e famílias numa “avenida” em Salvador da Bahia. *Revista de Sociologia da USP*, 2(2):35-60.
- Assis, S. G., 1994: Crianças e Adolescentes violentados: Passado, Presente e Perspectivas para o Futuro. *Cadernos de Saúde Pública* 10 (1):126-134. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Barros, R. P. (et. al.), 2000. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(42): 123-142.
- Berger, Peter L. & Luckmann, Thomas, 1997. *A Construção Social da Realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis. Editora Vozes.
- Brasil, 1979. Lei nº.6.697 *Código de Menores*. Rio de Janeiro: Editora FUNABEM
- Brasil,1990. Lei nº 8069 Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Columbus Cultural Editora.
- Buvinich, M. R. (coord), 1998. *A infância Brasileira nos anos 90*. Brasília: Editora Unicef.
- Camargo, J.M.,1994. Pobreza, Renda Mínima Familiar e Educação. In: Seminário Latino Americano e Caribenho. Pobreza e Desenvolvimento, pp77-83. *Revista Debates Sociais*. Rio de Janeiro: CBCISS e SESI/ DN.
- Carvalho, F. P. B., 1977. *Direito do Menor*. Rio de Janeiro, Forense.
- Carvalho, I. M. M., 1995. Direitos legais e direitos efetivos: Crianças, adolescentes e cidadania no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 29 (10): 127-142.
- Cervini, R. & Burger, F., 1991. O menino trabalhador urbano no brasil dos anos 80. In: *O trabalho e a rua - Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80* (Fausto & Cervini, orgs.),pp 17-46. São Paulo: Editora Cortez.
- Costa, A. C. G., 1990. Infância, juventude e política social no Brasil. In: *Brasil Criança Urgente. A LEI 8069/90*. São Paulo: Editora Columbus Cultura.
- _____,1989 (a). *Cidadania ou Barbárie, infância e adolescência marginalizada,*

- violência urbana e transição democrática*. Rio de Janeiro: Editora FUNABEM.
- _____, 1989 (b). *O sistema de atendimento às crianças e adolescentes no Brasil, entre a vergonha e a esperança*. Brasília: SBS Editora.
- Costa, M., 1984. Rendimento Escolar: Fatores explicativos e implicações para igualdade de oportunidades. In: *Educação e Desigualdade no Brasil*. (Levin, H. M., org.), pp 73-105. Petrópolis: Editora Vozes.
- Cruz Neto, O. (et al.),1993. Rede Familiar: A Reconstrução pela Desconstrução. In: *O limite da exclusão social. Meninos e Meninas de Rua no Brasil* (Minayo M. C. S., org.), pp 65-96. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Hucitec-Abrasco.
- Demo, P., 1998. *Charme da Exclusão Social*. Campinas: Editora Autores Associados.
- Dubar, C., 1997. *A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais*. Porto. Editora Porto.
- Elkin, Frederick.1968. *A Criança e a Sociedade. O processo de Socialização*. Rio de Janeiro: Edições Bloch.
- Erikson, E.H., 1976. *Infância e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Escorel, S., 1999. *Vidas ao Léu: Trajetórias de Exclusão Social*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Etchegoyen, R. H.,1989. *Fundamentos da Técnica Psicanalítica*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas.
- Figueiredo, José Bernardo B.; Schiray, M. & Lustosa, Tânia O.1990. Relações da Pobreza com trabalho e família: estudo de identificação para a região metropolitana do Rio de Janeiro. In: *Série Documentos*. IEI/UFRJ; Nº 01, Rio de Janeiro. UFRJ.
- Goode, William J. 1970. *A Família*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- Guerra, V. A., 1985. *Violência de Pais contra Filhos: procuram-se vítimas*. São Paul: Cortez Editora.
- IPP (Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos), 2000. *Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro, 1998*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos.
- Kaloustian, S.M.,2000. *Família Brasileira. A base de tudo*. São Paulo: Editora Cortez.
- Levin, H. M., 1984. *Educação e Desigualdade no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Mendonça, M. H. M., 1999. *A Proteção Social À Criança e ao Adolescente*. Tese de

- Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Minayo, M. C. S., 1993. Quando conhecer é parte do compromisso social. In: *O limite da exclusão social. Meninos e Meninas de Rua no Brasil* (Minayo, M. C. S., org.), pp 17-30. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Hucitec-Abrasco.
- _____, 2000. *O Desafio do Conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Hucitec-Abrasco.
- Moraes, A. C. F., 1995. *Trabalho do Adolescente Proteção e Profissionalização*. Belo Horizonte: Editora Del Rei.
- Moura, W., 1991. A família contra a rua: uma análise psicológica da dinâmica familiar em condição de pobreza,. In: *O trabalho e a rua - crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*_(Fausto & Cervini, orgs.), pp 150-195 _ São Paulo: Editora Cortez.
- Paugam, S.,1999. Fragilização e ruptura dos vínculos sociais. *Revista Serviço Social e Sociedade*. 60 (XX): 41-59. Editora Cortez
- Piaget, J.,1973. *A Linguagem e o Pensamento da Criança*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- Plastino, C. A., 1993. Modelos de desenvolvimento e produção da pobreza. In: Seminário Latino Americano e Caribenho. Pobreza e Desenvolvimento. *Revista Debates Sociais*, pp 11-16. Rio de Janeiro: CBCISS e SESI/ DN.
- Pochmann, M., 1999. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Editora Contexto. .
- Rappaport, C. R. ,(org.), 1981- A idade pré escolar. In: *Psicologia do Desenvolvimento*, volume 3. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária.
- Reis, C. N. & Prantes, J. C. (orgs.), 1999. *Fragmentos De Uma Metrópole. Meninos e meninas em situação de rua*. Porto Alegre: Editora PUC/RS.
- Rizzini, I. & Rizzini, I., 1991. Os grandes temas de pesquisa na década de 80. In: *O trabalho e a rua - crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80* (Fausto & Cervini, orgs.), pp 69-90. São Paulo: Editora Cortez.
- Rizzini, I., 1995. *Deserdados da Sociedade. Os "meninos de rua" da América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula.
- Santos, Wanderley Guilherme dos., 1994. *Cidadania e Justiça. A Política Social na*

- Ordem Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 3ª edição.
- Sarti, C. A., 1996. *A Família como Espelho – Um Estudo sobre a Moral dos Pobres*. Campinas: Editora Autores Associados.
- Selltiz, J. (org.), 1974. *Método de Pesquisa nas Relações Sociais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Shils, E., 1992. *Centro e Periferia*. Lisboa: Editora DIFEL.
- Site da Internet. *Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*. www.rio.gov.br.
- Soto, M.S.G., 1994. Pobreza y Modelos de Desarrollo em Honduras. In: Seminário Latino Americano e Caribenho. Pobreza e Desenvolvimento. *Revista Debates Sociais*, pp 17-33. Rio de Janeiro: CBCISS e SESI/ DN.
- Souza, M. J.L., 1994. O tráfico de drogas no rio de janeiro e seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento sócio-espacial. *Cadernos IPPUR/UFRJ*. VIII (2/3):25-39. Rio de Janeiro.
- Velho, G., 1999. Violência, reciprocidade e desigualdade. In: *Cidadania e Violência* (Velho, G. & Alvito, M., orgs.), pp11-23. Rio de Janeiro, Editora UERJ/FGV.
- Vogel, A. & Mello, M. A. S., 1991. Da Casa à Rua: A cidade como fascínio e descaminho. In: *O trabalho e a rua - crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80* (Fausto & Cervini, orgs), pp 133-149. São Paulo, Cortez.
- Zaluar, A., 1994 (a). *Cidadãos não vão ao paraíso*. São Paulo: Editora Escuta/ Edunicamp.
- _____, 1994 (b). *A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo. Editora Brasiliense.
- _____, 1994 (c). A criminalização das drogas e o reencantamento do mal. In: *Drogas e Cidadania* (Zaluar, A., org.). São Paulo. Editora Brasiliense.